



Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados

Centro de Documentação e Informação

Coordenação de Biblioteca

<http://bd.camara.gov.br>

"Dissemina os documentos digitais de interesse da atividade legislativa e da sociedade."

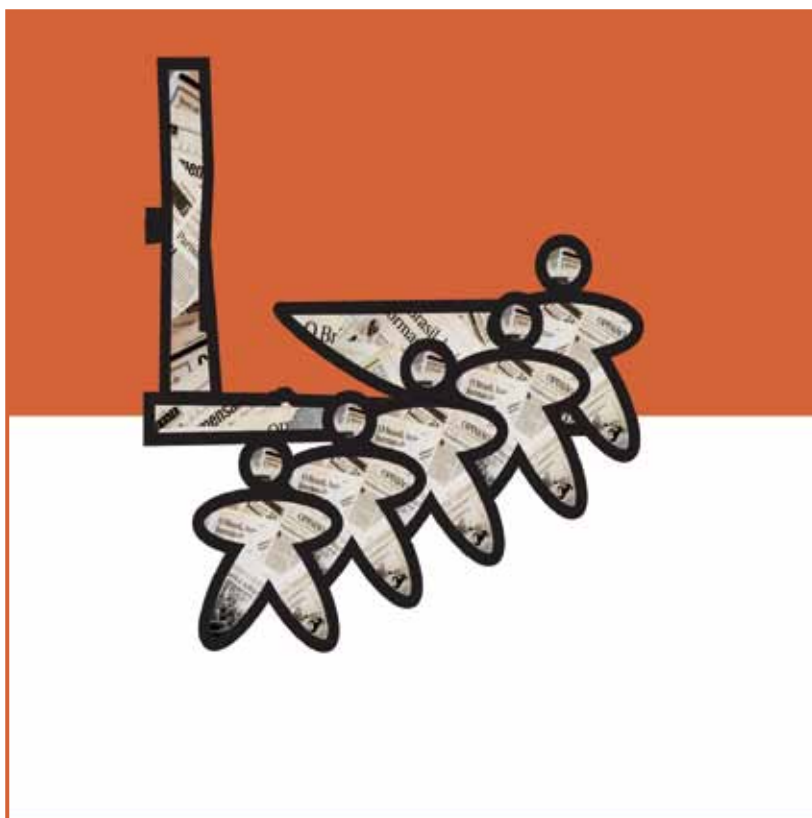


Câmara dos Deputados

ação parlamentar

CIDADANIA, MÍDIA E POLÍTICA

RELACIONAMENTO, SOCIEDADE CIVIL, MEIOS DE COMUNICAÇÃO E PARLAMENTO



Comissão de Legislação Participativa
..... Brasília | 2008



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Legislação Participativa

CIDADANIA, MÍDIA E POLÍTICA

RELACIONAMENTO SOCIEDADE CIVIL, MEIOS DE COMUNICAÇÃO E PARLAMENTO

*Seminário Nacional realizado pela
Comissão de Legislação Participativa da
Câmara dos Deputados em 2006.*

Centro de Documentação e Informação
Edições Câmara
Brasília | 2008

CÂMARA DOS DEPUTADOS

DIRETORIA LEGISLATIVA

Diretor: Afrísio Vieira Lima Filho

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

Diretor: Adolfo C. A. R. Furtado

COORDENAÇÃO EDIÇÕES CÂMARA

Diretora: Maria Clara Bicudo Cesar

DEPARTAMENTO DE COMISSÕES

Diretor: Silvio Avelino da Silva

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

Diretor: José Oliveira Anuniação

Capa: Racsow

Ilustração da capa: Akimi Watanabe

Diagramação: Cibele Marinho Paz

Câmara dos Deputados

Centro de Documentação e Informação – Cedi

Coordenação Edições Câmara – Coedi

Anexo II – Térreo – Praça dos Três Poderes

Brasília (DF) – CEP 70160-900

Telefone: (61) 3216-5802; fax: (61) 3216-5810

edicoes.cedi@camara.gov.br

SÉRIE

Ação parlamentar

n. 342

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
Coordenação de Biblioteca. Seção de Catalogação.

Cidadania, mídia e política : relacionamento sociedade civil, meios de comunicação e parlamento : seminário nacional. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2008.
131 p. – (Série ação parlamentar ; n. 342)

Seminário realizado pela Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados em 2006.
ISBN 978-85-736-5528-5

1. Meios de comunicação de massa, aspectos sociais, Brasil. 2. Comunicação em política, Brasil. 3. Divulgação legislativa, Brasil. 5. Cidadania, Brasil. I. Série.

CDU 316.77(81)

ISBN 978-85-736-5528-5

SUMÁRIO

Membros da Comissão de Legislação Participativa – CLP	
52ª Legislatura – 4ª Sessão Legislativa – 2006	5
53ª Legislatura – 2ª Sessão Legislativa – 2008	6
Comissão de Legislação Participativa – 2006 – Quadro Técnico.....	7
Apresentação.....	9
Seminário Nacional Cidadania, Mídia e Política: Relacionamento Sociedade Civil, Meios de Comunicação e Parlamento	
Solenidade de Abertura	11
1º Painel	
Cidadania, Mídia e Parlamento: a interação desses três pilares no fortalecimento da Cidadania Política	23
2º Painel	
Mídia Democrática, Informação Pública e Participação do Cidadão na Formulação de Políticas.....	67
Expositores	121
Participantes.....	123
Siglário	128

MEMBROS DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA – CLP
52ª LEGISLATURA – 4ª SESSÃO LEGISLATIVA – 2006

Presidente: Geraldo Thadeu (PPS)

1º Vice-Presidente: Fernando Estima (PPS)

2º Vice-Presidente: Paulo Gouvêa (PL)

3º Vice-Presidente: Pastor Reinaldo (PTB)

TITULARES

SUPLENTES

PT

Ana Guerra – MG

Carlos Abicalil – MT

Leonardo Monteiro – MG

(Vaga do PDT)

Selma Schons – PR

César Medeiros – MG

Fátima Bezerra – RN

Fernando Ferro – PE

Ivo José – MG

(vaga do PTB)

Vadinho Baião – MG

(vaga do PPS)

PMDB

Almerinda De Carvalho – RJ

Fernando Diniz – MG

Olavo Calheiros – AL

BLOCO PFL, PRONA

Mendonça Prado – SE

PSDB

Antônio Joaquim – MA

PP

Enivaldo Ribeiro – PB

PTB

Pastor Reinaldo – RS

Arnaldo Faria de Sá – SP
(Deputado do PT ocupa a vaga)

PL

Paulo Gouvêa – RS

Jaime Martins – MG

PSB

Luiza Erundina – SP

PDT

(Deputado do PT ocupa a vaga)

Neiva Moreira – MA

PPS

Fernando Estima – SP (vaga PTB)

(Deputado do PT ocupa a vaga)

(vaga do PTB)

Geraldo Thadeu – MG

53ª LEGISLATURA – 2ª SESSÃO LEGISLATIVA – 2008

Presidente: Adão Pretto (PT/RS)

1º Vice-presidente: Eduardo Amorim (PSC/SE)

2º Vice-presidente: Pedro Wilson (PT/GO)

3º Vice-presidente: Dr. Talmir (PV/SP)

TITULARES

SUPLENTES

PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTDOB

Adão Pretto – PT/RS

Fernando Ferro – PT/PE

Eduardo Amorim – PSC/SE

Iran Barbosa – PT/SE

Fátima Bezerra – PT/RN

João Pizzolatti – PP/SC

Jurandil Juarez – PMDB/AP

Leonardo Monteiro – PT/MG

Pedro Wilson – PT/GO

Lincoln Portela – PR/MG

Silas Câmara – PSC/AM

Mário De Oliveira – PSC/MG

Suely – PR/RJ

4 Vagas

3 Vagas

PSDB/DEM/PPS

Eduardo Gomes – PSDB/TO

Eduardo Barbosa – PSDB/MG

Geraldo Thadeu – PPS/MG

4 Vagas

Oswaldo Biolchi – RS

(Vaga ocupada por deputado do PSOL)

2 Vagas

PSB/PST/PCDOB/PMN

Luiza Erundina – PSB/SP

Paulo Pereira da Silva – PDT/SP

Vaga ocupada por deputado do PRB

1 vaga

PV

Dr. Talmir – PV/SP

1 vaga

PRB

Walter Brito Neto – PRB/PB (Vaga do PSB/PDT/PCdoB/PMN)

PSOL

Chico Alencar – PSOL/RJ (Vaga do PSDB/DEM/PPS)

Secretária: Sônia Hypolito

Local: Anexo II, Pavimento Superior, Ala A, salas 121/122

Telefones: 3216-6692 / 6693

FAX: 3216-6700

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA – 2006

QUADRO TÉCNICO

Míriam Cristina Gonçalves Quintas
Mirna de Castela Carvalho Pessoa
Amilcar Amaral Couto
Anne Martins de Paula
Akimi Watanabe
Eliana Teixeira Gaia
Francisca de Fátima Moura Campos
Gilmar de Moraes Bezerra
Gilvan Mendes da Silva
Hérica Pimentel Brito de Souza
José Henrique Freitas G. Araújo
Marilena Tavares Nunes
Rosângela Batista Tavares
Severino Carrera da Silva

APRESENTAÇÃO

Ao propor esta iniciativa, a Comissão de Legislação Participativa (CLP) reafirma o seu papel de fórum permanente de diálogo com a sociedade civil, no sentido de promover debates sobre questões atuais, que interferem no cotidiano de todos os cidadãos deste País.

Assim, nesse contexto, acredito ser de fundamental importância discutir o relacionamento entre a Câmara dos Deputados, a imprensa e a sociedade civil, nesse momento em que a imagem da Câmara dos Deputados tem sido atingida por razões rotineiramente divulgadas.

Ao longo de minha caminhada política, tenho tido a oportunidade de sempre destacar a importância dos meios de comunicação para o regime democrático. Tenho plena convicção de que a existência de uma imprensa toldada por interesses setoriais rui nossas esperanças em um futuro melhor para o Brasil. Um futuro com mais justiça social, baseada na plena liberdade de informação.

A Câmara dos Deputados dá excepcional exemplo de transparência e ampla liberdade de informação. Por aqui transitam inúmeros jornalistas que dia a dia trabalham para levar ao povo brasileiro informações sobre o cotidiano da política nacional.

Algumas atividades da Câmara dos Deputados, vitais para a compreensão do processo legislativo, como os trabalhos das diversas Comissões Temáticas, por exemplo, são muitas vezes relegadas a segundo plano pelos meios de comunicação, os quais priorizam outras atividades, como as discussões do Plenário. O resultado prático dessa prioridade traduz-se no desconhecimento da esmagadora maioria da população brasileira sobre a real e efetiva contribuição da Casa nos desígnios da Nação.

Dessa forma, creio ser esta uma ótima oportunidade para que representantes dos meios de comunicação em conjunto com representantes da sociedade civil e Parlamentares possam discutir essas e outras questões que redundem no aprimoramento da relação Câmara dos Deputados, imprensa e sociedade civil. Portanto, diante desses argumentos, conto com a colaboração dos nobres pares para aprovação deste Seminário.

Deputado Geraldo Thadeu
Presidente da CLP

Seminário Nacional
Cidadania, Mídia e Política: Relacionamento
Sociedade Civil, Meios de Comunicação e Parlamento

SOLENIDADE DE ABERTURA



Foto: Akimi Watanabe

Da esquerda para a direita: Dr. Iradj Roberto Eghrari, Gerente Executivo da Ágere – Cooperação em Advocacy; e Deputado Geraldo Thadeu, Presidente da Comissão de Legislação Participativa.

O SR. APRESENTADOR (David Rayol) – Dentro de mais alguns instantes iniciaremos a solenidade de abertura do Seminário Nacional Cidadania, Mídia e Política.

Solicitamos aos portadores de aparelho celular para que os mesmos sejam desligados ou configurados para o perfil “silencioso”.

Recordamos que é proibido fumar nas dependências deste recinto.

Muito obrigado.

Autoridades presentes, senhoras e senhores, bom dia. Realiza-se neste momento a solenidade de abertura do Seminário Nacional Cidadania, Mídia e Política: relacionamento – sociedade civil, meios de comunicação e Parlamento, uma iniciativa da Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados.

A mesa de honra está assim composta: Exmo. Sr. Deputado Geraldo Thadeu, Presidente da Comissão de Legislação Participação da Câmara dos Deputados e o Doutor Iradj Roberto Eghrari, Gerente-Executivo da Ágere, Cooperação em Advocacy.

Senhoras e senhores, composta a mesa de honra neste momento, convidamos todos a se colocarem de pé para o canto do Hino Nacional.

(É executado o Hino Nacional.)

O SR. APRESENTADOR (David Rayol) – Sentados, por favor.

Informamos que este evento está sendo gravado pela TV Câmara e será transmitido nos canais 14 da NET, 27 em UHF, 28 da SKY NET e e 235 da DIRECT TV, conforme a programação de cada emissora.

Senhoras e senhores, este seminário tem como objetivo debater a responsabilidade da mídia, das organizações da sociedade civil e do Parlamento na construção da cidadania política; a relação da sociedade com o Parlamento e o papel da mídia nessa relação; trabalhar pela construção de um espaço legítimo a manifestação da opinião pública e discutir os canais que conferem transparência à atividade legislativa.

Abriendo esta solenidade, fará uso da palavra o Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados, Deputado Geraldo Thadeu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Thadeu) – Bom dia. É com muita alegria e satisfação que realizamos este importante seminário, num momento também importante, que trata da cidadania, mídia e política, oportunidade na qual recebemos todos vocês para debatermos assuntos referentes ao Parlamento, à mídia e à comunidade civil.

Quero cumprimentar o Sr. Iradj Roberto Eghrari, Gerente-Executivo da Ágere, que participa deste seminário.

Senhoras e senhores, é com imensa satisfação que participo, hoje, da abertura do Seminário Nacional Cidadania, Mídia e Política. Este é um evento promovido pela Comissão de Legislação Participativa. Comissão essa que tenho muito orgulho em presidir.

Antes de mais nada, gostaria de agradecer a todos a presença, especialmente dos painelistas que, com toda a certeza, têm muito a nos ensinar.

Discutiremos, hoje, temas bastante complexos e de extrema relevância para a sociedade. Não há como negar que geram bastante controvérsias.

A relação entre mídia e política é um tanto quanto conturbada e permeada por uma infinidade de interesses, muitos legítimos, outros nem tanto. Nesse relacionamento, merece destaque a interação entre o Parlamento e os órgãos de imprensa, algo que, com certeza, será debatido pelos painelistas que me sucederão.

Inicialmente, faço quatro provocações.

Primeiro, quais são os fatores mais importantes na relação entre a mídia e a política? Segundo, existe realmente a suposta isenção na cobertura jornalística dos eventos políticos? Terceiro, mídia e política podem ser tratados como entes separados? E, finalmente, como garantir que as notícias acerca das atividades políticas sejam plenamente condizentes com a realidade?

Essas são perguntas tão antigas quanto a própria atividade humana de informar. Uma vez criado, o jornalismo passou, quase que instantaneamente, a exercer uma atividade política de suma importância, não apenas como instrumento para divulgação de idéias. O jornalismo, em pouco tempo, passou a ser, ele próprio, um ente político, principalmente nos países onde o processo de construção da democracia corre de forma mais dinâmica, intensa e, muitas vezes, até truncada. E a mídia, conforme se desenvolve, tanto em termos tecnológicos quanto sociais, passou a deter um poder político crescente.

Daí, inevitavelmente, vem mais um questionamento: o que a mídia tem feito com esse poder? Essa é uma pergunta que, de tempos em tempos, deve ser relembada, principalmente quando o relacionamento entre a mídia e os demais entes políticos se torna mais tenso e a responsabilidade de cada um, mais questionada. Estamos, sem dúvida, passando por um desses períodos em que essa questão se torna mais presente.

A cobertura jornalística bastante tendenciosa dos acontecimentos passados no Parlamento, especialmente na Câmara dos Deputados, tem sido alvo de críticas de diversos setores da sociedade. Não há como negar que há razões de sobra para críticas a muitos fatos políticos recentes. Também há que se ressaltar que a imprensa não só pode como deve ser uma das guardiãs do bom funcionamento do Parlamento. É sua obrigação não medir esforços para denunciar tudo o que encontrar de errado na vida política. Mas o problema não está no teor das críticas, e, sim, no seu alvo. As generalizações que tornam todos os Parlamentares mensaleiros ou sanguessugas, infelizmente comuns na mídia, terminam por atingir não apenas pessoas indiscriminadamente, mas também a instituição à qual pertencem. Sai perdendo o Parlamento, sai perdendo a democracia, sai perdendo a própria população.

Exatamente por isso, o seminário de hoje não se chama apenas Mídia e Política, mas, sim, Cidadania, Mídia e Política. A palavra cidadania faz toda a diferença. Ela deve estar sempre em primeiro lugar na nossa atividade política. Também deve ser a palavra-mestra para a mídia. Afinal, tanto a política quanto a mídia devem ter como fator primordial de legitimação o interesse do cidadão.

Portanto, a realização deste evento na Comissão de Legislação Participativa tem um valor simbólico de grande relevância. Esta Comissão surgiu justamente com a preocupação de fornecer meios para que a população pudesse exercer sua cidadania de forma mais direta e eficiente.

Por meio da Comissão, o cidadão tem o canal aberto não apenas à apresentação de proposições, mas a uma participação mais direta em todas as atividades exercidas pelo Parlamento.

Esperamos também fornecer ao cidadão a possibilidade de discutir aqui, de maneira rica e aprofundada, temas que são do seu interesse maior,

como, por exemplo, a relação entre cidadania, mídia e política, tema do nosso evento de hoje.

A todos, desejo um ótimo seminário! Espero que daqui tiremos importantes lições que possam tornar nossa mídia, nosso Parlamento e a sociedade brasileira mais democráticos e com uma postura madura de cidadania política.

Muito obrigado.

O SR. APRESENTADOR (David Rayol) – Anunciamos agora a palavra do Sr. Gerente-Executivo da Ágere – Cooperação em Advocacy, Iradj Roberto Eghrari.

O SR. IRADJ ROBERTO EGHRARI – Inicialmente, quero parabenizar o Deputado Geraldo Thadeu pela iniciativa de realizar este seminário. Pela da audiência que estamos tendo, fica claro o interesse da sociedade civil neste tipo de debate.

Gostaria de fazer uma menção do por que da minha presença neste seminário e falar um pouco sobre o papel da sociedade civil no Parlamento. Aliás, aproveito a oportunidade para agradecer mais uma vez o convite feito à Ágere. Não ousou representar a sociedade civil. Muito pelo contrário. Sou um pequeno tijolo da atuação da sociedade civil no Parlamento brasileiro.

A Ágere é uma ONG que trabalha a área de incidência política, a área de influenciar na formulação das políticas públicas no País. Trabalhamos as áreas da criança e adolescente, da juventude, do gênero e a racial. Enfim, são várias as áreas que a Ágere tem trabalhado na Câmara Federal. E talvez por termos uma participação, digamos, mais ativa em algumas dessas instâncias é que recebemos o convite da Comissão de Legislação Participativa para com os senhores compartilhar nossa experiência.

O Deputado fez algumas perguntas provocativas. São muitas perguntas, e acredito que elas poderão nos ajudar nos debates desta manhã e nos da parte da tarde, quando, então, terei a oportunidade de participar da Mesa e aprofundar um pouco as diferentes idéias que trago.

Como sociedade civil, a minha primeira pergunta é se a mídia é capaz de fortalecer a relação entre sociedade civil e Parlamento. Ainda que a sociedade civil tenha os meios e caminhos de fazer-se valer e fazer-se presente no Parlamento, sem dúvida, há necessidade de influenciar os

Parlamentares, para que conheçam melhor os propósitos que a sociedade civil defende.

A mídia tem a possibilidade de ser a fortalecedora da relação entre o tripé sociedade civil, Parlamento e mídia?

A sociedade como um todo pode melhor conhecer e influenciar, por intermédio da mídia, o Parlamento?

Esse caminho contrário é extremamente desafiador, porque várias vezes vemos grandes debates se fazerem presentes no Parlamento brasileiro, na Câmara dos Deputados, e determinadas vozes da sociedade civil são ouvidas e amplificadas e outras não.

Por que há esse critério seletivo e como isso pode ser melhor amplificado?

Trago um exemplo bem claro: a questão racial brasileira. Esta Casa e o Senado analisam o Estatuto da Igualdade Racial. Há diversos aspectos polêmicos no estatuto, e a polêmica faz parte da vida desta Casa. No entanto, vemos a mídia amplificar muito mais as vozes de um grupo em detrimento de outro. Como seria o papel da mídia para dar o verdadeiro nível de impacto a ambos os lados, quando há questões polêmicas sendo levantadas?

Por outro lado, deixo uma provocação, que segue a linha apresentada pelo Deputado Geraldo Thadeu: qual seria o papel do Parlamento brasileiro, da Câmara dos Deputados especificamente, em valorizar a mídia como o espelho do mundo? Vou explicar o termo que uso “espelho do mundo”. A mídia pode ser o espelho que distorce a imagem, ou o espelho que apresenta a imagem como ela é. E essas distorções da imagem que podem amplificar determinados aspectos ou diminuir outros é uma questão que exerce grande impacto na vida de uma sociedade, porque a mídia é capaz de mudar as coisas – e aí a provocação que o Deputado fez – com o poder que detém.

Como a mídia canaliza o poder que detém? Seria a mídia capaz de tornar-se um espelho sem distorções, apresentando a real cara do Brasil?

A próxima provocação que trago, espero que possamos discuti-la neste seminário, uma vez que o papel da sociedade é levantado, é: a sociedade civil organizada também estaria presa a um modelo de democracia representativa ou seria capaz de abrir-se a um modelo de democracia

participativa, em que a interação mídia, Parlamento e sociedade civil valorizasse aspectos de democracia participativa?

O que quero dizer com isso? No início da minha fala disse que não represento a sociedade civil. Nós não temos mandato de representação nesse sentido. Mas o questionamento que se faz é se a democracia representativa já não se esgotou em alguns de seus aspectos e se a democracia participativa não deveria ser amplificada em alguns dos seus diferentes ângulos de trabalho.

É o que a Comissão de Legislação Participativa propõe. Nós estamos aqui numa experiência de democracia representativa e participativa. Como isso se dá na missão que a sociedade civil apresenta ao querer influenciar o Parlamento brasileiro?

E se falo de democracia participativa, há um grande desafio para os dois lados, Parlamento e Sociedade Civil. Quanto há de participação real daqueles cujos direitos e interesses defendemos, além de amplificar as suas vozes?

E agora faço menção a uma colega que está nesta audiência, a Renata, do Grupo Interagir, uma organização da sociedade civil de jovens para jovens. Quantas organizações formadas somente por jovens são capitaneadas por adultos? Até que ponto isso representa as reais vozes daqueles que defendemos?

Essa é uma crítica que faço a mim mesmo como Ágere. Com relação à própria Ágere e a outras organizações que defendem determinadas plataformas, até que ponto elas estão próximas daqueles cujos interesses são defendidos? Ou até que ponto estamos distantes? Até que ponto isso causa impacto nas políticas públicas, temática da parte da tarde? Como influenciar essas políticas públicas? E como se dá a inter-relação entre Parlamento, mídia e sociedade civil no processo de influenciar e “impactar” políticas públicas se estivermos distantes daqueles cujos direitos defendemos?

Essa a reflexão que trago, por ser extremamente oportuno. É algo que, hoje, cada vez ganha mais espaço. Precisamos ouvir as vozes dos verdadeiros interessados nas questões apresentadas e amplificadas pela mídia.

A mídia está preparada para fazer isso? A mídia está preparada para ir até as verdadeiras raízes da sociedade, dos movimentos populares ou de outros, para auscultar essas vozes e trazê-las ao conhecimento da sociedade?

Finalmente, uma proposta de provocação de autocrítica para a mídia, para a sociedade civil e para o Parlamento: o quanto estamos nos distanciando dos verdadeiros interesses da sociedade brasileira? Quem e como se define a agenda dos verdadeiros interesses da sociedade brasileira no Parlamento? Como se define a agenda dos verdadeiros interesses da sociedade brasileira, a serem defendidos pela sociedade civil organizada? Como a mídia é capaz de detectar essa agenda e essas prioridades? Quanto estamos distantes das nossas reais necessidades?

Apresento essas provocações como estímulo para o próximo painel e para as discussões do painel da tarde, para que possamos realmente nos aprofundar e sair deste seminário não com decisões ou conclusões absolutas, mas abertos a novas reflexões. Entendo que a função desta Comissão de Legislação Participativa, como o Deputado e o Presidente muito bem lembraram, é a de suscitar debates e questionamentos.

Muito obrigado.

O SR. APRESENTADOR (David Rayol) – Senhoras e senhores, encerrando a solenidade de abertura do seminário nacional *Cidadania, Mídia e Política: relacionamento – sociedade civil, meios de comunicação e Parlamento*, passo a palavra ao Exmo. Sr. Deputado Geraldo Thadeu para as ponderações finais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Thadeu) – Parabenizo o Sr. Iradj pela explanação.

Na realidade, hoje vivemos um momento muito complicado que envolve política, mídia e participação popular do País. Isso nos preocupa muito. Apesar da minha pouca experiência – este é o meu primeiro mandato, venho de uma experiência no Poder Executivo, porque fui Prefeito – , noto que as coisas no País não estão bem. Há um silêncio muito grande da sociedade talvez por causa da frustração, do desânimo, talvez por não acreditar muito nas suas representações.

A juventude tem-se mostrado quieta, apesar de ter tido uma boa participação neste seminário. A minha geração teve maior participação – e estão presentes pais mais experientes, que na juventude devem ter participado de movimentos por questões do País, da nossa vida.

Há poucos dias pensei: “Fazer o quê? Será que vale a pena estar aqui?” Chega-se a um determinado momento que dá vontade de parar.

Eu era dentista, sempre trabalhei como cirurgião-dentista, tinha um padrão de vida muito bom, e passei a dedicar-me, já com uma certa idade, à política, como Prefeito, e pude trazer para esta Casa a minha experiência de executivo. Entretanto, ganhamos a pecha de ladrão, corrupto, sanguessuga, mensaleiro. E quem transmite isso? E a responsabilidade da mídia? Dizem: “O Deputado ganha tanto, tem verba de representação”. Ora, quanto ganha um repórter de televisão para apresentar um jornal de grande audiência? Por que isso não é divulgado? E a coragem, onde está?

Não tenho nenhuma preocupação em tocar nesse assunto. Não tenho medo de perseguição nem de nada, pois cheguei a esta Casa com muita luta e determinação. Sou uma pessoa perfeita? Não. Tenho muitos defeitos. Sou um ser humano como qualquer outro que tem o direito de errar, mas revolta-me ver esse processo democrático ser jogado no chão. Lutamos muito para recuperar o País. E todos estão quietos. Por quê? O Governo nunca gastou tanto com mídia como hoje. Quem tem coragem de dizer que a taxa de desemprego é a mesma de algum tempo atrás? Ninguém transmite a verdade. Como fica o distanciamento das reais necessidades do País? O Dr. Iradj referiu-se a essa questão.

Quando fiz juramento para ser dentista, prometi tratar meu cliente como ser humano, com o maior carinho, atenção e respeito. Será que os integrantes da mídia não fazem isso na formação, quando prestam juramento? Há lados da mídia extremamente irresponsáveis. Parte da imprensa é altamente responsável e pensa no bem do País, e parte é “negra”.

Tenho conhecimento de que nas nossas bases chegam a dizer: “Se pagar, divulgamos; se não, não divulgamos”. Essa é a mídia que queremos? “Se pagar, divulgamos sua atividade parlamentar; se não pagar, não divulgamos sua atividade parlamentar”.

Gostaria que a grande mídia estivesse presente, e vai estar, porque aquela câmera vai transmitir para todo o País.

Também sou membro da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Casa. Milhares de jovens das periferias estão sendo dizimados, torturados, usados pelo tráfico e eliminados. A mídia não fala sobre essa questão. Basta uma personalidade sofrer um seqüestro ou qualquer atentado, que a

mídia abre espaço para falar que Fulano, Sicrano, da alta sociedade, de alto poder aquisitivo, sofreu algo. E clamamos para mostrarem os presídios que visitamos, com a Subcomissão de Sistema Prisional, neste País.

Mostrem isso! Mostrem os meninos mulas, dizimados nas periferias das grandes cidades, pelo tráfico! A mídia não dá destaque a esse fato. Será que não dá notícia? Não vende? Não dá retorno financeiro? Ou será que a mídia está ficando mercenária e não quer saber de mais nada? Será que tem de faturar milhões à custa do dinheiro público? Se tirarem o dinheiro público dos grandes órgãos de imprensa de nosso País, eles vão falir. Haverá, talvez, em alguns momentos a relação mesquinha do próprio Governo com a mídia, algo que não desejamos.

Se continuar desse jeito, estará em jogo, sim, o processo democrático em nosso País. O Parlamento está tão desacreditado, agredido, que vemos na Internet e em vários meios de comunicação – o Dr. Iradj sabe muito bem – “vote nulo”, “vote em branco”, “não vote”. A mídia quer faturar. É sexo explícito e exploração de pessoas em programas chulos da TV. É hora de mostrarmos a cara. Estou aqui, como Parlamentar, para dar minha cara à tapa. Espero que a mídia se apresente para discutirmos qual é a responsabilidade dela. E a sociedade civil também, porque tem, por meio da Comissão de Legislação Participativa, todo canal aberto para isso. E ela tem participado ativamente.

Precisamos pressionar o Presidente da Câmara dos Deputados e o do Senado Federal, para que levem ao Plenário as proposições apresentadas aqui pela sociedade civil. Temos a maior dificuldade de levar matéria ao Plenário para ser ou não aprovada.

Gostaria que o Presidente da Câmara dos Deputados estivesse aqui hoje, mas não está. São poucos Parlamentares presentes.

Está todo mundo com medo, com receio. Pensam: *“Eu vou para lá, vou falar com a mídia, a mídia vai acabar comigo. Agora há eleição, e eu vou pôr minha cara para baterem?”*

Quando fui Prefeito – aqui está o ex-Secretário de Saúde, na minha gestão, que presenciou isso – , um belo dia, o promotor chamou toda a mídia da nossa cidade e, com um calhamaço de 1.800 folhas, acusou todos nós. Ele julgou, condenou e executou perante a opinião pública por meio

da mídia. Depois, fomos absolvidos em todos os processos. E quando a mídia noticiou isso?

Os senhores se lembram da escola de São Paulo? A mídia executou todo mundo. E depois? Eles foram absolvidos, mas a mídia já havia destruído a vida daquele pessoal.

E a responsabilidade da mídia, onde está? Queremos um país onde a mídia tenha responsabilidade!

“Se você pagar, nós falamos de você. Se você não pagar, nós não falamos. Se você pagar, nós falamos sobre o que fez, que é um bom Parlamentar, que não há nada contra você, e tal. Mas se não pagar, não falamos, não”.

A grande imprensa vem à Câmara dos Deputados para ouvir somente Presidente de partido, grandes nomes e diz que no Congresso Nacional há baixo clero, médio clero, porque não conhece as atividades, as temáticas, os trabalhos de fiscalização e controle do dia-a-dia das Comissões.

O Parlamento falha. Há muito para se resolver aqui dentro. Tanto a mídia quanto a sociedade civil podem ajudar, e muito. Vamos trabalhar em conjunto.

Faço um desafio: que se coloque ao lado do nome dos principais apresentadores de telejornais o salário deles.

Muito obrigado.

O SR. APRESENTADOR (David Rayol) – Senhoras e senhores, neste momento, concluído o pronunciamento do Sr. Presidente da Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados, desfaz-se a Mesa.

Convidamos o Dr. Iradj Roberto Eghrari para retornar ao seu lugar reservado na primeira fileira do auditório, para assistir com os demais presentes ao primeiro painel, conforme consta de nossa programação, que abordará o tema *Cidadania, Mídia e Parlamento: a interação desses três pilares no fortalecimento da cidadania política*.

1º PAINEL

Cidadania, Mídia e Parlamento: a interação desses três pilares no fortalecimento da Cidadania Política



Foto: Akimi Watanabe

Da esquerda para a direita: Flávio Elias; Dep. Iriny Lopes, Dep. Geraldo Thadeu, Sérgio Murillo de Andrade e Mauro Malin.

Convidamos para compor a Mesa o Sr. Diretor da Coordenação de Divulgação da Secretaria de Comunicação da Câmara dos Deputados, Prof. Flávio Elias Ferreira Pinto; o jornalista Sérgio Murillo de Andrade, Presidente da Federação Nacional dos Jornalistas – FENAJ, e a Exma. Sra. Deputada Iriny Lopes, que também será painelista.

Gostaria de informar que este painel também tem a participação do jornalista Mauro Malin e da Profa. Alessandra Aldé, que se encontra em deslocamento para este evento. Para coordenar esta atividade, a partir deste instante, com a palavra o Exmo. Sr. Deputado Geraldo Thadeu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Thadeu) – Ainda há uma palestrante em trânsito, a Profa. Alessandra Aldé, que deve chegar logo.

Neste painel será discutida a integração entre a cidadania, a mídia e o Parlamento, explicitando o papel de cada um no aperfeiçoamento dessa relação.

Encontra-se presente a Deputada Iriny Lopes, que faz um trabalho extraordinário na Câmara dos Deputados, principalmente em defesa dos direitos humanos. É o que temos presenciado nesses três anos e meio de atividade. Realmente, a sua presença é muito importante, Deputada. Agradecemos a V.Exa. pela presença e participação.

Também está presente neste evento a Deputada Almerinda de Carvalho, Parlamentar atuante e muito interessada na defesa do Parlamento.

O jornalista Mauro Malin é editor do Observatório da Imprensa no rádio, desde maio de 2005; repórter da Tribuna da Imprensa, em 1966, e do Jornal do Brasil, de 1968 a 1970; redator do Globo e do Jornal do Brasil, entre 1982 e 1988; redator-chefe do Observatório da Imprensa online de 1996 a 1998; editor da revista Update da Câmara Americana de Comércio em São Paulo, de 1999 a 2005.

Passo a palavra ao Sr. Mauro Malin, para que faça sua explanação.

O SR. MAURO MALIN – Obrigado, Deputado. Minhas saudações a todos.

A primeira grande questão diz respeito ao déficit de credibilidade do Congresso Nacional nos dias de hoje. Se estamos falando sobre Parlamento, o povo e o papel que a mídia pode exercer, evidentemente não podemos ignorar esse problema.

Há sinais tão evidentes disso, que não sou obrigado a defender essa afirmação. Acho que todos concordam.

Mas nós nos iludiríamos muito se imaginássemos que a cobertura da imprensa – as informações e as análises que oferece, poucas por sinal – é suficiente para que tenhamos um bom diagnóstico e propostas realistas de melhoria desse quadro.

Existe a constatação de que há um déficit de credibilidade do Congresso, um problema para a democracia brasileira. Mas as análises existentes não são suficientes para sequer diagnosticar direito o problema.

Somente uma pequena fração dos meios de comunicação se dispõe a fazer uma cobertura desassombrada do assunto. Refiro-me à cobertura qualificada, diria até mais ou menos desassombrada. Falando dos que se dispõem a fazer isso, ela não é tão desassombrada. Vou dar um exemplo prático: se o jornalista exercer crítica severa, rigorosíssima e transformar-se num catão do Congresso brasileiro, ele fica sem fonte. E se isso ocorrer, ele se desqualificará perante os editores do jornal, que vão dizer-lhe: “Você não obteve isso, mas o seu colega sim”. O colega dele que é amigo do Deputado tal e do Senador tal, por isso obteve. Diria isso em relação à pequena fração que está preocupada em fazer esse tipo de análise. Um grande número de veículos não se dispõe a fazer análise alguma. Apenas quer pegar a espuma das coisas e passar para a frente se a notícia for tido como algo que estimula editorialmente o seu veículo. Vou dar um exemplo, sem querer personificar o debate. Recentemente tomou posse no Senado Federal um suplente dono de jornal, de emissora de televisão e de emissora de rádio na Capital do Estado dele. Pergunto: esses veículos, relativamente importantes no Estado, vão questionar o quê? Isso faz parte da grande maioria que não vai questionar coisa alguma. Vai apenas dizer: “Olha, o querido Senador da nossa terra fez um projeto maravilhoso a respeito de tal coisa etc”. Mas discussão e debate de algum tema mais sério não acontecerá. Esse é um problema.

Outra questão: o assunto Congresso disputa espaço com muitos outros assuntos, considerados mais interessantes para um público amplo, dentro dos veículos, sejam impressos, sejam espaço/tempo. Os veículos se preocupam em sintonizar a expectativa dos seus leitores.

Também sem querer personificar, chamo a atenção para algumas seções de opinião de jornais, até muito importantes, em que se detecta que a pessoa escreveu ali, mas pensou o seguinte: “Vou agradecer. Vou fazer um tópico indignado. Isso vai agradar ao perfil de leitor que eu tenho”. Prefiro que o sujeito escreva a partir da sua consciência, daquilo que julga ser justo, correto, produtivo para o País. Refiro-me a grandes veículos com grande qualidade jornalística – imaginem os outros veículos! –, caso tenham um assunto, uma imagem forte, interessante para um público mais amplo.

Vamos exemplificar dois momentos considerados lastimáveis: a dança da Deputada. Isso passou inúmeras vezes na televisão. Será que era tão importante? Não estou dizendo que não foi uma afronta, um desleixo, um deslize, mas será que era tão importante entre tantos assuntos a serem cobertos?

Outro exemplo notório: o quebra-quebra do MLST. Esse também foi para todo o público.

Existe a limitação do receptor. Em primeiro lugar, a limitação de tempo. Pergunto: de quanto tempo dispõe o cidadão comum para acompanhar notícias? Um tempo limitado. O espectro de assuntos que precisam ser dominados é muito grande.

O jornal Valor de hoje noticia: “Os bancos que concentram mais títulos públicos são os bancos oficiais”. É uma matéria interessante que consta da pág. 2. Quem vai ter tempo para tentar se qualificar, para entender do que se está falando? Já existe o problema de tempo das pessoas. Se houver 40 rebeliões simultâneas – houve 80 –, não haverá tempo para tratar dessas rebeliões. E se se fosse tratar – por hipótese, digamos que é gravíssimo, interrompemos nossa programação ou vamos colocar cadernos extraordinários no jornal porque vamos cobrir todos esses motins, pois é relevante saber a etiologia de cada um deles, as características, o relevo do que está acontecendo –, quem poderia assistir, quem poderia ler? É complicado.

Vamos a um outro problema. Quantos de nós dominamos o labirinto de procedimentos e o jargão parlamentar? Digamos que os veículos e o receptor da informação tivessem tempo. Vou ficar aqui e dedicar quatro horas por dia para entender o que está se passando no Congresso do meu País. O que ele vai entender disso tudo? Só uma fração.

E há, por outro lado, ações muito estridentes, feitas sob pressão dos holofotes, da mídia, e ações cuja importância é mais simbólica do que

efetiva. Vou citar outro exemplo recente: voz de prisão ao advogado que insultou o Parlamento brasileiro. Uma ação perfeitamente inócua, como me foi dito por um integrante desta Casa, o Deputado Biscaia, que entrevistei no dia seguinte. Disse S.Exa.: “Isso é inócuo, não há nenhum significado. Primeiro, esse crime é afiançável. Ele vai lá, paga uma fiança e vai embora. Segundo, teria sido mais interessante perguntar-lhe por que está dizendo que aprendeu a ser malandro – foi a expressão – com Deputados do Congresso brasileiro. Vamos adiante. Fale mais”. Ele não ia falar. Ou, se falasse, talvez dissesse coisas que iam enriquecer. Estou falando de um ponto de vista elevado: o debate.

Quem ler o que está hoje em O Estado de S. Paulo sobre o papel que o PCC está destinando aos advogados – substitutos para a transmissão de informações, instruções, etc; substitutos no uso de celulares, se e quando não se pode usar celular dentro das cadeias – , vai ver que enquanto se decreta a prisão em flagrante de um sujeito que fez aquela afronta, nada se sabe sobre o que está de fato acontecendo.

Diria mais: ninguém disse, durante o processo todo, que provavelmente o rapaz que vendeu o DVD não ganha 1.200 reais. Se ele faz hora extra, não ganha 1.200 reais. E provavelmente ele faz hora extra. Talvez não tivesse aceito essa proposta se fosse apenas receber o que disse que recebeu, e um dos advogados também confirmou.

Vou recapitular. O cidadão comum não tem tempo nem conhecimento específico para acompanhar criticamente a vida do Congresso, mesmo quando muito raramente alguns setores da mídia fazem cobertura competente. E aqui devo abrir parêntese para lembrar constatação que tem sido feita pelo Observatório da Imprensa há muitos anos. Reduziu-se excessivamente a cobertura do trabalho das Comissões do Congresso. Jornais não têm mais equipes suficientes, não têm espaço, não têm um processo de hierarquização da atividade dessas Comissões que lhes permitam dizer: “Essa daqui é relevante, vou acompanhar; essa é fundamental, não podemos deixar de jeito nenhum”. Não. Todas são relegadas ao esquecimento, eventualmente se cobre alguma coisa. Se houver escândalo, vão cobrir. Ou então cobrir o plenário, mas sempre na linha do escândalo.

No caso específico desta Comissão, ainda é mais gritante, porque ela simplesmente não pode cumprir sua missão precípua: lançar pontes para

a participação de setores amplos do povo no processo legislativo sem recorrer aos meios de comunicação.

No início, o Deputado se referiu ao fato de que existe uma câmara jogando os fatos para todo o País. Sabemos que o alcance desse meio ainda é limitado, até porque só terá acesso a ele quem possui TV por assinatura, uma parcela pequena da população. Se houver escândalo, não. Aí, outras emissoras, como CBN, vão reproduzir, vão abrir os microfones etc. Mas, talvez, se for atividade mais importante que o escândalo, provavelmente ela não será coberta.

Sem divulgação ampla, esta Comissão tende a tornar-se uma instância de interlocução da Câmara dos Deputados com setores já consideravelmente organizados da sociedade. Teríamos de fazer uma discussão para saber até que ponto isso é interessante para o desenvolvimento político do País. Por quê? Porque essas instituições, esses grupos organizados nasceram no vácuo do sistema político brasileiro, em grande parte na ditadura, promotora da maior dose de esterilização política que se possa imaginar na história recente do País. Tiveram extraordinário florescimento há várias décadas, mas surgem num quadro histórico de fragilidade da organização popular. Vamos pensar nisso. É a minha proposta.

Esta Comissão quer fazer uma porta de entrada para propostas altamente relevantes? Por exemplo, uma que já existe, que já está em curso, o Juizado Especial, resolve rápido o caso de um homem que agride sua mulher ou companheira, em vez de existir essa sanção da cesta básica. Conheço uma moça que foi à delegada, e a delegada disse: “Não faça a queixa, porque ele vai pagar uma cesta básica, volta para casa e bate em você de novo. E bate dobrado”. Ou seja, criou-se um sistema de punição para esse tipo de agressão que se tornou inócuo. Esse é um problema grave? Sim. Quantas pessoas sentem isso no Brasil? Nem sei dizer, é uma multidão incalculável de mulheres e crianças agredidas. Há canal para esse problema chegar aqui? Será que existe uma entidade especializada que vai dialogar com a Comissão para que a Comissão dialogue com seus pares na Câmara?

Não posso deixar de mencionar um problema que tem sido objeto de denúncia sistemática por parte do Observatório da Imprensa: a posse de concessões de rádio e televisão por Parlamentares, vedada pela Constituição da República, mas praticada sem peias nas duas Casas do Congresso. Referi-me ao caso do suplente que assumiu, mas todos aqui

poderão colher, como quem passa por um pomar, exemplos de emissoras ligadas a Deputados, nominalmente ou por intermédio de outras pessoas etc.

Em 25 de outubro, acompanhado pela advogada Taís Gasparian, entreguei à Procuradoria-Geral da República, em nome do PROJOR, entidade mantenedora do Observatório da Imprensa, uma representação que denuncia essa irregularidade, que já vem sendo denunciada há 10 anos pelo Observatório da Imprensa. Mas especificamente essa nova foi baseada num estudo coordenado pelo Prof. Venício Lima, da Universidade de Brasília, colaborador do Observatório da Imprensa. O que ele fez? Pegou um grupo de alunos que mapearam um pedaço dessa história: Deputado tal é detentor da concessão da Rádio e TV Alagoas, por exemplo. Quem é essa pessoa? Ele poderia ser, na condição de Deputado? Pela Constituição, não.

Até hoje, faz 8 meses, não recebemos da Procuradoria-Geral da República nenhuma informação sobre o andamento da matéria. O que sabemos, e nada além disso, é que a Procuradoria fez ao Ministério das Comunicações um pedido de informações.

Já que estamos numa Comissão, note-se que alguns concessionários de radiodifusão são membros de Comissão da Casa que concede ou prorroga outorgas. Está certo? Isso também está no estudo. Diz assim: “Esse Deputado, além de ser Deputado e tal, é da Comissão que julga isso”. O que é uma infração ao quadrado, na minha opinião. Não sou jurista, mas digo como leigo, como cidadão. Porque cidadão também pode ter esse tipo de opinião.

Acabei de me referir a um Senador empossado, a que tudo indica, em condições ilegais. Foi a informação que obtivemos dos advogados. É mais um caso de ilegalidade. Se a Mesa da Câmara e a Mesa do Senado tivessem interesse em fazer cumprir esse dispositivo constitucional, isso traria considerável benefício à democratização dos meios de comunicação do País, o que significaria, por desdobramento, considerável benefício ao esclarecimento dos trabalhos parlamentares da Câmara, do Senado, das Assembléias Estaduais, das Câmaras de Vereadores, onde esse fenômeno se multiplica, como todos aqui dentro desta sala sabem muito bem.

Agradeço o honroso convite feito ao Observatório da Imprensa para participar desta reunião. Peço aos senhores integrantes da Comissão que

verifiquem como podem ajudar a combater o que chamamos de corone-
lismo eletrônico.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Thadeu) – Quero agradecer ao Sr. Mauro Malin por sua exposição e convidar a Dra. Alessandra Aldé, Professora da Faculdade de Comunicação Social da UERJ, para participar da Mesa, pois vai ser uma das palestrantes.

Gostaria de também registrar a presença do SINDILEGIS, do SINDI-
JUS, do Grupo Abril, de alunos da UnB, e da FACIT. Agradecemos a pre-
sença dessas agremiações.

Também comunicamos a presença do Sr. Rogério Coser, represen-
tando o Deputado Estadual Liberman Moreno, do Amazonas, Presidente da
União Nacional dos Legislativos Estaduais – UNALE, bem como a pre-
sença do Sr. Gustavo Gindre, jornalista que vai participar do painel no
período da tarde.

Dando seqüência aos trabalhos, vamos passar a palavra ao Dr. Sérgio Murillo
de Andrade, Presidente da Federação Nacional dos Jornalistas – FENAJ.

O SR. SÉRGIO MURILLO DE ANDRADE – Senhoras e senhores, ini-
cialmente, em nome da Federação Nacional dos Jornalistas, quero agra-
decer o convite para participar deste evento e, ao mesmo tempo, elogiar
a iniciativa do Deputado Geraldo Thadeu, Presidente da Comissão de
Legislação Participativa. Digo isso porque acho que não estamos acostu-
mados a fazer este tipo de debate, e iniciativas como esta contribuem bas-
tante nesse processo de aprimoramento das relações democráticas entre
Parlamento e mídia. Ganha com isso a sociedade brasileira. O País não
costuma discutir sua mídia. A própria mídia, inclusive, tem evitado siste-
maticamente que esse debate seja feito de forma pública.

A proposta aqui é discutir – é isso o que vou fazer – o papel, a função
e a relação entre esses diferentes atores, ou seja, a sociedade, o Parlamento
e a mídia brasileira. Começo falando da sociedade e da função que a so-
ciedade tem nessa relação. Ela tem uma relação direta, aliás, exercida de
forma indireta, que é o voto. Temos no País o voto universal. Somos um dos
países em que mais eleitores participam do processo do voto democrático,
conferindo uma extrema, em que pese o fato de haver desproporção em

alguns Estados. Além disso, nosso sistema eleitoral ainda carece ser aperfeiçoado para garantir uma representatividade efetiva. O fato é que temos um Parlamento com larga representação da sociedade, do povo brasileiro.

A par do voto, o cidadão tem de ter notícia, tem de ter informação, tem de se relacionar com o Parlamento, de um modo geral. E isso se dá através dos meios de comunicação, especialmente os meios de comunicação de massa. Uma das bases que sustentam o programa do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, sobre o que há tempos vimos alertando as pessoas, é a capacitação da sociedade brasileira para exercer essa função social tão fundamental que é de conhecer os meios de comunicação, ver como funcionam, como se articulam para captar, para processar e para difundir as informações. Ou seja, é função do cidadão brasileiro, sim, se capacitar para conhecer a mídia. Por isso vimos defendendo a importância e a necessidade, cada vez mais premente, especialmente na rede pública, mas não exclusivamente, de programas de capacitação, de aprendizagem, de educação para a mídia que de alguma forma repassem ao cidadão uma leitura crítica dos meios de comunicação, de modo geral, e especialmente os meios de comunicação de massa, destacadamente o rádio e a televisão no Brasil. Imagino que essa seja a principal função. E cabe especialmente a esta Casa, ao lado do Poder Executivo, nas suas diferentes dimensões, tanto no nível federal como nos níveis estadual e municipal, fazer esses programas, facilitar e possibilitar esse processo de educação para a mídia.

Do ponto de vista do jornalista, ou, como estamos abordando aqui, da mídia como um processo social, é fundamental analisar que nós, jornalistas, em especial, temos três funções específicas nesse processo de mediação do Parlamento com a sociedade brasileira. A primeira é a função fiscalizadora. Acho que, em função do exercício da fiscalização, pela fala inicial do Deputado, foi que se motivou a organização, a articulação deste importante evento, deste importante seminário. Esse é um papel do qual não podemos abrir mão, porque ele é essencial para o funcionamento da sociedade brasileira. De alguma forma, o cidadão nos conferiu essa missão de fiscalizar o Poder Legislativo, o Poder Executivo e o mais avesso a esse tipo de fiscalização no Brasil, que é o Poder Judiciário.

Pois bem. Além desse papel fiscalizador, é claro que os jornalistas têm um papel que de alguma forma exercem com mais espaço, que é o informativo, ou seja, levar ao conhecimento do cidadão brasileiro o que

de fato acontece, o que de fato ocupa o trabalho dos Parlamentares eleitos pelo povo brasileiro. Isso é uma tarefa à qual o jornalista e a mídia não podem renunciar.

Além disso, eu acrescentaria um terceiro papel, que é o menos utilizado, ao qual tem sido dada pouca importância pelos meios de comunicação, que é o papel educativo. A FENAJ e o Fórum pela Democratização da Comunicação se incorporam à crítica, que não só vem desta Casa, mas de boa parte da sociedade, da sociedade organizada, de como nós, nessa relação com o Parlamento, ainda exercemos muito mal a função educativa. Diante disso, é inaceitável que comentaristas, jornalistas que dispõem de algum espaço na opinião pública – e nisso concordo plenamente com o Deputado – defendam o voto nulo ou façam a difusão de idéias contrárias à necessidade da existência de um Parlamento representativo e forte. Esse tipo de discurso deve ser combatido pelas entidades democráticas porque não contribui, em absolutamente nada, para o aperfeiçoamento da democracia e da própria cidadania brasileira. É bom observar que esse discurso ideológico é exercido de maneira oportunista porque o mesmo comentarista político que passa boa parte do ano questionando a necessidade da existência deste espaço democrático, no dia em que esta Casa sofre os efeitos de uma manifestação do Movimento de Libertação dos Sem-Terra, citado pelo companheiro Mauro Malin, nesse dia, e por esse mesmo jornalista, esta Casa se transforma num espaço intocável que não poderia, de forma nenhuma, sofrer qualquer tipo de violência, qualquer tipo de violação. Então, mesmo esse discurso ideológico que questiona a necessidade da existência do Parlamento brasileiro, fortalecido de forma oportunista, às vezes é utilizado inclusive em sua própria defesa.

Nesse sentido, em relação ao papel fiscalizador e ao papel informativo, creio que, de alguma forma, as empresas, de um modo geral, têm diferentes critérios editoriais. Com base em tais critérios, um exemplo disso é essa atividade. Não existe praticamente cobertura alguma da mídia. Caso houvesse aqui ao lado uma reunião de instalação da CPI para investigar os sanguessugas, provavelmente a sala ao lado estaria lotada. Podemos questionar esses critérios editoriais e devemos fazê-lo. É nosso papel. Mas devemos, acima de tudo, defender, lutar para que as empresas e os jornalistas tenham absoluta liberdade para decidir o que deve ser difundido. Não podemos abrir mão de fazer essa defesa do critério da liberdade absoluta,

como a FENAJ defende, associado a um sistema rigoroso também de responsabilidade social. É a respeito disso que quero falar.

Quero me permitir, porém, ao falar do terceiro elemento nesse processo do Parlamento, uma certa indelicadeza de um convidado que acaba criticando seu próprio anfitrião. Quero mostrar – acho que o Mauro já fez isso – que há uma espécie de concessão com relação a todas essas críticas que a Casa sistematicamente faz em relação à mídia. Ou seja, há uma espécie de conluio com esse mesmo sistema, com esse mesmo processo criticado pelo Parlamento brasileiro. E por que isso acontece? No dia de hoje, por exemplo, mais de 40% das concessões de rádio e televisão estão funcionando; ou seja, funcionam, chegam ao público, ao ouvinte, ao telespectador, de forma irregular porque funcionam em caráter precário. São concessões que já terminaram, cujo prazo expirou e não foram renovadas. O Parlamento não estudou, não se debruçou sobre os processos de renovação de um pouco mais de 40% do total de concessões de rádio e televisão no Brasil. Isso também é algo escandaloso. A isso some-se denúncia não recente – porque todos sabem, e o Mauro acabou de fazer referência – sobre a convivência com uma situação que fere o Regimento Interno da Casa e a própria Constituição: a presença no Congresso Nacional de Parlamentares concessionários de um serviço público. É o caso das concessões de rádio e televisão. Talvez daí venha o problema da renovação das concessões de rádio e televisão. É um escândalo com o qual infelizmente o Parlamento brasileiro convive há muitos anos. O Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, instituição que a FENAJ ajudou a constituir e integrar, provou que pelo menos um terço dos senadores são proprietários de rádio ou televisão, o que, repito, fere a Constituição brasileira. O Parlamentar não pode ser concessionário de um serviço público, como os Regimentos Internos das duas Casas prevêem. Portanto, essa situação precisa ser enfrentada corajosamente tanto pela Câmara dos Deputados quanto pelo Senado Federal.

É inconcebível também que esta Casa mantenha na gaveta há quase nove anos – no dia 13 de agosto vai completar nove anos – um projeto que revoga a Lei de Imprensa atual, um dos últimos entulhos da ditadura militar, substituindo-a por um texto moderno. No entanto, como disse, esse projeto se encontra tramitando nesta Casa há nove anos. Diria que ele está pronto para ser votado pelo Plenário da Câmara dos Deputados – projeto de nova lei democrática para a imprensa no Brasil. Uma lei que vai tratar

justamente da mediação entre a mídia e a sociedade brasileira, trazendo grandes avanços democráticos, principalmente quando recupera o instituto do direito de resposta. E isso interessa ao Parlamento, mais especialmente ao cidadão brasileiro, porque hoje esse instituto é, de certa forma, uma ficção. O projeto incorpora a idéia do rito sumário para a questão do direito de resposta. Esse é um grande avanço – e estou apenas citando um deles – desse projeto que há quase 9 anos está preparado, pronto para ser votado, mas que por pressões de diferentes esferas, especialmente da grande mídia brasileira, não vai a plenário. A votação de projeto seria uma forma de o Parlamento brasileiro aprimorar essa relação, democratizando ainda mais a relação dos meios de comunicação com a sociedade. Repito: esse projeto, que revoga esse entulho da ditadura, substituindo-o por uma legislação democrática, está pronto para ser votado. Acredito que no ano de 2004, de alguma forma, a Câmara dos Deputados impediu que esse processo tivesse um avanço extraordinário. Esta instituição sepultou essa expectativa, sem nenhum debate público, o que nos revoltou, no caso, a Federação Nacional dos Jornalistas, ao desistir da idéia de constituição de um Conselho Federal para a nossa profissão. Praticamente, todas as profissões de nível superior têm conselhos profissionais, menos a de jornalistas. Um conselho federal é algo fundamental para a organização da nossa profissão. Bem constituído e bem fundamentado, ele seria um instrumento valioso para a sociedade brasileira; seria um canal, um caminho, um organismo ao qual a sociedade poderia recorrer na sua relação cotidiana que mantém com a mídia, em especial com os jornalistas. Denunciamos – e só obtivemos, nessa denúncia, a parceria do Observatório da Imprensa – que o próprio Relator do projeto era um Deputado concessionário de uma rede de rádio no Rio Grande do Sul. Ou seja, toda essa discussão foi submetida, infelizmente, aos interesses da grande mídia, especialmente as grandes redes de televisão, o que não permitiu que houvesse debate público. Foi isso o que mais nos revoltou. Não houve qualquer debate em relação à proposta, ao projeto de se criar um Conselho Federal para nossa profissão.

Finalmente para encerrar, quero informar que é fundamental nesse processo criar novos sujeitos. O País e o Parlamento têm uma oportunidade histórica neste momento. Refiro-me à decisão sobre a tecnologia a ser adotada para transmissão de sinais de rádio e televisão no Brasil. Infelizmente, essa discussão vem sendo feita de forma enviesada,

esquecendo-se dos próprios objetivos culturais que estão por trás da implementação dessa nova tecnologia.

De qualquer forma, se o objetivo é – e entendo que seja – criar e possibilitar que haja mais sujeitos nesse processo de comunicação, com novos interesses, com novas diretrizes editoriais, com condições de efetiva interatividade de serviços de comunicação, de fazer de fato a inclusão digital, o que só fortalece a inclusão social, é fundamental que o Parlamento acompanhe esses debates. E mais: que impeça que essa decisão seja tomada exclusivamente sob a égide dos interesses dos grandes radiodifusores ou das poderosas empresas de telefonia. Esses interesses não se devem sobrepor ao interesse do cidadão brasileiro. E para que isso aconteça é fundamental a definição de um marco regulatório para a implementação dessa tecnologia. E, volto a dizer, o espaço para essa implementação e discussão desse modelo é a Câmara dos Deputados e o Senado Federal.

Estamos à disposição dos senhores para o debate. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Thadeu) – Agradecemos ao Sr. Sérgio Murillo de Andrade a exposição.

Destaco a presença da Deputada Iara Bernardi neste seminário.

Concedo a palavra à Deputada Iriny Lopes, que disporá de quinze minutos para sua explanação.

A SRA. DEPUTADA IRINY LOPES – Na pessoa do Deputado Geraldo Thadeu, cumprimento todos os presentes e agradeço o convite e as palavras carinhosas e elogiosas quando da abertura dos trabalhos deste evento.

Dou meu testemunho a todos da seriedade, da competência e da dedicação do Deputado Geraldo Thadeu com relação ao trabalho parlamentar. Somos colegas de Comissão desde o início do mandato. Estivemos juntos em diversas atividades, na Câmara dos Deputados e fora dela, sempre na defesa dos direitos humanos. Fiquei extremamente feliz com sua indicação para presidir esta Comissão. Esta atividade que hoje se realiza é uma mostra da preocupação e da seriedade com que o Deputado Geraldo Thadeu vem se conduzindo à frente dos trabalhos.

Falar sobre mídia, Parlamento e sociedade no nosso País é um enorme desafio porque são três elementos fundamentais na busca da consolidação e ampliação do processo democrático, por tantas vezes interrompido

e tão tênue no Brasil. Portanto, a escolha do tema para este debate nos coloca diante de desafios extremamente sérios, sobre os quais precisamos ter grande clareza.

No início de sua fala, o Sr. Mauro se referiu à indiscutível realidade da credibilidade do Congresso Nacional neste momento. Eu diria que neste momento a falta dessa credibilidade mais se aprofunda em função da crise política vivenciada no último ano e da forma como ela foi tratada, tanto aqui na Casa quanto pela própria mídia. Vemos, assim, como são importantes as informações prestadas à sociedade. São elas que permitem que a população tenha uma idéia, uma posição e faça uma avaliação crítica.

As pesquisas nos apontam a razoável dose de credibilidade de que goza a mídia, comparada às demais instituições no País. Tudo isso é fruto de um processo autoritário no País, como também de uma cultura bastante arraigada. O Sérgio e o Mauro enfatizaram como as elites brasileiras usam a coisa pública como instrumento para seu uso e seu benefício, o que se traduz nisto: aquele que outorga é o mesmo que se utiliza. Há caso de os membros de uma comissão de outorga de concessões terem interesse como concessionários. Isso nos dá uma idéia de quanto é preciso mudar essa realidade no nosso País.

Hoje devemos fazer um balanço do que é necessário para o País do ponto de vista de cobertura e produção da informação. Que tipo de cobertura queremos? Um exemplo recente foi quando esta Casa foi objeto, mais uma vez, dos olhares da população brasileira no episódio dos chamados sanguessugas. Era um absurdo abrir os jornais e ouvir rádio e televisão naquele momento. Uma funcionária do Governo, a cada dia, dizia ter lista de dezenas de Parlamentares envolvidos nessas denúncias. Ao cabo, o trabalho feito pelo Ministério Público e pela Polícia Federal não confirmou nenhum nome entre 160 Parlamentares listados. Isso, portanto, jogou sob suspeição todos os Parlamentares desta Casa, bem como todos os Senadores. Visto que 160 Parlamentares deveriam estar sob investigação, e na medida em que nenhum deles teve seu nome confirmado, suspeito pode ser qualquer um de nós. Ora, esse não é o tipo de cobertura que interessa à sociedade brasileira.

Sou defensora da liberdade de imprensa. Pela minha idade – vivenciei o período da ditadura, algo de que grande parte da sociedade brasileira não participou – e sei o preço da liberdade. Mas toda liberdade deve pressupor

responsabilidades. Essas responsabilidades podem e devem ser cobradas pela sociedade. Mas aí vamos entrar num círculo vicioso. Para que ela cobre, ela tem que ter informação. As escolas brasileiras não informam de maneira necessária, e a imprensa e a mídia voltam a ser o ponto inicial da repercussão das notícias e da informação.

A comunicação e a informação são direitos humanos básicos. Sem elas não há como garantir que teremos uma sociedade democrática, informada e mobilizada em torno dos seus direitos. O desafio que temos é este: como romper essa dinâmica, predominante e hegemônica neste momento da nossa história, a fim de que possamos avançar? Esta Casa discute todos os dias questões extremamente importantes para a sociedade brasileira, mas essa repercussão é mínima. Refiro-me, repito, a interesses primordiais e essenciais da sociedade.

Hoje haverá lançamento de um conjunto de medidas do Governo Federal, com base num programa que foi elaborado a partir do exercício livre e democrático desta Casa. Com a CPI que tratou da exploração sexual de adolescentes, chegamos a um conhecimento muito mais amplo de um fato que hoje envolve mais de dois milhões de pessoas, que é o tráfico de seres humanos. Imagino que nos principais meios de comunicação, nos jornais em especial, veremos apenas pequenas notas, embora seja assunto de tamanha importância. Ora, como ampliar a participação, o interesse e a cobertura da mídia? Precisamos que o povo brasileiro tenha informação sobre tudo, e na mesma proporção. Então, não é fundamental garantir a liberdade da informação que dá visibilidade social àquele Parlamentar que cometeu uma infração, um crime no seu trabalho de representação popular? Cito o caso dos envolvidos com o que passou a ficar conhecido como mensalão. Tudo no Brasil tem apelido e, às vezes, acabamos envolvidos pelos apelidos e não conhecemos os nomes próprios. E, aí, assuntos de muita importância ficam reduzidos à prática do sensacionalismo. A garantia de que o povo brasileiro saberá nome, telefone, endereço e os crimes cometidos por esses Parlamentares devem ter igual dimensão aos assuntos gerais que são de interesse da população brasileira. Imagino que o tráfico de seres humanos, uma das atividades mais rentáveis hoje no âmbito do crime organizado, seja de interesse da população, porque crianças e adolescentes de ambos os sexos, mulheres e homens adultos são utilizados no tráfico de seres humanos – e não só para atividades sexuais, mas também para outras atividades, como trabalho escravo, por exemplo. Vejam quanto isso

gera de lucro. Seres humanos são aliciados para toda sorte de atividades. No entanto, isso poderia ser sensivelmente reduzido se sobre essas questões se debruçasse a mídia brasileira, fornecendo mais informação.

Acompanhamos a realidade e sabemos quanto a informação é indispensável, por exemplo, no enfrentamento de uma questão de saúde pública de dimensões enormes como a AIDS. A informação é indispensável para enfrentar esse problema e reduzir o número de casos. Portanto, estou falando desse tipo de interesse social tão importante para a evolução da nossa sociedade.

Juntos teremos de enfrentar duas questões. A primeira delas é a maneira com que a mídia e a imprensa continuam a ser olhadas, administradas e utilizadas. a saber, como um bem privado e não como concessão pública. E aí voltamos, portanto, à questão levantada pelo Mauro: a presença de atores públicos e políticos com poder como beneficiários dessa concessão. A segunda questão é como efetivamente romper com esse círculo vicioso e fazer com que a sociedade receba as informações que a farão sujeito e protagonista das mudanças que precisam ser feitas.

Agradeço novamente a possibilidade de estar participando deste seminário, para o qual espero ter dado uma contribuição. Os senhores conhecem a vida de Parlamentar. infelizmente, não poderei ficar até o final; daqui a pouco terei uma reunião com o Ministro do Planejamento. Espero, contudo, que este debate traga frutos que façam avançar esse processo democrático tão importante e precioso para nós brasileiros.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Thadeu) – Agradecemos à Deputada Iriny Lopes a explanação.

Contamos agora também com a presença do Deputado Orlando Fantazzini, grande defensor dos direitos humanos e também da questão da mídia. A presença de S.Exa. engrandece nosso seminário.

Passo a palavra à Dra. Alessandra Aldé, Professora da UERJ, que disporá de quinze minutos para sua exposição.

A SRA. ALESSANDRA ALDÉ – Em primeiro lugar, quero agradecer, em meu nome, no da UERJ e no do IUPERJ, onde sou pesquisadora associada, o convite para participar deste evento. Meus elogios por esta iniciativa.

Como os outros colegas também já disseram, ela atesta a importância cada vez maior da comunicação na política, uma importância que eu acho que sempre existiu, mas que agora está sendo reconhecida em diferentes campos. O interesse pela interação entre esses dois campos, comunicação e política, é crescente. Agora estamos vendo algo importante, que é o Parlamento se preocupar em debater e trazer este assunto para dentro, abrindo uma Mesa que é plural, pois dela participam várias instituições da imprensa, como a Federação dos Jornalistas, além de Parlamentares, acadêmicos e um público variado.

Para não ser redundante com os colegas que levantaram pontos importantes de maneira inteligente, vou procurar contribuir para o debate de uma forma breve, para que depois possamos abrir uma discussão. Vou falar um pouco sobre o diagnóstico. Parece haver uma concordância em torno de um diagnóstico de que a imagem do Congresso Nacional é ruim perante a opinião pública. As pesquisas mostram que é baixa a credibilidade, as pessoas não confiam nos políticos e a mídia contribui para essa imagem ruim; ou seja, ela é parcialmente responsável, até um pouco culpada por essa imagem negativa que a população tem do Parlamento.

Acho interessante entender esse diagnóstico para percebermos que o problema é complicado e encontrarmos vários aspectos pelos quais ele seja melhor compreendido para que possamos avançar. E quando falamos em avançar é sempre no sentido de uma democratização dessa relação entre a mídia e o Parlamento, a mídia e a política, em geral.

Em primeiro lugar, acho importante pensarmos na variedade do que entendemos como mídia, que não tem um só ator político, mas vários. Então, muitas vezes percebemos que estamos tratando da mídia pensando nas grandes redes de televisão aberta e nos grandes jornais de circulação nacional. No entanto, elas já por si envolvem muitos atores que têm demandas diferentes em termos de produção. Qual é a expectativa de uma informação num canal aberto com uma audiência de 60% como o Jornal Nacional, da Rede Globo, ou um jornal de grande circulação e influência junto à elite, como a Folha de S.Paulo?

Quando passamos a analisar a visibilidade do Parlamento nesses grandes espaços de noticiário nacional, realmente o resultado é um pouco assustador. Há pesquisas do IUPERJ, do Wladimir Lombardi, que analisou 10 anos de cobertura do Congresso, incluindo a Constituinte – então, num

período de grande atividade congressual – e o resultado nos jornais impressos era muito enviesado, desfavorável. Sempre as oportunidades eram buscadas no sentido de deslegitimar e valorizar pouco o trabalho cotidiano e efetivo dos Congressistas. Então, a mesma coisa podemos pensar em relação à televisão. Acho que esta é uma reclamação comum: em meio a tantas Comissões com assuntos importantes, parece que a coisa só vai para a televisão quando é escandalosa ou quando se trata de CPI.

Temos que pensar um pouco nas limitações que tem uma rede de televisão. O fato de ser comercial impõe limites ao processo de produção jornalística. Sou jornalista de formação e já trabalhei na imprensa. Essa grande imprensa tem ritmo e lógica industriais. É produzida para gerar maior audiência possível. E também tem limitações tecnológicas e de rotina, o que faz com que funcione de determinada forma.

Uma das coisas que estamos interessados em estudar, por exemplo, são os critérios de noticiabilidade da imprensa. O que é importante para virar notícia ou não? O que os jornalistas respondem normalmente é que o que interessa ao público, necessariamente, são notícias. No entanto, vemos uma porção de limitações práticas e operacionais. Tudo bem, são importantes. Mas será que tenho imagem e fonte para fazer a declaração necessária? Tenho espaço na pauta? Ou seja, uma série de coisas que não seriam levadas em conta se o critério fosse exclusivamente interesse público acaba entrando em jogo, sim, quando você pensa nessas limitações próprias de empresa comercial voltada para o lucro. Então, o modelo é esse. Temos, talvez, de problematizar o modelo de operação dessas concessões, que são públicas, certo?

Mas também há questões técnicas próprias do meio. A televisão é um instrumento que, pelas pesquisas de recepção que fazemos, tem um impacto enorme no campo de formação das opiniões, das atitudes políticas, principalmente porque simplifica para o espectador um mundo que é visto como complexo e distante, muitas vezes desinteressante, porque assim é o mundo da política.

Esse é um outro problema que é importante trazeremos à tona porque diz respeito a uma realidade que não é exclusivamente brasileira; aliás, é um dilema da democracia moderna: o desinteresse. Ou seja, há uma ampla maioria de cidadãos cujo foco principal na vida não é a esfera pública. Eles estão prioritariamente empenhados em organizar e, muitas vezes, defender

a precariedade de sua vida privada. Seria ingenuidade pensar que podemos mobilizar a sociedade inteira para interessar-se em política.

Por outro lado, é uma grande injustiça, porque as pessoas que efetivamente se interessam em política estão presentes em toda a sociedade – isso é muito fascinante para nós, que estudamos opinião pública. O sujeito que adora política existe em qualquer lugar. Está distribuído pelas diferentes classes da sociedade, pelas regiões do País, pelas faixas de educação. É uma coisa fascinante. Tem lá um caboclinho que adora política e que, se puder, com um gato de NET, ter acesso ao canal à cabo e assistir à TV Câmara, ele vai fazer isso.

Então, por uma maioria que não tem interesse em ser o foco das grandes empresas comerciais de comunicação, acabamos prejudicando enormemente um grupo de cidadãos que é muito importante. Pode ser um grupo minoritário em termos numéricos, mas tem todo o direito e, mais do que o direito, uma missão importante na sociedade. Esses cidadãos são circuladores de informação, são pessoas que estão muitas vezes articuladas em redes de interação social em que essas informações acabam circulando.

Na verdade, temos que pensar a pluralidade dos meios de comunicação de massa também em face de uma sociedade que tem interesses diversificados na política e no Parlamento.

Acho que uma questão fundamental seria o respeito a esse cidadão ávido, especialmente interessado, que vai buscar notícias e muitas vezes se frustra porque não vai encontrar, nos meios acessíveis, as coisas que gostaria de ter acesso. Então, a idéia de pluralizar os meios, ou seja, poder ter mais emissores, vai ser sempre positiva nesse sentido da democratização.

Podemos pensar que, do ponto de vista do Parlamento, muitas vezes, na prática, mais importante do que a televisão e dos grandes jornais de circulação nacional são toda a rede de rádios, os jornais locais, as redes de comunicação direta que passam pela organização da sociedade civil.

Recentemente, participei de uma reunião em que se falou muito da rede religiosa, ou seja, de como as igrejas das várias denominações funcionam como uma rede de comunicação em que muitos políticos vão acionar circuitos. Estão fora da grande televisão e dos grandes jornais, mas, na prática, representam também um enorme recurso de poder, como já

foi levantado aqui pelos colegas, cujo controle muitas vezes o Parlamento fecha um ou dois olhos. Ou seja, como é organizado o acesso a essa malha de comunicação que, em termos de Parlamento, talvez seja mais importante do que a própria televisão, que é um recurso tão disputado?

Quando chegamos nessa época de eleição, começamos a ver as pessoas cronometrando os minutos de cada candidato e de cada partido. É interessante trazermos esse elemento do horário eleitoral para esta mesa, que também está discutindo a questão da mídia não só do ponto de vista jornalístico e dos emissores noticiosos, mas também como um espaço em que os próprios partidos têm uma garantia.

O Brasil é um dos poucos países em que todos os partidos têm acesso gratuito à televisão nacional em rede aberta durante o tempo que temos. É um acesso obrigatório e as emissoras não gostam, mas os estudiosos elogiam. Tanto no Brasil quanto fora, temos esse sistema reconhecido como muito democrático. Mas ele tem uma lógica bastante diferente para a disputa majoritária e para a proporcional. Esse é mais um elemento em que podemos fazer uma diferença.

Para os candidatos que dependem da maioria de votos de um grande universo eleitoral, como Presidente, Governador e Prefeito de uma grande cidade, tanto a televisão, os telejornais abertos, os jornais de grande circulação e o horário eleitoral na televisão são mais importantes, justamente pela lógica da competição. Eles têm necessidade de falar com um auditório quase universal, e a televisão aberta é dirigida a esse auditório quase universal; ou seja, quando se fala pela televisão, fala-se a um público mais abrangente possível.

Enquanto isso, para os candidatos proporcionais, ou seja, para os futuros Parlamentares que querem participar dessa esfera do Poder, a televisão, muitas vezes, torna-se até um problema, pela maneira como é organizada. A lei partidária e eleitoral brasileira tem conseqüências contraditórias. Se, por um lado, ela é toda feita para estimular o partido, ou seja, para que as decisões sejam tomadas coletivamente pelo partido em relação ao uso de tempo de televisão, em relação à ocupação de cadeiras no Congresso Nacional, por outro lado, a inexistência de lista, ou seja, o fato de que os candidatos, uma vez eleitos, são organizados de acordo com a votação recebida, cria uma competição interna, dentro dos próprios partidos, por

mídia, por espaço de televisão, por canais de comunicação de massa ou diretos com a população.

Há, portanto, uma lógica um pouco perversa, pois muitas vezes um espaço de televisão poderia ser importante para a criação de uma imagem coletiva, partidária, que certamente traria até mais dividendos eleitorais – um partido que tem coletivamente um número maior de votos elege mais Deputados ou Vereadores. Mas a lógica de cada candidato em competição, como também depende da concorrência interna do partido, muitas vezes se sobrepõe à lógica coletiva, que poderia ser reforçar as instituições, as características e a coesão dos partidos.

Chamo a atenção de todos e abro o debate sobre esse sistema. Há dez anos estudamos essas relações entre poder e mídia nas várias frentes, e as questões são múltiplas. Gostaria de problematizar um pouco o diagnóstico, chamando a atenção de todos para a pluralidade do que é a sociedade, do que é a mídia e do que são os atores políticos. Certamente, essas interações parecem ser muito mais complexas.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Thadeu) – Agradecemos à Profa. Dra. Alessandra Aldé a apresentação. Ela é autora do livro *A Construção da Política: Democracia, Cidadania e Meios de Comunicação de Massa*. Atualmente, coordena pesquisas sobre Internet e política, comportamento eleitoral e opinião pública, comunicação política e persuasão eleitoral.

Concedo a palavra ao Sr. Flávio Elias, Diretor da Coordenação de Divulgação da Secretaria de Comunicação Social – SECOM da Câmara dos Deputados, que disporá de quinze minutos para sua explanação.

O SR. FLÁVIO ELIAS FERREIRA PINTO – Bom dia a todos. Em nome de toda a Secretaria de Comunicação Social da Câmara dos Deputados, gostaria de agradecer o convite para estar presente neste Seminário e falar um pouco sobre como funciona a mídia da Câmara dos Deputados.

O que baliza essa nossa utilização é que não competimos com os veículos de comunicação de mercado. Temos uma estrutura, um escopo editorial e um objetivo diferentes.

O que permeia o objetivo de todo o sistema de comunicação da Câmara dos Deputados? Mais do que o interesse do público, o interesse público.

O Dr. Mauro Malin e a Profa. Alessandra Aldé abordaram esta questão, a preocupação das grandes redes, das grandes corporações com a conquista da audiência. Felizmente, não é uma situação com a qual convivemos nesta Casa, não temos que lidar com isso. Então, o que baliza o que publicamos ou não é o interesse público e não o interesse do público. E o fazemos baseados nos conceitos de comunicação pública que hoje são amplamente defendidos pela maioria dos estudiosos da área.

Essa estrutura de comunicação veio crescendo ao longo dos anos justamente para favorecer a participação popular para que, cada vez mais, os cidadãos participassem do processo legislativo, como no caso da própria criação da Comissão de Legislação Participativa. A evolução dos meios de comunicação social da Casa ocorreu em prol do aumento da participação popular.

É interessante observar que todos os palestrantes abordaram a questão do descrédito do Poder Legislativo. Obviamente, não vou discordar, mas dados recentes de uma pesquisa, publicada pela revista *Imprensa*, mostram que é o Poder mais transparente do País quando comparado com os Poderes Executivo e Judiciário. E, numa escala de proporção, o Poder Judiciário estaria em último lugar. Quer dizer, somos o Poder da República mais transparente e, ao mesmo tempo, com maior problema de imagem.

Temos hoje a Agência Câmara, nossa agência de notícias que, em outubro, completará cem mil notícias publicadas. Quem observa o que é publicado na maioria dos jornais pode verificar que boa parte do que sai é a partir da pauta que a Agência Câmara divulga todos os dias. O que ocorre por trás disso? Somos absolutamente isentos ao divulgar as informações da Câmara dos Deputados. Obviamente, não fazemos preleção sobre nenhum Parlamentar ou algo assim, e quando ocorre algo, a notícia é divulgada pela mídia da Casa, talvez de uma maneira diferente de como é divulgada pela mídia de mercado.

Existe na Câmara dos Deputados o Programa Estágio-Visita, por meio do qual recebemos estudantes universitários de todo o País. Um dia, eu estava falando sobre isso e um dos estudantes pediu-me para digitar a palavra corrupção na pesquisa da Agência Câmara para ver se ela aparecia. Digitei a palavra com a maior felicidade, porque eu sabia qual seria o resultado. A intenção dele era que não aparecesse nenhuma notícia publicada na Agência Câmara sobre o tema corrupção; muito pelo contrário,

apareceram páginas e páginas de notícias falando sobre corrupção envolvendo ou não Parlamentares.

Esses veículos também estão à disposição de todos os Parlamentares. São um espaço de representação política. Em um mesmo programa da TV Câmara, um Deputado defende a liberação do aborto e outro manifesta posição contrária à legalização do aborto. Esses dois Parlamentares debatem o tema na TV Câmara, expressando suas opiniões e argumentos em defesa de suas posições.

Diria que os veículos de comunicação da Câmara dos Deputados são os mais democráticos, pois dão espaço a todas as correntes que permeiam a nossa instituição.

É interessante observar que temos buscado ampliar a visibilidade desses veículos, porque sabemos que realizamos um papel relevante no sentido de dar uma cobertura isenta, porém não parcial. Mas temos problemas de visibilidade. Por exemplo, 12% da população tem acesso à Internet. Estes 12% têm acesso a 100 mil notícias produzidas pela Agência Câmara até o momento, sem considerar que a maioria das notícias divulgadas pela Agência é reproduzida pelos jornais. A TV Câmara é uma televisão de sinal fechado – sinal aberto UHF somente em Brasília. Com o advento da TV digital, a abertura do sinal da TV Câmara será algo praticamente consolidado. Portanto, o que vamos fazer? Ampliar a visibilidade do nosso veículo de comunicação, da nossa TV e, conseqüentemente, as formas de interação com a sociedade.

A TV Câmara dispõe, por exemplo, de dois programas dos quais a população participa através do 0800. Quando um Deputado está explanando determinado assunto, a população pode, ao vivo, ligar para o 0800, o canal de comunicação da Câmara, e fazer uma abordagem em relação ao que esse Parlamentar está falando, pode fazer uma crítica.

Durante muito tempo, houve uma situação regimental em que era obrigatória a transmissão do plenário. Às vezes tínhamos uma situação muito pujante acontecendo nas Comissões, mas deveríamos, regimentalmente, transmitir uma sessão solene que homenageava determinado cidadão. Isso, na verdade, já mudou. Hoje, o que persegue a linha editorial da TV Câmara é o interesse público. Se hoje, por exemplo, na Comissão de Legislação Participativa se realiza um seminário com especialistas de

grande magnitude e, ao mesmo tempo, no plenário está sendo realizada uma sessão sobre assunto de menor interesse para a população brasileira, o que será transmitido, ao vivo, pela TV Câmara é a reunião desta Comissão, e não a do plenário. Já há uma liberdade editorial em torno disso.

A Rádio Câmara, também uma emissora FM, está na frequência 96.9. A princípio, podemos pensar: “Poxa, mas a Rádio Câmara só pega em Brasília”. O.k. Porém, mais de 700 rádios comunitárias e emissoras em todo o Brasil já utilizam a programação da Rádio Câmara, que está disponível através da Internet. Algumas rádios sequer têm Internet, mas são cadastradas na Rádio Câmara e recebem todo o noticiário produzido por CD diariamente.

O Jornal da Câmara tem uma tiragem de dez mil exemplares, uma tiragem limitada para a demanda existente. A maior demanda do 0800, que citei aqui, é pela assinatura do Jornal da Câmara. Por algum tempo, acreditamos que a Internet iria substituir as publicações impressas, as pessoas deixariam de dar valor ao jornal impresso. Isso, efetivamente, não se consolidou e a população continua atrás do Jornal da Câmara para saber o que acontece nesta Casa. Trata-se de um jornal democrático na medida em que apresenta o que é dito em plenário e debatido nas Comissões.

Essa busca por uma abertura, um aumento da participação popular também acontece nos veículos virtuais. A própria Agência Câmara vem realizando, com a participação de vários Deputados, chats e bate-papos sobre reforma tributária, violência contra a mulher, direitos ambientais e vários outros assuntos de interesse da sociedade civil, de tal forma que o cidadão pode participar, diretamente da sua cidade, e debater com o Parlamentar o tema que vem sendo discutido nesta Casa.

Há dois anos, lançamos um novo produto, o mais recente produto de comunicação na Câmara dos Deputados, o Plenarinho, o site infantil da Casa. É muito interessante a história do Plenarinho, porque percebemos um desinteresse muito grande por parte de toda a população brasileira, principalmente dos jovens e das crianças, em relação ao tema política. Apesar disso, concordo, em gênero, número e grau, com a Profa. Alessandra no sentido de que em qualquer segmento, em qualquer cidade, em qualquer lugar existe um sujeito extremamente interessado em política. O nosso Disque-Câmara mostra isso perfeitamente. Muitas pessoas que ligam para o 0800 da Câmara, na verdade, são clientes contumazes desse

serviço. Elas estão sempre ligando, participando, criticando e sugerindo. Portanto, se fôssemos mapeá-las, iríamos encontrar o que a Profa. Alessandra citou. Pelo 0800 da Câmara, Profa. Alessandra, seria fácil identificar quem é, em cada pequeno Município brasileiro, o sujeito interessado em política que está correndo atrás de uma maior participação.

O nosso site infantil foi lançado não faz dois anos. Quando começamos a discutir a idéia de fazer um site infantil, passamos a perguntar às crianças que visitavam a Casa o que elas gostariam de ver num site da Câmara dos Deputados, e elas respondiam: “Nada. Eu não quero ver nada na Câmara dos Deputados. Estou aqui porque a professora organizou esta visita, mas eu jamais vou entrar num site da Câmara dos Deputados”.

E começamos a perceber que o problema era mais embaixo, porque efetivamente o público não tinha interesse no tema. Começamos, então, a mudar o nosso universo de pesquisa. Em vez de pesquisar as crianças brasileiras, passamos a estudar os estudiosos que, de alguma forma, já tinham trabalhos publicados sobre mídia voltada para criança ou sobre mídia digital. E as pessoas começaram a nos mostrar alguns caminhos, sendo o principal deles o estabelecimento de elos de identificação. Quer dizer, a criança tem que se ver em alguma coisa. Se um veículo de comunicação produz algo que não seja um espelho para o público, obviamente haverá uma rejeição. Por isso, buscamos criar personagens, personagens responsáveis por áreas específicas do site, um personagem que, de alguma forma, representa um Parlamentar e atua com a criança, enfim, é mais ou menos isso.

A nossa luta é no sentido de aumentar o espectro de visibilidade dos veículos de comunicação da Casa e manter uma cobertura isenta e focada naquilo que é importante jornalisticamente e para o público. Acabamos atuando também, na nossa área de comunicação, como um instrumento de comunicação dirigida. Mais de vinte mil pessoas visitam a Câmara semanalmente.

Ah, que bom! Surgiu aqui a revista do Plenarinho, sobre a qual estou falando. É uma maneira de sair do ambiente virtual. Hoje descobrimos que não podemos, para atingir a criança brasileira como um todo, ficar presos a um ambiente virtual, temos que criar algum outro instrumento de capilaridade.

Trabalhamos também com instrumentos de comunicação dirigida. Mais de vinte mil pessoas visitam a Câmara. Esses cidadãos são recebidos por profissionais treinados em relações públicas que, além de oferecerem uma visita interessante no aspecto contemplativo daquilo que permeia o Palácio do Congresso Nacional, com as obras de arte, também apresentam um pequeno esboço sobre o que é o processo legislativo e como ele funciona, tentando de alguma forma desmistificar o trabalho do Parlamentar.

A mídia de mercado tem a tendência – é uma imagem bastante convencional que todo mundo está acostumado a ver – de mostrar o plenário vazio, como se isso fosse sinônimo de que a Casa não está funcionando. É um equívoco sem fim. Na verdade, o plenário é o último item do rito do processo legislativo. Em algumas situações, o plenário está vazio e esse corredor das Comissões está absolutamente lotado de Parlamentares e outras pessoas.

Uma outra coisa importante que perseguimos nos nossos veículos de comunicação é que esta Casa é maior do que a atuação individual de um ou outro Parlamentar que, em determinado momento, esteja envolvido em uma apuração ou algo que esteja acontecendo. O produto da Casa é maior do que a atuação individual desse Parlamentar. A Casa garante a representatividade popular. É dessa forma que o cidadão pode participar.

Quero agradecer a participação de todos. Neste debate estou sendo acompanhado por dois brilhantes colegas da SECOM, o Cid Queiroz, jornalista, e a Profa. Rejane Xavier, que poderiam estar no meu lugar falando sobre este assunto talvez até com mais propriedade do que eu. Por isso, peço-lhes ajuda para o debate que se inicia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Thadeu) – Agradeço ao Sr. Flávio Elias a exposição e parabenizo-o pelo belíssimo trabalho que realiza na Secretaria de Comunicação Social da Câmara dos Deputados.

Passaremos agora ao período de debates. Destinarei três minutos para quem fizer as perguntas e três minutos para quem as responder. Serão permitidas a réplica e tréplica pelo mesmo prazo.

Pelo adiantado da hora, peço para sermos bem objetivos no debate.

Passo a palavra, inicialmente, à Deputada Almerinda de Carvalho.

A SRA. DEPUTADA ALMERINDA DE CARVALHO – Sr. Presidente, ainda preciso comparecer a duas Comissões e marcar presença no plenário. Gostaria de parabenizá-lo pela iniciativa. Acho que este é um dos assuntos mais importantes no momento nesta Casa. Contamos aqui com a honrosa presença de jornalistas. Este debate é muito propício no momento. O jornalista Sérgio disse da importância de estarmos tratando deste assunto nesta Casa.

Sr. Presidente, sabemos muito bem que hoje, infelizmente, as notícias ruins, difamatórias e os escândalos são as que vendem jornais. Certa vez perguntei a uma jornalista sobre as coisas boas que fazemos. Ela disse que isso era obrigação. Claro que é obrigação, mas se houvesse um foco para as coisas boas, com certeza todos procurariam também fazer as coisas boas.

Foi dito aqui que os grandes caciques deste País comandam a mídia, escrita e falada. Muitas vezes estão acima de qualquer suspeita. Nos seus Estados, principalmente, ninguém deve falar mal deles, só deve falar bem, porque a mídia está em suas mãos.

Muitas vezes sobra para nós, pobres indefesos. Ficamos sujeitos a determinadas notícias e muitas vezes não temos a quem recorrer para nos defender.

Nós, assim como a imprensa, precisamos tomar cuidado com a mídia independente. Na minha região principalmente, temos algumas televisões independentes que falam mal do Prefeito, do Deputado e do Vereador. Por quê? Porque querem ter algum acesso, algum patrocínio. A partir do momento em que o Prefeito, o Deputado ou o Vereador dá alguma ajuda, começam a falar bem. Antes, mostravam as valas negras, tudo aquilo que o Prefeito não fez; depois, só mostram as coisas boas que o Prefeito fez. Isso denigre a imagem da mídia como um todo, mas existe e ninguém faz nada para que essa mídia não tenha esse espaço, principalmente na televisão e nos jornais. Os pequenos jornais de região também adotam essa prática, infelizmente.

Assim como existe o Parlamentar que tem ética, que trabalha honestamente, existem os que não são assim. Em todas as profissões há o bom e o mau.

Até me espantei, Sr. Presidente, ao chegar aqui e não encontrar Deputado algum. Fiquei apenas porque o assunto me interessa. Acho que este é um assunto que interessa a todos – a ética –, seja ela na política, na imprensa,

na polícia. Vemos hoje a política do denunciamento, que não é de agora. Tudo o que estamos vendo hoje de denunciamento vem há anos. Por que só veio à tona agora? Na hora em que se cita uma lista de um partido, vem outro e cita a lista do outro. Dessa forma, fica aquela disputa. Onde está a ética de tudo isso?

Parece que hoje só vemos a questão política partidária, o interesse próprio de cada um, mas não é isso o que queremos.

O Sérgio Murillo disse que o jornalista deveria escrever matéria de acordo com a sua consciência, não a matéria que vá agradar a ou b. Este é o princípio básico de todas as profissões, de todos nós, seres humanos: sermos éticos, termos princípios. Infelizmente, hoje, há interesses que se sobrepõem a esses princípios.

Comento muito que, às vezes, quando as pessoas referem-se ao currículo de alguém dizem: “Fulano é honesto”. Temos a obrigação de sermos honestos, ser honesto não é qualidade de ninguém; é uma obrigação, em todos os sentidos.

Hoje, em todos os setores, está havendo uma deturpação do que é ético, do que é correto. Hoje, não há fiscalização. Criam-se agências fiscalizadoras e essas agências muitas vezes servem justamente para fazer o que não deveriam.

Há muita coisa errada e a imprensa pode nos ajudar muito. Não estou aqui para condenar ninguém. Eu mesma fui citada na lista de uma mulher que não conheço. Até hoje, nem a Procuradoria-Geral, nem a Polícia Federal me chamaram para qualquer coisa, porque ela apenas citou o meu nome. Eu tenho a consciência tranquila de que nada há contra mim, mas a imprensa do meu Estado simplesmente colocou-me lá. Um dia desses um Deputado me disse que alguém pagou para o jornal colocar a minha foto, citando que estava na lista dessa senhora, que parece que era a pessoa que mandava dentro do Ministério. Até agora ninguém disse nada sobre o Ministro, mas me parece que essa senhora é quem mandava dentro do Ministério, ela que assinava e fazia tudo.

Interessei-me pelo assunto justamente por isso. Sou uma pessoa de uma região extremamente carente, uma pessoa que tem um trabalho na área social e projetos importantes. Inclusive, um dia desses vi o meu projeto na televisão. Estava em casa com meus filhos e vi que iriam falar do

meu projeto. Mostraram todo o meu projeto. Entrevistaram as empregadas domésticas, todos elogiaram o meu projeto, mas ninguém citou o meu nome, e eu fui autora do projeto. Fiquei muito feliz, pensando que iriam fazer referência a mim, mas não fizeram.

Essas coisas também são importantes para nós, não simplesmente pelo fato de o meu nome ser citado na televisão, mas pelo orgulho de estar atendendo a uma camada da população: 6 milhões de trabalhadores domésticos no País serão beneficiados com o auxílio-desemprego. Chega essa hora e a mídia não cita o Deputado. Mas qualquer outra matéria, estampam o nosso nome sem conhecer o nosso currículo.

Quanto a isso, é preciso haver uma maior avaliação antes de julgar sem ter critérios, sem haver alguma condenação. Acho que primeiro temos de ser condenados para depois sermos eschachados na mídia, seja lá o que for.

Parabenizo todos os que fazem o jornalismo sério. Sabemos que há os jornalistas seriíssimos, mas há aqueles que denigrem a imagem do político de um modo geral.

Parabenizo o Presidente pela coragem de trazer ao debate este tema. Esta Casa precisa realmente sentar e discutir o assunto. Lamento que o plenário não esteja cheio de Deputados. Todos têm interesse em discutir esse tema. Mas hoje é um dia impróprio. Ontem, havia 258 Parlamentares na Casa, talvez hoje muitos poucos devem ter comparecido, mas não falará oportunidade de discutirmos este assunto.

Parabenizo também o Flávio Elias pela TV Câmara, que tem programas transparentes. Você fala das CPIs e de todos os temas. Isso é importantíssimo. É uma pena que não vá até a população de um modo geral.

A população carente não se interessa pela notícia, não dá muita importância. Ela está muito voltada para os seus problemas pessoais, sobre o que o político vai oferecer a ela, principalmente no momento da eleição. Ela não está preocupada em analisar, em fazer um trabalho de análise da atuação do Parlamentar. Esse é um trabalho que temos de fazer corpo a corpo.

Meus parabéns a todos.

Sr. Presidente, infelizmente, vou ter de sair. Além das duas Comissões, tenho de ir ao plenário.

Agradeço a todos a presença.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Thadeu) – Agradecemos muito à Deputada Almerinda, que desde o início está aqui participando, dando a sua grande contribuição.

Continuando nosso debate, passo a palavra ao Sr. José Carlos Vargas Mariano, Vereador do Município de Correia Pinto, Santa Catarina.

O SR. JOSÉ CARLOS VARGAS MARIANO – Em primeiro lugar, parabéns V.Exa. pela iniciativa.

Acho que este encontro deveria ser dividido em três temas, para permitir às pessoas o debate, pois pela excelência técnica que estou vendo aqui, pelo conhecimento dos painelistas, o tempo é curto para as demais pessoas exporem suas posições com relação à opinião deles.

Acho que a mídia brasileira é o quarto Poder deste País, pela qualidade técnica que conseguiu, pelo conhecimento e pelo poder que tem de interferir na vida da sociedade.

Muitas vezes, de maneira irresponsável, alguns jornalistas denigrem a própria classe. Vejo que editores e jornalistas de grandes jornais não estão preocupados com a ética, a responsabilidade e o direito do cidadão. Muitas vezes, denigrem a imagem de uma pessoa e não pensam, no outro dia, na forma de recuperá-la. Simplesmente, como disse o nosso amigo aqui, estão preocupados com a mídia e o retorno financeiro.

Dessa maneira, assim como hoje o cidadão que comete uma infração de trânsito tem a obrigação de sentar no banco novamente para aprender a conduzir um veículo, deveríamos exigir de editores e jornalistas mais velhos a obrigação de respeitar, de conhecer a ética. O País é feito de uma vontade democrática, não podemos mirar a metralhadora para uma pessoa e irresponsavelmente colocar seu nome numa lista e destruir sua vida.

A sociedade está atenta, sim, aos políticos e está acompanhando os acontecimentos através da TV Câmara e de outros meios de comunicação. O cidadão está atento e volta sua atenção quando o assunto lhe interessa. E o assunto corrupção fica massificado na cabeça dele, denegrindo a imagem do político.

Se começarmos a ir na linha de destruição da imagem de políticos em nome de um denunciamento e não de uma fiscalização correta, vamos prejudicar nosso País.

Teremos eleição agora. Será que vamos eleger mais donos de rádio e televisão? Se não nos preocuparmos em qualificar o Deputado que está trabalhando, o Senador que está trabalhando, o Governador, os políticos, vamos eleger muito mais corruptos. E essa responsabilidade é da mídia, que tem de estar atenta, no momento em que começa, toda semana, a criar um fato novo de corrupção e de denunciamento e não se preocupa em mostrar questões importantes para o País. As eleições estão aí. O número de pessoas que vai abster-se de votar pode ser grande, o que não vai contribuir em nada com a democracia.

Assim, pergunto a qualquer um dos painelistas que queira responder: Qual seria a melhor maneira de equilibrarmos, de desqualificar e qualificar o político através da mídia?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Thadeu) – Agradecemos ao Vereador José Carlos a participação.

Como a pergunta foi generalizada, deixaremos a resposta para o final, nas considerações de cada um.

Gostaria de fazer alguns comentários, antes da conclusão dos trabalhos.

Caro jornalista Sérgio Andrade, na nossa fala frisei bem que considero que num processo de democratização é fundamental a liberdade de expressão da imprensa. Sempre defendemos que a imprensa livre é a essência da democracia. Cabe à imprensa apresentar os fatos com isenção, mas ela deve também ser questionada, porque não é a dona da verdade. Não é porque tem possibilidade de se comunicar com a massa por meio do rádio, da televisão e do jornal que é a dona da verdade.

No seu trabalho, como representante da classe, acho que este é um momento importante para discutirmos aqui, colocar essas questões e mostrar responsabilidade. Quando se destrói a vida de uma pessoa, depois não dá para reconstruir. Imaginem como será com essa nova lei, que está parada há 9 anos, relativa à imprensa e que trata do direito de resposta e de defesa da pessoa que foi atacada.

Acho que o Conselho da Imprensa deve ser criado, sem dúvida. Sou dentista e membro do Conselho Federal de Odontologia. Defendo minha classe, procuro trabalhar por ela e acho que o jornalista também tem de trabalhar pela sua classe e defendê-la, mas deve também ter a sua responsabilidade.

Parece que o Sr. Mauro Malin falou para mim, porque quem determinou a prisão do Marcos Valério e daquele delegado fui eu, quando ele ofendeu a minha mãe dentro do Parlamento numa reunião da CPMI dos Correios. Não caberia a ele outra coisa. Sabíamos que seria uma decisão inócua, mas aquela seria mais uma maneira de mostrar a ele que estava dentro de um local onde deveria ter respeito pelo menos pessoal com quem o estivesse argüindo. Quando agrediu a mãe de um Parlamentar, acredito que tinha de responder pela posição que adotou.

Acho que poderíamos partir para outros seminários desse tipo. Hoje estamos aqui na Comissão de Legislação Participativa convidando os representantes da mídia e da comunidade civil para debater essa questão. Gostaríamos também que a situação se invertesse, ou seja, que amanhã a mídia nos convidasse para o debate. Vejo a falta de Deputados aqui como uma descrença. Estamos cansados de ser malhados, de ser chamados de ladrões e de corruptos. O que vamos fazer? Vamos discutir o que com a imprensa? Esse é o pensamento que me passa.

O País passa por um momento político delicado. A Iriny Lopes é uma grande Deputada, tem feito um trabalho extraordinário e é defensora dos direitos humanos, assim como eu. Vou dar um exemplo. Há um programa nacional que cuida dos portadores de HIV, da AIDS. É um programa extraordinário. Criamos a Frente Parlamentar das Hepatites. O senhores sabem quantos brasileiros são acometidos de hepatite crônica C? São três milhões. E do tipo B? São três milhões. A hepatite mata mais do que a AIDS. Por 25 anos fui portador de hepatite crônica C. Sou um grande defensor da discussão desse tema aqui. Hoje conseguimos avançar muito e já temos um Plano Nacional das Hepatites.

Há poucos dias, vi num grande jornal a matéria de uma jornalista. Liguei para ela e disse que estava equivocada na análise da questão da hepatite. E a matéria dava até a entender que havia alguma pessoa ou grupo por trás, direcionando o teor daquela reportagem de uma página inteira de grande jornal. Ela simplesmente respondeu: “Olha, quando eu

for fazer outra matéria desse tipo, eu te consulto”. Não é essa a resposta de uma jornalista responsável ou de um jornal responsável – e ela representa esse jornal de grande circulação no País.

Então, vejo que há omissão, como disse aqui o representante da comunidade civil, por parte da mídia quanto a questões cruciais do País, como direitos humanos, desigualdade social, desemprego, gargalos que o Brasil tem.

É claro que a imprensa tem de denunciar Deputados corruptos, Parlamentares que não cumprem a sua obrigação. Agora, nós não podemos denunciar nada da mídia, não podemos falar nada a seu respeito, mesmo quando não somos perseguidos. E aí de que quem falar, porque vai ser perseguido.

Há pouco tempo, ouvi um grande comentarista de televisão desancar em cima do Congresso Nacional e defender o Governo. Depois, descobriu-se que ele tem uma irmã que trabalha no Governo. E, aí? Cadê a responsabilidade da mídia? Vamos abrir esse debate? Vamos ter coragem para conversar sobre isso?

A juventude está aí. Os representantes das universidades estão aí. E os senhores podem levar muitos pontos para serem debatidos nas universidades.

Desculpe-me pela maneira, às vezes, simplória, natural e muito verdadeira de falar. Não tenho constrangimento em pôr as coisas assim, com muita verdade, para serem debatidas. Não vim aqui para desancar a mídia. Não. Estou aqui para cobrar responsabilidades. E, se queremos um país justo, melhor e com menos desigualdade social, precisamos fazê-lo. Este é um país onde com pouco é possível fazer muito, porque, às vezes, com muito, joga-se tudo fora. Essa é a grande diferença. É aí que a mídia também entra para valer.

Com a palavra a Sra. Verônica Macedo, jornalista e coordenadora de comunicação do SINDILEGIS.

A SRA. VERÔNICA MACEDO – Disse o Flávio que a Agência Câmara é isenta quanto às ponderações e notícias que divulga. No meu entendimento, é meio complicado falar em isenção de qualquer meio de comunicação. Porque o que vemos todos os dias é que não há isenção, seja por causa do editor, seja por causa do diretor da TV que pede que se dê uma peneirada na notícia.

Ouvi o Murilo falar do projeto relativo ao Conselho Nacional de Jornalismo que teria sido engavetado pelo Relator. Segundo ele, o Relator não discutiu muito por ter interesse no projeto. Pergunto se não seria o caso de a própria FENAJ lutar para que esse projeto fosse retomado e discutido com a sociedade.

Hoje, quando o jornalista escreve alguma coisa contra alguém, não há como recorrer. Sabemos disso. Já aconteceu comigo, nas assessorias de comunicação por que passei, de simplesmente dizer alguma coisa para um colega – eu sou jornalista também – e ele publicar. E, por mais que se diga que aquilo está errado, ele não corrige a informação e, se o faz, é por meio de nota bem pequena.

Em geral, hoje, a irresponsabilidade dos meios de comunicação, dos jornalistas, é muito grande.

É necessário, portanto, rediscutir a questão do Conselho Nacional de Jornalismo, para que o jornalista tenha, acima dele, um órgão normativo e fiscalizador que diga: “Não, isso que você fez destruiu a vida dessa pessoa”.

O que vamos fazer com esse jornalista? Não seria um caso para a FENAJ? Passo a pergunta para o Murilo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Thadeu) – Agradeço à representante do SINDILEGIS a participação.

Com a palavra o Sr. Gustavo Gindre,, Coordenador-Geral do Instituto de Estudos e Projetos em Comunicação e Cultura – INDECS

O SR. GUSTAVO GINDRE – Talvez seja meio injusto, mas quero aproveitar a oportunidade para, rapidamente, fazer um comentário.

Reputo interessante, importante e justo o Congresso Nacional se relacionar com a mídia na forma da corporação. Ou seja, os políticos terem demandas com relação à mídia, tentando se pautar positivamente, bem como garantir que a mídia faça a cobertura do Congresso Nacional da forma mais correta, e reclamarem quando isso não acontece. Isso é correto e justo. Sinto falta, porém, de o Congresso se portar como legislador em relação à mídia. E é esse talvez o vácuo que fica.

Por exemplo, a lei que regulamenta o rádio e a TV no Brasil tem quarenta e quatro anos. Nos últimos quarenta e quatro anos, o Congresso, simplesmente, não aprovou nada em relação à TV aberta e ao rádio,

apesar de o setor ter sofrido enorme transformação no período. Aprovada na Câmara, essa lei foi à sanção do Presidente João Goulart, que lhe impôs cinquenta e dois vetos. Então, pela primeira vez na história republicana, o Congresso derrubou cinquenta e dois vetos do Presidente da República, já numa demonstração de que essa lei atendia a determinados interesses. E, nos últimos quarenta e quatro anos, ela não foi alterada no que diz respeito ao rádio e à TV aberta. Ainda vivemos sob esse arcabouço legislativo. A propósito, lembro que foi na discussão dessa lei que surgiu a ABERT.

Sinto falta, portanto, de um Congresso Nacional que se porte como um espaço de discussão e de aprovação de leis.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Thadeu) – Por intermédio desta Comissão, entidades e associações podem apresentar projetos de lei, a exemplo do que estamos discutindo.

Disse o jornalista Mauro Malin que a Comissão está mais ligada às entidades organizadas. Realmente, falta a esta Comissão chegar à população. Mas é uma questão de tempo também. Porque, nestes quatro anos de existência, já foram criadas Comissões de Legislação Participativa no Senado Federal e em várias Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais. E esse é o caminho, embora ainda falte ligação maior com a comunidade civil.

Vamos agora às considerações finais de cada debatedor, iniciando pelo jornalista Mauro Malin.

O SR. MAURO MALIN – Bom, primeiro, quero esclarecer que minha referência realmente não foi ao Deputado Geraldo Thadeu. Não cometeria a indelicadeza de fazer uma afronta pessoal a S.Exa. Referi-me, na verdade, a episódio que envolveu um advogado do PCC e nem me lembrava mais do caso que o Deputado mencionou e que não vou comentar porque dele não sei.

O Vereador falou sobre como valorizar. Isso é uma batalha muito generalizada, muito ampla, que tem de ser travada em muitas frentes.

No Observatório da Imprensa, por exemplo, instância de crítica da mídia e que tem dez anos, agora começam a acontecer fenômenos curiosos, mas muito pequenos. Por exemplo: uma rádio universitária da cidade de Rio Grande, Rio Grande do Sul, telefonou perguntando se podiam reproduzir o programa. Pode, é rádio universitária, não é?

Pouco tempo depois, uma rádio comercial de Paranatinga, Mato Grosso, telefonou perguntando se podia passar o programa. Pode, só não pode fazer exploração comercial, porque esse programa pertence à Rádio Cultura FM, de São Paulo.

Perguntei a um Ministro do atual Governo se estava acompanhando o programa e se podia fazer algumas críticas. Ele respondeu: “Não, não acompanho. Por que esse programa não passa em Brasília?”. Boa pergunta. Perguntei, então, ao Eugênio Bucci, Presidente da RADIOBRÁS, se teria como passar esse programa em Brasília, e imediatamente a Rádio Nacional de Brasília passou a retransmiti-lo. Esse é um exemplo de conquista que vai acontecendo passo a passo.

A constatação de que tem sempre alguém interessado em política me chamou muita atenção. Fiquei pensando o que vai fazer esse programa em Paranatinga, onde, segundo dizem, a população é muito carente. Tive de falar com várias pessoas para ter certeza se não era algo indevido. Falei até com o padre da cidade, o último do circuito, que me respondeu: “O pessoal aqui é muito pobre, você não tem idéia. Tem alguns fazendeiros ricos, mas o resto é pobre.” Por isso, o jornalista que me telefonou havia dito: “Nós vamos ter de explicar esse programa, porque se passarmos o programa sozinho, o ouvinte não vai entender.”

A mesma coisa aconteceu na RADIOBRÁS, com a Rádio Nacional da Amazônia, que descobriu que ninguém entendia nada do programa, pois estranho ao quadro de conhecimento da população ouvinte daquela rádio. Tiraram o programa do ar, porque era inútil. Vamos ver em Paranatinga se vai haver interesse.

Na matéria que escrevi para o site sobre esse acontecimento, que está na primeira página até hoje, digo que essa rádio comercial pertence ao Presidente da Assembléia Legislativa de Mato Grosso, que isso era inconstitucional, ilegal etc., mas que o operador da rádio que me procurou disse ter um contrato segundo o qual tem 100% de liberdade e independência para tocar a rádio. Segundo ele, o dono da rádio “não manda nada no jornalismo da empresa”.

Achei muito engraçado e interessante. Quer saber? Vamos contar a história toda para o público, deixar tudo transparente. Acho que esse é

um caminho para questionar. Disseram que é uma rádio comunitária que opera comercialmente. O maior obstáculo que tenho é esse.

Liguei para a rádio comunitária. Uma professora me atendeu e falou: "Não, de jeito nenhum, a gente não faz e tal..." Mas tinha ligação política. Liguei para o Prefeito, que evidentemente não me respondeu. E essa é uma coisa que constato muito. Já deixei na Câmara dos Deputados inúmeros pedidos de entrevista por telefone, e o sucesso é muito reduzido.

Então, é difícil, é uma batalha que vamos ter de travar em todas as mídias e de todas as maneiras. Acho que a situação vai mudar de maneira absurdamente grande quando os noticiários entrarem na telefonia celular sem custo excessivo. Aí tudo vai virar de cabeça para baixo. Afinal, já há 90 milhões de celulares. Não sei como será isso, o Gustavo é que entende do assunto, mas se houver um canal que permita multiplicidade de fontes de informação, mata-se a charada, porque não há papel, não há caminhão, não há banca de jornal, nada. Basta comprar o celular. Ele é que vai pagar, é como se faz com a televisão, é como o Brasil fez trocando ferrovia por rodovia. Na ferrovia, é preciso ter estrada, trem, operação etc. Na rodovia, porém, basta a estrada, e a pessoa compra o caminhão. O celular tem essa faculdade, acho eu.

Muito obrigado e desculpem-me o mal-entendido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Thadeu) – Agradeço ao jornalista Mauro Malin a contribuição neste Seminário, e também peço desculpas pelo mal-entendido.

Tem a palavra o Sr. Sérgio Murillo de Andrade, Presidente da Federação Nacional dos Jornalistas.

O SR. SÉRGIO MURILLO DE ANDRADE – Da mesma forma como todos nós criticamos a desqualificação da política e a generalização da cobertura quando se faz a crítica a determinado Parlamentar, temos de condenar a generalização da cobertura, porque é fato que a mídia, de modo geral, cobre muito mal o Parlamento, como cobre muito mal quase tudo, por diferentes motivos. Inclusive, não justifica, mas ajuda a explicar, os baixos salários e as jornadas excessivas de trabalho da categoria. Mas, insisto: isso não justifica. O leitor, o espectador, o público de modo geral não tem culpa disso. E é obrigação do jornalista se qualificar para a cobertura nas diferentes áreas, nos diferentes segmentos.

Insisto em que a generalização também deve ser criticada. Cito como exemplo assunto a que a Deputada fez referência: a comercialização de seres humanos. Por coincidência, a revista CartaCapital publicou esta semana excelente matéria do repórter Leandro Fortes sobre o assunto, em que a maior parte das fontes vieram justamente da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Já tinha listado o tema, mas não o abordei devido à limitação de tempo. Uma das formas de a Câmara dos Deputados e o Senado Federal aprimorarem essa relação com a sociedade é justamente o caminho que acertadamente tomaram há alguns anos de profissionalizar as suas assessorias de comunicação. O trabalho realizado por jornalistas, relações públicas e profissionais da propaganda nesses espaços é de excelente qualidade e deve continuar merecendo o estímulo e o apoio tanto da Câmara quanto do Senado. Costumo usar o trabalho desses jornalistas inclusive como paradigma nas discussões de que tenho participado na condição de Presidente da FENAJ, quando surge a dúvida sobre se esses espaços devem ser ocupados ou não por jornalistas profissionais.

Uso justamente o trabalho dos profissionais do Senado e da Câmara para mostrar que esse é um espaço que foi profissionalizado e moralizado pelos jornalistas. E deve continuar merecendo o apoio e o estímulo tanto da Câmara quanto do Senado.

Em relação à pergunta da Verônica, quero dizer que, na verdade, o projeto do Conselho Federal de Jornalistas, uma reivindicação da nossa profissão, é antigo. Tem mais de 40 anos e foi rejeitado pelo Plenário do Congresso com o voto contrário do Relator, que era dono de rádio – insisto nisso –, sem nenhum debate público. Não era medida provisória, mas projeto de lei e estava no espaço apropriado para discussão pública: a Câmara dos Deputados. E nós, inclusive, ao apresentarmos o projeto, pedimos à Câmara para promover em cada Capital, em cada Assembléia Legislativa, debate sobre a proposta. Porque para nós, a FENAJ, interessava a discussão.

Não era interessante, porém, para a Globo, para a Veja, para a Folha de S.Paulo, que fizeram campanha de extermínio do projeto e dos seus componentes, a sua aprovação. Criou-se um clima tal, que a FENAJ, entidade de 60 anos de tradição de luta, não só em defesa do jornalismo, mas também da democracia e das causas populares, foi anunciada

como entidade censora integrante do aparelho do Estado. E esse clima de linchamento do projeto acabou nos prejudicando. Infelizmente, o Parlamento cedeu, e isso impediu que fosse feito o debate acerca das verdadeiras razões e objetivos do projeto.

A proposta é clara. O Conselho Federal pretende, assim como outros, defender a profissão e a liberdade de imprensa. Queremos um instrumento de defesa da liberdade de imprensa. Mas, à medida que apresenta como sua principal missão zelar pelo cumprimento da ética jornalística, ele se associa a uma séria de iniciativas recentes na sociedade brasileira, para cobrar responsabilidade social da mídia, como é o caso do Observatório da Imprensa, que está completando 10 anos; das ouvidorias existentes – infelizmente ainda muito poucas, mas elas ocupam espaço importante –, o caso do Conselho de Comunicação Social, que pode prestar relevantes serviços à sociedade brasileira, e o caso da campanha sediada por esta Casa Quem financia a baixaria é conta cidadania. Enfim, muitas outras iniciativas com certeza serão gestadas e vão se associar a esse esforço de cobrar, de exigir da mídia, porque ela faz um serviço público que tem de estar sob critérios da própria sociedade, que, de alguma forma, depende do serviço exercido pelas empresas de comunicações, especialmente por esses profissionais, o que nos preocupa muito.

A direção da FENAJ tem, até por ser decisão do Congresso, obrigação de apresentar esse projeto. Avaliamos que este ano não seria apropriado, por causa da Copa da Mundo e da eleição. Com certeza, não haveria em 2006 espaço para a importante discussão que deve ser realizada.

Da rejeição do projeto para cá, estamos buscando novos aliados, incorporando novos setores na defesa dessa idéia, desse conceito. A intenção da FENAJ é a de reapresentar esse projeto no próximo ano. E contamos com o apoio do SINDILEGIS, de outras entidades e organizações, de Parlamentares e partidos preocupados e que defendem, tal qual a FENAJ, a democracia e a justiça social.

Deputado Geraldo Thadeu, muito obrigado e, mais uma vez, parabéns pela iniciativa. Espero que ela se reproduza outras vezes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Thadeu) – Agradeço ao jornalista Sérgio Murillo de Andrade a participação.

Repito: a Comissão de Legislação Participativa está à disposição para contribuir para que o projeto possa tramitar e ser aprovado.

Passo a palavra à Sra. Alessandra Aldé.

A SRA. ALESSANDRA ALDÉ – Sr. Presidente, elogio a qualidade do debate. Pela importância, complexidade e desdobramentos, o assunto mereceria ter no Parlamento uma Comissão específica.

Para terminar, apresento três itens pontuais que surgiram no debate, mas que devem ser enfatizados.

Em primeiro lugar, um ponto de consenso na Comissão: a omissão da imprensa em relação ao Congresso Nacional. É injustificável que os jornalistas não consigam, de alguma forma, dar mais espaço e visibilidade às atividades do Parlamento. Já ouvi do diretor de um grande jornal que é impossível dar cobertura para eleição proporcional. É tanto candidato que, se priorizarem quem tem mandato, estarão cometendo uma injustiça e, se abrirem para todo mundo, não haverá espaço para mais ninguém. É um problema realmente para a imprensa em termos práticos, mas isso não justifica a necessidade da cobertura.

Na semana passada, uma jornalista de grande revista semanal me ligou perguntando sobre que matéria poderia haver uma cobertura. Eu disse que teríamos de fazer uma matéria sobre eleição proporcional, porque o Congresso teve um ano de visibilidade negativa, um ano difícil e há em curso campanha de voto nulo que vai prejudicar candidatos. Esse tipo de ação não prejudica a eleição majoritária – não vai acontecer nada com a eleição para Presidente e para Governador –, mas vai prejudicar a eleição proporcional.

Respondeu-me essa jornalista que não havia gancho. E quem é jornalista sabe que isso significa dizer que não tem um elemento factual, sensacional, interessante que possa transformar o assunto em pauta. Essas são condições que precisam ser discutidas na faculdade de Jornalismo e nas empresas. É preciso discutir quais são os critérios para que algo vire ou não notícia.

Por outro lado, também é importante ressaltar o fato de o sensacionalismo na cobertura do Congresso não ser unilateral, ou seja, ele não se dá por interesse exclusivo dos jornalistas. Seria ingenuidade pensar que não existe uma série de Parlamentares envolvidos no jogo do que tenho chamado de oportunismo midiático. Há um verdadeiro palco para muita

gente vazar informações que não foram checadas para colunista ou para, aproveitando o momento de visibilidade de uma CPI, fazer campanha pessoal. Existe uma situação imbricada de interesses, em que não são os jornalistas os únicos culpados. Certamente há uma prática, um jogo de interesses, um oportunismo que atende a ambos os lados.

O último ponto para o qual quero chamar a atenção é o potencial da Internet. É muito interessante o estudo da Internet como campo de comunicação política e do alcance que ela pode ter. E quero relativizar o acesso, porque geralmente, quando se começa a falar de Internet, a primeira reação é a de dizer que ela só chega a 12% da população, que não é ampla, abrangente, mas limitada como meio de comunicação.

Isso, porém, é relativo, porque ela atinge, por exemplo, todos os jornalistas do Brasil, em qualquer lugar. Todo mundo está em conexão banda larga, rápida, com acesso a todos os sites informativos em tempo real, on line. Da mesma forma, os funcionários públicos e privados das grandes empresas e instituições do Estado, em todos os níveis – federal, estadual e municipal –, estão conectados, por motivo de trabalho, estão lá com a Internet ligada o tempo todo.

Esse é um universo que não é desprezível em termos de circulação da informação. Os atores políticos têm de tomar posse, é preciso fazer uma estratégia de comunicação em que a Internet possa servir para propagar a informação. E não é só por meio do acesso direto à Internet, pois, muitas vezes, a Internet pode fazer chegar as informações a pessoas outras, à rádio de não sei onde que, por exemplo, pelo site do Observatório da Imprensa, descobre que esse programa está lá. Essas conexões têm impacto maior do que sugere o acesso pessoal, individual dos usuários domiciliares de Internet.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Thadeu) – Agradeço à Sra. Alessandra Aldé a participação.

Mais uma vez, agradeço a todos que participaram deste evento, especialmente aos expositores, que atenderam com presteza o convite desta Comissão. Suas contribuições certamente serão de grande importância para a atividade legislativa da Casa.

Dessa forma, encerramos o primeiro painel.

Faremos um intervalo para o almoço. E, às 14h, estaremos de volta, quando reiniciaremos os debates com o Painel Mídia Democrática, Informação Pública e Participação do Cidadão na Formulação de Políticas, sob a coordenação do Deputado Carlos Abicalil.

Antes de encerrar, quero dizer que esta primeira fase foi excelente. Aliás, o processo democrático se consolida no diálogo, no entendimento e nas discussões.

E, Sra. Alessandra, se não der gancho discutir o objetivo de termos um Parlamento de melhor qualidade, fica difícil. Temos de continuar lutando por esse processo democrático, que demoramos tanto para conseguir e que não podemos perder de forma alguma.

Muito obrigado a todos e até daqui a pouco.

Está encerrada a primeira fase dos nossos trabalhos.

2º PAINEL

Mídia Democrática, Informação Pública e Participação do Cidadão na Formulação de Políticas



Foto: Akimi Watanabe

Da esquerda para a direita: Luiz Martins da Silva, Luiz Gonzaga Motta, Dep. Carlos Abicalil, Luiz Felipe Miguel, Gustavo Gindre e Iradj Roberto Eghrari

O SR. COORDENADOR (Deputado Carlos Abicalil) – Damos prosseguimento ao Seminário Nacional Cidadania, Mídia e Política: Relacionamento Sociedade Civil, Meios de Comunicação e Parlamento.

Iniciando o Painel Mídia democrática, informação pública e participação do cidadão na formulação de políticas, convido para falar sobre o tema Construção de um espaço legítimo manifestação da opinião pública e a transparência da atividade legislativa o Sr. Luis Felipe Miguel, professor do Departamento de Ciência Política da Universidade de Brasília, Doutor em Ciências Sociais pela Universidade de Campinas, coordenador de diversas pesquisas sobre a relação entre mídia e política, entre elas Meios de comunicação de massa e representação política na democracia contemporânea, e autor do livro Política e Mídia no Brasil, Episódios da História Recente. Seja muito bem-vindo e obrigado pela sua presença.

Convido também o Sr. Gustavo Gindre, jornalista da Universidade Federal Fluminense, Mestre em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Coordenador-Geral do Instituto de Estudos e Projetos em Comunicação e Cultura – INDECS, membro da coordenação do Coletivo Intervezes, eleito para o Comitê Gestor da Internet e membro do Conselho Consultivo do Sistema Brasileiro de TV Digital. Muito obrigado pela sua presença e participação, Dr. Gustavo.

Convido ainda os Srs. Luiz Gonzaga Motta, professor coordenador do Núcleo de Estudos sobre Mídia e Política da Universidade de Brasília; Luiz Martins da Silva, professor coordenador do SOS Imprensa, projeto de extensão da Universidade de Brasília, além de jornalista e professor da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília e coordenador do programa de pós-graduação em Comunicação; Iradj Roberto Eghrari, Gerente-Executivo da Ágere – Cooperação em Advocacy, Secretário Nacional de Assuntos Externos da Comunidade Bahá'í do Brasil, Secretário-Executivo do Centro de Estudos em Direitos Humanos do Centro Universitário Euroamericano – UNIEURO, membro do Comitê Nacional de Educação e Direitos Humanos da Sub-Secretaria de Direitos Humanos, da Secretaria-Geral da Presidência da República, membro do Conselho Fiscal da Transparência Brasil, sócio fundador e Presidente do Fórum Nacional de Educação em Direitos Humanos e membro do Conselho de Defesa dos Direitos do Negro do Distrito Federal. Muito obrigado aos senhores pela presença.

Aos nossos convidados e participantes – registrando a presença no plenário do Presidente desta Comissão, já reconstituindo sua saúde plena – esclareço que a reunião está sendo gravada para posterior transcrição. Por isso, solicito que, ao usarem a palavra, identifiquem-se e utilizem os microfones.

Para melhor condução dos trabalhos, cada um dos convidados para este segundo painel disporá de quinze minutos para a sua exposição, de maneira ininterrupta e sem apartes nessa primeira etapa.

Após as exposições, passaremos aos debates, uma vez que aqui possa haver interessados em interpelar os expositores ou acrescentar conteúdo ao que for revelado por este painel inicial, desde que inscritos previamente. Cada inscrito terá o prazo de três minutos para formular as suas considerações ou pedidos de esclarecimento estritamente sobre o assunto desta exposição, dispondo os expositores de igual tempo para resposta, admitidas réplica e tréplica pelo prazo igual de três minutos.

Evidentemente, não será permitido aos oradores interpelarem os presentes sobre outros assuntos alheios ao tema de pauta deste painel, que inauguramos agora.

Esclarecemos também que, ainda para este painel, está convidado o Deputado Orlando Fantazzini, cuja presença está confirmada. S.Exa. tem largos trabalhos atinentes ao assunto e, tão logo chegue, poderá incorporar-se à Mesa.

Feitos esses registros, passamos a palavra ao Dr. Luis Felipe Miguel, que disporá de quinze minutos iniciais.

O SR. LUIS FELIPE MIGUEL – Boa-tarde a todos. Em primeiro lugar, quero agradecer à Comissão a oportunidade e o convite. Acredito que é de grande importância que a Câmara dos Deputados se disponha a discutir essa questão, que, a meu ver, é de enorme relevância e não recebe normalmente a atenção devida.

Mesmo correndo o risco de fazer uma generalização injusta, diria que há enorme descompasso entre a importância que os integrantes da elite política brasileira concedem aos meios de comunicação de massa na gestão das suas carreiras políticas individuais e a pouca atenção destinada aos meios de comunicação, quando se trata de entender os desafios para o aprimoramento das práticas da democracia política no País.

Os meios de comunicação são centrais no processo democrático e são os principais problemas a serem resolvidos, caso queiramos construir no País democracia digna desse nome. Há tendência generalizada de encarar os problemas da nossa vida política em termos da representação política formal.

Então, a preocupação é com o sistema eleitoral, com o financiamento de campanha, com a fidelidade partidária e assuntos do gênero, que formam o grosso da pauta da chamada reforma política. São questões importantes, sem dúvida, algumas mais do que outras, mas isso não vem ao caso. Elas não esgotam os problemas que a nossa democracia enfrenta.

Para ir direto ao ponto, acredito que não conseguiremos ter uma democracia de boa qualidade se os cidadãos não tiveram acesso à informação de que necessitam para participar da esfera pública. E, aí, naturalmente, os meios de comunicação de massa são o componente central.

Trata-se de algo próprio das sociedades modernas. Em comunidades ditas primitivas, comunidades autárquicas, de fato seus integrantes prescindiam de mecanismos especializados de difusão de informação, na medida em que todas as informações relevantes eram acessíveis diretamente a seus integrantes, por meio da vivência ou pelo contato pessoal com testemunhas.

Para nós, não. Quer dizer, nossas vidas são cada vez mais afetadas por acontecimentos distantes. Para que possamos nos situar no mundo, precisamos de massa de informações que não temos como obter diretamente. Isso, então, vai ser a nossa dependência cognitiva em relação aos meios de comunicação de massa, gerada pelo fato de que, para conhecer o mundo, dependemos dessas organizações.

O impacto político disso é imenso. Os meios de comunicação são fundamentais na estruturação da nossa visão do mundo, portanto de como entendemos o mundo, quais são os principais problemas desse mundo social e as alternativas possíveis a eles.

Os meios de comunicação estruturam a nossa visão do campo político, quais são os seus atores principais, como eles atuam, que agenda se apresenta a eles, como se posicionam sobre os problemas entendidos como importantes.

E eles intervêm decisivamente também – e é aqui que quero me deter um pouco mais – na formação do chamado vínculo eleitoral, isto é, os mecanismos que unem os constituintes, o povo detentor nominal da soberania e seus representantes, aqueles que exercem efetiva e cotidianamente essa soberania política. O foco jogado, portanto, sobre mecanismos de identificação entre, de um lado, cidadão eleitor, e, de outro, agentes políticos.

Trata-se de mecanismos bastante complexos, que envolvem diferentes fatores e origens sociais, sejam elas percebidas em termos de classe, de etnia, de religião, sejam elas de qualquer critério, mas o elemento central desse vínculo entre representantes e representados é de caráter comunicativo. As trocas comunicativas entre candidatos e eleitores, entre representantes e representados, constituem o cerne desse vínculo eleitoral.

Uma vez que, necessariamente, vivemos uma democracia representativa, ou seja, por mais que sejamos capazes de implementar mecanismos que ampliem a participação direta dos cidadãos, a representação política em sociedades tão populosas e complexas como as nossas é inevitável? A qualidade desse vínculo eleitoral, da relação entre representantes e representados é o que determina a qualidade da democracia na sua realização de Governo do povo.

De forma um tanto esquemática, mas que, ainda assim, acredito razoável, é possível dizer que, para que o eleitor seja capaz de produzir uma decisão razoavelmente consciente no contexto de seleção eleitoral, ele necessita estar provido de informações adequadas sobre, primeiro, quem são os candidatos, quem os apóia, quais são suas trajetórias e quais são suas propostas; segundo, qual foi o comportamento dos seus representantes eleitos no mandato anterior; terceiro, o que é o mundo social, quais são os desafios que se colocam para o futuro próximo e distante, quais são as alternativas possíveis e quais são as suas conseqüências. Então, é necessário ter informações adequadas sobre esses três elementos.

Quando uso o adjetivo “adequadas” para qualificar as informações, é importante ressaltar que, nesse contexto, não significa que essa informação tenha de ser verdadeira. Para a maior parte dos casos relevantes, sobre os quais existe conflito de interpretação na sociedade, o valor verdade da informação é discutível. O que está em jogo são princípios de percepção do mundo político e social que envolvem valores, crenças e convicções.

Os fatos não precisam simplesmente ser apresentados, têm de ser interpretados, encaixados em narrativas com poder explicativo e ter o seu peso relativo avaliado.

Embora falsificações possam e devam ser coibidas, a meu ver, o que é fundamental, o que caracteriza a informação adequada para uma sociedade democrática é, acima de tudo, o seu caráter plural, ou seja, as diferentes perspectivas, as diferentes visões e compreensões do mundo social devem estar disponíveis para o conjunto das cidadãs e dos cidadãos.

É freqüente imaginarmos, então, que as informações relevantes estão disponíveis para nós. E, muitas vezes, a posição ingênua do consumidor de informação é essa. Isso ocorre graças ao fenômeno da naturalização dos padrões jornalísticos dominantes de seleção de notícias.

Os critérios de seleção de notícias nos parecem óbvios e naturais apenas porque toda a mídia segue a mesma direção e aplica os mesmos critérios. Mas, se pararmos para pensar, observaremos que vivemos uma situação complicada. Em primeiro lugar, no conjunto de informações publicamente disponíveis, a meu ver, existe amplo predomínio de informação irrelevante. No atual e singular momento, a euforia futebolística faz com que aparentemente 90% do noticiário seja referente à Copa do Mundo. Mesmo fora desse período, há grande predomínio de informação, que, do ponto de vista do posicionamento dos indivíduos na esfera pública, diante dos problemas que afetam a coletividade, é irrelevante.

É do autor francês Jean-François Revel provocativa frase com um quê de exagero, mas que ajuda a pensar sobre isso. Disse ele: “Quando se perguntar aos nossos pais por que não fizeram nada em relação ao holocausto, eles dirão: ‘nós não sabíamos’. Quando nossos filhos nos perguntarem porque não fizemos nada em relação ao genocídio em Ruanda, nós vamos ter de responder: ‘estávamos ocupados demais com o casamento de Stéphanie de Mônaco’”.

No que diz respeito a bem noticioso de informações irrelevantes, temos valoração amplamente disseminada e tendemos a aceitar como algo natural, quando, na verdade, devíamos perguntar por que acontece e a que serve.

Em segundo lugar, é própria do processo de produção da notícia, tal como isso se desenvolve, a tendência à personalização dos fatos e eventos e a enorme dificuldade para tratar de problemas estruturais. Por exemplo, a

violência estrutural, que não tem um perpetrador individual e é tão cruel em uma sociedade como a brasileira, é, na informação que consumimos, praticamente invisível, porque os meios de comunicação encontram dificuldade para tratar desses fenômenos estruturais. Há tendência à personalização dos problemas, o que traz uma série de conseqüências muito significativas na construção da representação do mundo social que emerge desses conteúdos.

Ligado a isso, temos a ausência de temáticas inteiras da pauta cotidiana dos nossos meios de comunicação, o que pode ocorrer devido a interesses específicos presentes ali e também por comodismo, por preguiça. Por exemplo, o conflito social no campo, que é seriíssimo no Brasil, que é endêmico, aparece nos meios de comunicação de maneira claramente episódica, sem que se conceda a ele a gravidade que tem. O mais importante, no entanto, é que, a partir do consumo das informações presentes nos meios de comunicação de massa, temos a universalização de uma perspectiva social específica. Por isso, acredito que o nosso grande problema seja a falta de pluralismo nesses meios de comunicação.

Existe uma série de fatores que levam à homogeneidade, no conteúdo dos meios de comunicação de massa. Eles vão desde a estrutura de propriedade desses meios de comunicação... No nosso caso, temos meios de comunicação privados. Portanto, existe vinculação evidente com os interesses do capital. Além disso, temos as origens sociais e os processos de socialização dos próprios profissionais na imprensa, o que leva a que tenham uma visão de mundo bastante unificada. Isso é muito sério, porque os grupos subalternos estarão praticamente condenados a consumir imagens externas sobre si mesmos. Esses grupos vão absorver a representação do mundo, que é feita de fora para dentro, o que marca sua incapacidade de produzir discursos relevantes na esfera pública. Mas, na medida em que eles consomem essas representações externas deles próprios, amplia-se a dificuldade que têm de construir sua própria agenda e de produzir seus próprios interesses coletivos.

Vou citar um exemplo que talvez torne um pouco mais claro o que estou querendo dizer. Existem, com certa freqüência, manifestações de lideranças da população favelada do Brasil sobre a representação que os meios de comunicação produzem das vidas nas favelas, seja no jornalismo, seja na programação de entretenimento. É uma representação exoti-

zada dessa vida, que não é capaz de apreender a realidade daqueles que dela participam.

Quero dizer, com isso, que precisamos compreender que os meios de comunicação de massa são, em si mesmos, uma arena de representação política. A representação política ocorre, é claro, no momento da decisão. Mas o momento da decisão é a culminação de um processo que passa significativamente pelo debate político. A deliberação envolve debate e tomada de decisão. A tomada de decisão ocorre nos fóruns formais, como o Parlamento. A deliberação ocorre, em parte, no Parlamento; mas, em grande medida, na esfera pública ampliada dos meios de comunicação de massa.

No Brasil, esses meios de comunicação de massa são incapazes de apresentar convenientemente a pluralidade de posições relevantes para esse debate.

Gostaria de diferenciar dois tipos de pluralismo, ambos importantes: o pluralismo político, ligado à necessidade de dar voz às diferentes correntes políticas; e o pluralismo social, ligado à necessidade de disseminar as visões de mundo associadas às diferentes posições na estrutura social, que são a matéria-prima da construção das identidades coletivas. Evidentemente, são duas formas de representação diferentes entre si: uma delas é a representação formalizada; a outra, que é mais contínua e menos formal, tem a característica de poder ser reapropriada permanentemente pela sociedade.

Para alcançarmos esse pluralismo social e político, existe uma série de medidas necessárias. Temos as medidas de desconcentração da capacidade de produzir informação, que são urgentes, a meu ver, mas ao mesmo tempo são irrealistas politicamente, porque o poder dos meios de comunicação bloqueia a discussão política sobre seus próprios efeitos. Aliás, é o que estamos vendo no momento, em relação à TV digital. Então, a meu ver, temos ainda um longo caminho a percorrer quanto à mobilização social, para pressionar nessa direção.

Como último ponto, ressalto bem rapidamente, antes de encerrar, que, além do problema da representação política nos meios de comunicação, temos o problema da representação da política nesses meios de comunicação.

Somos submetidos permanentemente a uma visão limitada e limitante do que é a política, que a restringe a seus espaços institucionais. A mídia contribui poderosamente para reforçar a idéia de que a política é uma

atividade isolada do restante da vida social, feita por um punhado de pessoas diferentes das outras. Como dizem por aí, só quem usa gravata pode falar em política. Isso é uma redução, que contribui para afastar da arena política muitas das energias sociais que podem renová-la e estabelece uma descontinuidade, a meu ver, bastante nefasta entre a produção do cotidiano, a vida dos cidadãos e a representação política formal. Se hoje essa representação política formal está tão degradada, como sabemos, se ela vive de escândalo em escândalo, se uma parcela grande demais de seus integrantes permanece sob suspeita de não possuir os requisitos necessários para exercer essa representação, isso é consequência também da separação entre as forças sociais atuantes e a representação no Parlamento, algo que a mídia reforça dia após dia, estabelecendo um espaço à parte para a política, em que só aparecem as manobras eleitorais, as manobras congressuais, as barganhas, os trâmites freqüentemente incompreensíveis. Isso, para nós, que estamos acostumados, muitas vezes passa despercebido, mas se trata de grave desserviço à ampliação da participação cidadã na política.

Era o que tinha a dizer.

O SR. COORDENADOR (Deputado Carlos Abicalil) – Muito obrigado, meu caro Luis Felipe.

Convido o Deputado Orlando Fantazzini para fazer parte da Mesa. Aproveito a oportunidade para passar a palavra ao Dr. Gustavo Gindre. S.Sa. disporá de quinze minutos para sua exposição.

O SR. GUSTAVO GINDRE – Boa-tarde a todos. Agradeço-lhes a possibilidade de estar aqui discutindo esse que parece ser um dos grandes não-temas da contemporaneidade. Esse tema não aparece na mídia por uma questão óbvia: a mídia não discute a mídia. E infelizmente pouco aparece no Congresso Nacional. Por isso mesmo, é importante a realização de eventos como este. Espero que consigamos, aos poucos, fazer com que o tema da comunicação comece a inundar cada vez mais a Casa do povo.

Fiquei pensando qual poderia ser a minha contribuição ao debate. Pensei que talvez fosse interessante discutir qual é a cara da mídia, quer dizer, qual é o arcabouço que permite esse cenário de mídia que nós temos. Em vez de tentar analisar o comportamento da mídia – primeiro, essa não é a minha área; segundo, penso que há pessoas aqui com maior competência

para isso – , vou tentar entender qual é a cara dela, o que a regulamenta, o que permite a ela ter essa determinada conformação atual.

Se eu tivesse de dar um título à primeira parte da minha fala, seria Movendo-se no Cipoal. A legislação, na área da comunicação, no Brasil, é um cipoal tão gigantesco que, na prática, é como se não existisse lei. Criou-se um emaranhado, uma confusão, um enxoval de contradições, de leis que desdizem leis. Há coisas que são regulamentadas na forma de lei, de um jeito, na forma de decreto, de outro jeito. Na prática, a mídia, no Brasil, apresenta-se como um dos setores mais desregulados da economia nacional.

Não foi por acaso que o CADE, órgão responsável pelo acompanhamento da atividade econômica, por tentar coibir a formação de monopólios e oligopólios, só recentemente se debruçou sobre o tema da mídia; mesmo assim, da mídia paga.

A propósito, é preciso lembrar que a mídia paga, no Brasil, está restrita a apenas 8% das residências. A mídia aberta segue sem nenhuma atenção do CADE. Esse mesmo CADE, à época em que a Nestlé ameaçou comprar a Garoto – nem lembro se comprou – , estudou detalhadamente o mercado de chocolates e chegou a conclusões sobre o nível de concentração que seria alcançado no mercado de bombons-bola. Por exemplo: Serenata de Amor, Sonho de Valsa. Eu até descobri que havia esse setor no mercado brasileiro. Esse mesmo CADE jamais discutiu a questão do rádio e da TV aberta no Brasil.

A legislação base, que estrutura a área das comunicações no Brasil – a TV aberta, principalmente, e o rádio – , é o Código Brasileiro de Telecomunicações, do longínquo ano de 1962. Ele é tão antigo que um dos seus últimos artigos, contido nas Disposições Transitórias, estabelece o que deve ser feito enquanto Brasília não tem um sistema telefônico regular. Vejam, então, como é recente o nosso Código Brasileiro de Telecomunicações. Notem o paradoxo: estamos entrando na era do rádio e da TV digitais, e o nosso Código é da época em que digital era coisa de papiloscopista de polícia. Era o máximo que nosso Código conseguia discutir, em termos de tecnologia digital.

Eu não preciso lembrar o que houve em 1967. O nosso Código, na origem, já é conservador. A ABERT surgiu para fazer lobby no Congresso Nacional para aprovação desse Código. Trata-se da associação que

representa as emissoras de rádio e televisão. João Goulart impôs 52 vetos a esse Código. O Congresso Nacional derrubou os 52 vetos do Presidente da República. Esse Código, que na origem é conservador, tornou-se mais conservador ainda na época da ditadura militar, em 1967, impondo a censura, por exemplo.

Com a promulgação da Constituição de 1988, parte desse Código tornou-se inaplicável. Se parte dele não é aplicável porque ficou defasada no tempo, outra parte não é aplicável porque se tornou inconstitucional, simplesmente porque existem determinados mecanismos oriundos da ditadura que não podem mais ser aplicados depois da Constituição de 1988.

Pois bem. Veio o Governo Fernando Henrique, que andou na contra-mão do mundo. Para evitar que esta Casa discutisse o tema da radiodifusão, o Brasil se tornou, provavelmente, o único país a separar a radiodifusão da telecomunicação na sua legislação. O Governo Fernando Henrique tinha a pretensão de privatizar o Sistema TELEBRÁS. Para isso, precisava rever o Código Brasileiro de Telecomunicações de 1962. Mas ele sabia que, ao revê-lo, abriria a discussão sobre o rádio e a TV, porque ambos eram tratadas na mesma lei.

Para que o Congresso Nacional não precisasse discutir a questão do rádio e da TV – essa é a demanda dos radiodifusores, que constituem praticamente um terço desta Casa – , para que os radiodifusores não tivessem seus interesses afetados, o Brasil se tornou, provavelmente, o único país a separar num canto telecomunicações stricto sensu com agência e lei específicas. Portanto, não é geral nem é de telecomunicações. A chamada Lei Geral de Telecomunicações não é geral, porque não trata de todo o fenômeno de telecomunicações; e não é de telecomunicações, porque radiodifusão também é tele, e ela não trata disso.

Nesse contexto, o Código Brasileiro foi mais uma vez amputado. Uma série de trechos... Pena que eu tenha me esquecido de trazer a imagem. O Código Brasileiro de Telecomunicações atual está quase todo em vermelho – foi cortado; foi cortado; não vale; não vale; não vale; não vale; não vale.

Então, nosso Código é conservador na origem, está defasado no tempo, é inconstitucional em certos trechos e foi mutilado pelo processo que redundou na privatização do Sistema TELEBRÁS.

Portanto, devido a esses quatro fenômenos, não é nenhum exagero dizer que não temos lei para o rádio e para a TV no Brasil. Na prática, nós não temos lei para regular o funcionamento do rádio e da televisão abertos. Todos os outros fenômenos da comunicação que surgiram depois de 1962 – e foram muitos – acabaram sendo regulados por expedientes particulares, causando o que eu chamei aqui de cipoal regulatório.

Vejam os senhores: se alguém assina TV a cabo, está amparado em uma lei que foi discutida aqui dentro, que lhe dá certos deveres e certos direitos. O concessionário dessa outorga precisa cumprir determinadas obrigações. Agora, se a pessoa muda a operação de TV a cabo paga para microondas, para MMDS, a legislação que vai ampará-la é apenas um decreto presidencial, que não lhe dá quase direito nenhum. Agora, se ela pára de assiná-la e resolve assinar a Sky, vai se ferrar, porque está amparada por uma portaria ministerial que não lhe dá nada. Ela tem de agradecer a Deus pelo fato de o sujeito entregar a TV na sua casa, porque não tem direito nenhum. E o que é pior: de uma base orbital; portanto, de território estrangeiro. Base orbital é território nacional dos países. O satélite transmite uma programação para o Brasil, a partir de território norte-americano – satélite da Sky e da DirecTV – , sem que haja legislação no País informando que deveres e direitos essa empresa estrangeira tem, quanto à nossa comunicação.

Portanto, falar em comunicação no Brasil significa falar de um setor em que não há nenhuma obrigação, por exemplo, para a produção regional. Por quê? Porque, se casarmos o mapa do coronelismo político com o mapa do coronelismo eletrônico, descobriremos que a coincidência é quase total. Os donos das outorgas de rádio e TV, por este País afora, são quase todos os caciques políticos dos seus Estados, que não têm interesse nem mesmo capitalista na gestão de suas empresas. Essas empresas nem sequer visam à rentabilidade. Elas visam apenas à manutenção daquele determinado grupo político no poder. Portanto, essas empresas não têm nenhuma perspectiva de produzir localmente.

Se os senhores andarem pelo Brasil, vão perceber que as retransmissoras da Globo, do SBT, da Bandeirantes ou de quem quer que seja são apenas pequenas estruturas locais, que recebem toda a programação já pronta do eixo Rio – São Paulo. Elas retransmitem e produzem apenas o jornal local, que em geral procura falar bem do grupo político do dono e

mal do grupo político do adversário. Essa é a programação regional que há no Brasil, ao contrário, por exemplo, do que existe nos pequenos países da Europa. A União Européia, aliás, tem uma taxa mínima. Para um país fazer parte da União Européia, qualquer TV ou rádio tem de produzir localmente pelo menos 10% da sua programação. E nenhum país da Europa tem legislação de apenas 10%.

A Espanha, por exemplo, tem não só índices de produção local, mas também fontes de financiamento local, fundos locais e índices de produção em língua local, inclusive pelo fato de haver naquele país bascos, galegos, catalães. Então, as emissoras são obrigadas a produzir localmente na língua local. Isso não existe no Brasil, o que causa distorção cultural gravíssima de determinados fenômenos culturais que têm impacto no local, que nem sequer são conhecidos nacionalmente. Estaria aqui o brega do Pará. Poderia citar vários outros fenômenos culturais que não aparecem na mídia. Têm, inclusive, mercado local, mas a mídia não os retrata nacionalmente, porque ela é feita exclusivamente no eixo Rio – São Paulo.

Estamos falando de uma mídia, por exemplo, que não tem nenhuma obrigação de produção independente. Não há nada que obrigue a mídia brasileira a ter de comprar de terceiros a sua programação. Nos Estados Unidos, esse percentual chega a 50%. No Canadá, é de 100%. A rede não pode produzir nada, tem de comprar de terceiros. No Brasil, o índice de produção independente é zero. A rede, se quiser, poderá produzir todo o seu conteúdo, a partir exclusivamente da sua visão de mundo, da sua linha editorial, porque simplesmente não há legislação que a obrigue a fazer o contrário. Não temos nenhuma legislação para concentração empresarial. Mesmo nos Estados Unidos, o berço do liberalismo e dos oligopólios de mídia, exige-se que haja um limite em relação à propriedade dos meios de comunicação. A cidade de onde venho – Rio de Janeiro –, por exemplo, vive uma situação impensável nos países ditos desenvolvidos, do capitalismo: a TV mais assistida, a rádio AM e FM mais ouvidas, os dois jornais mais lidos, a TV a cabo e a TV por satélite que têm o maior número de assinantes, a terceira revista e um dos maiores provedores de acesso à Internet pertencem ao mesmo grupo empresarial; no caso, as Organizações Globo. Esse nível de concentração empresarial, esse imenso oligopólio tem poucos semelhantes ao redor do mundo. Infelizmente, esse tipo de situação tem sido muito pouco discutido, seja pela Esquerda e pelos mo-

vimentos sociais, que ainda vêm a mídia com uma visão utilitarista de ganhar espaço no Jornal Nacional, seja pelo Congresso Nacional.

Há honrosas exceções, como a campanha pela ética na TV, denominada “Quem financia a baixaria é contra a cidadania”, a partir do momento em que esta Casa apoderou-se do tema.

Por exemplo, tramita na Casa projeto de autoria da Deputada Jandira Feghali, obrigando a produção regional e a compra de produção de terceiros, a produção independente nos rádios e nas TVs. Esse projeto está em tramitação desde 1991; portanto, há quinze anos. Ele saiu daqui e está no Senado Federal – não por acaso, o Relator é o Senador César Borges, ligado ao PFL da Bahia e às Organizações Globo.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, devemos, antes de tudo, entender o comportamento da mídia no País. Quem é essa mídia? Quem a compõe? Quem são os seus donos? Por que o são? Qual é o esquema de distribuição de outorgas de rádio e TV no Brasil? Ele existe desde o Governo Sarney. Passou pelo Governo Fernando Henrique e parece ter atravessado incólume o Governo Lula. Qual é a legislação da área? Qual é o nível de concentração? Que articulação essas empresas nacionais têm com o capital transnacional?

Recentemente, por exemplo, as Organizações Globo se tornaram minoritárias da Sky e da NET, vendendo ambas para o capital estrangeiro: a NET para o Grupo Telmex, que já é dono da EMBRATEL e da Claro no País; e a Sky para o Roberto Marinho do mundo, Rupert Murdoch, um dos grandes apoiadores do Governo Bush nos Estados Unidos. Isso passou sem discussão. Nós nem sequer ficamos sabendo que, a partir de agora, cerca de 73% da TV por assinatura, neste País, têm capital majoritariamente estrangeiro.

Portanto, enquanto não conseguirmos refletir sobre essa questão, estaremos discutindo o efeito e não a causa. A relação da mídia com a sociedade passa fundamentalmente pelas relações de propriedade, pelo pouco controle que a sociedade e o Congresso Nacional exercem sobre essa mídia e pela liberdade quase absoluta que esse oligopólio tem de se movimentar na vida nacional.

Encerro citando o que vai ocorrer amanhã: aproveitando a Copa do Mundo – portanto, quando as atenções estiverem todas voltadas para

Ronaldinhos e Ronalduchos – , o Presidente da República, sem audiência pública, sem consulta pública, vai baixar um decreto presidencial que regulamenta a TV digital no Brasil. Cada emissora privada receberá uma nova outorga de TV – têm outorga analógica e passarão a ter outorga digital. Isso vai impedir que novos atores entrem nesse processo: atores privados, atores estatais e aqueles atores que ficaram perdidos no art. 223 da Constituição Federal, sobre os quais nunca mais se falou.

A Constituição diz que o Brasil tem três sistema de comunicação, que devem ser tratados em pé de igualdade: o privado, que todos nós conhecemos; o estatal, do qual esta Casa é um importante exemplo – vimos de manhã o caso da TV Câmara; e o público, esse ator que ficou completamente perdido em nossa legislação, esse corpo estranho da Constituição, que não aparece mais em lugar nenhum.

Essa era a possibilidade histórica que tínhamos de permitir que o ar usado para que as ondas eletromagnéticas trafeguem até as nossas televisões – que é público, não pertence a ninguém, não é das emissoras de televisão – se tornasse um meio público, a fim de que pudéssemos ter emissoras comunitárias; emissoras universitárias, emissoras de ONGs, emissoras de sindicatos, emissoras de outras religiões e não só evangélicas, emissoras culturais. Enfim, para que as mais diferentes manifestações pudessem aparecer na tela da nossa televisão,

Infelizmente, amanhã começa um novo capítulo do oligopólio. E, pelo andar da carruagem, parece que perdemos também essa chance histórica. Só espero, sinceramente, que ainda haja tempo para reverter a situação.

Obrigado.

O SR. COORDENADOR (Deputado Carlos Abicalil) – Muitíssimo obrigado, meu caro Gustavo.

Concedo a palavra ao Deputado Orlando Fantazzini. V.Exa. dispõe de quinze minutos.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI – Obrigado, Sr. Presidente.

Cumprimento a Comissão de Legislação Participativa pela iniciativa, na pessoa do Deputado Geraldo Thadeu, e todos os expositores da Mesa.

Vou pegar o gancho do que foi dito pelo Gustavo. Lembro que o próprio Governo tenta fazer com que o debate da TV digital se realize levando-se em conta única e exclusivamente a qualidade da imagem. Na verdade, estamos discutindo política pública de comunicação, política de Estado e não de governo.

Quanto ao decreto que será firmado amanhã, para tentar amenizar a situação, o Ministro das Comunicações procura convencer a sociedade de que se trata de ato correto, justo, o melhor para o País. Até porque quatro novos canais públicos serão abertos. Entretanto, serão quatro canais públicos gerenciados pelo Estado. Deixam de ser públicos e passam a ser estatais. Oculta, junto com as emissoras comerciais de sinal aberto, a verdadeira motivação de se firmar um acordo, um contrato com o Japão para a digitalização, deixando de fazer com que haja informação pública, porque o nosso tema é esse. A sociedade desconhece o que há por trás desse aspecto da digitalização, a democratização dos meios de comunicação. Temos de rediscutir o processo de outorgas. Hoje as emissoras têm quinze anos, que são renováveis sistematicamente.

Sou membro da Comissão de Ciência e Tecnologia. Hoje estávamos discutindo esse assunto, porque o nosso Presidente, com o apoio dos membros da Comissão, solicitou a várias emissoras, tanto de televisão quanto de rádio, que complementassem a documentação apresentada, a fim de obterem a renovação da concessão. Diante desse episódio, o Ministro da Comunicação pediu a retirada de todos os 250 projetos, porque provavelmente eles não têm como cumprir isso.

Desde 1994 várias emissoras estão funcionando sem a renovação. O interessante é que, quando uma rádio comunitária não consegue outorga, rapidamente a ANATEL e a Polícia Federal baixam aí, prendem os aparelhos, os equipamentos e as pessoas que lá estão. E várias emissoras estão funcionando sem a renovação de suas concessões, mas a ANATEL e a Polícia Federal não baixam nessas emissoras nem prendem os equipamentos, tampouco aqueles que estão operando essas rádios.

Há, neste País, uma legislação que serve para a comunicação comunitária. Mas, para a comunicação em geral, como disse o Gustavo, é um cipoal; ou seja, não temos lei nenhuma. As 8 famílias que controlam todos os meios de comunicação deste País fazem e desfazem as coisas como bem

entendem. Por isso, é óbvio que se constituiu um grande lobby, e passaram a ter grandes aliados.

De acordo com os últimos dados, 36% dos Senadores são detentores de concessão de radiodifusão, e mais de 21% dos Deputados também. A Dra. Rachel Branquinho, do Ministério Público Federal de Brasília, está fazendo uma investigação, por causa de denúncias de que vários Deputados que são concessionários também são membros da Comissão que analisa a renovação das concessões. É a total falta de cumprimento da legislação.

Não podemos esperar nenhum tipo de participação de uma mídia que não tem compromisso público com a democracia e com a sociedade. Quando iniciamos a Campanha Quem Financia a Baixaria é Contra a Cidadania, tínhamos por objetivo envolver a sociedade nesse debate. Conhecíamos a ação que já vinha sendo desenvolvida por várias outras organizações. Ressalto a iniciativa da realização do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação. Mas, no nosso entendimento, com a correlação de forças que existe no Congresso Nacional, sem que haja o envolvimento da sociedade, dificilmente conseguiremos alterar a legislação dessa área. A campanha teve como mote a questão da baixaria e tentou envolver a sociedade. Procurou-se, sobretudo, debater o real papel dos meios de comunicação, em especial da televisão.

Esse debate tem procurado ajudar a sociedade a compreender, primeiro, que as emissoras não são propriedades privadas. Elas são meras concessionárias; portanto, devem cumprir um conjunto de critérios. Não cumprem nenhum deles e não são democráticas, porque decidem quem pode e quem não pode falar. Ou seja, há uma censura específica nos meios de comunicação. Em alguns setores da sociedade isso jamais aparece. Quando aparece, é de forma discriminada, marginalizada, caso típico sistemático. A discriminação dos movimentos sociais neste País, pelos meios de comunicação... Quer dizer, os meios de comunicação estimulam as pessoas a não se organizarem, a não participarem de nenhuma ação para reivindicar seus direitos. A televisão, sistematicamente, estimula as pessoas a compreenderem que quem se organiza e reivindica está participando de uma ação criminoso. Portanto, há um desestímulo sistemático e uma ação preconceituosa com alguns setores. Os negros e as mulheres são os que mais sofrem preconceitos. A imagem da mulher é sistematicamente vendida pela televisão como mero objeto sexual; os negros são apresentados

como seres inferiores na sociedade brasileira. Não há como discutir democratização dos meios de comunicação, da mídia, informação pública, se há meios que não respeitam os dispositivos constitucionais.

A campanha luta para construir um controle social, que é totalmente diferenciado da censura. A censura é imposta pelos meios de comunicação, permitindo a alguns setores que falem ou sejam enxergados pelo conjunto da sociedade. Ao mesmo tempo, pretende-se fazer pressão sobre o Congresso Nacional, a fim de que seja construída uma lei que regule os meios de comunicação.

Na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática – tem razão o Presidente, que é extremamente comprometido com esse processo –, conseguimos constituir uma subcomissão, que vai analisar a possibilidade da construção de legislação alternativa quanto às outorgas. Nesse sentido, queremos debater com a sociedade um processo que possa construir uma nova legislação de outorgas, de concessões. Hoje, dois quintos do Congresso Nacional podem cassar uma concessão. Nos países democráticos, a cada cinco anos é feita a renovação das concessões. A revisão da legislação é, no mínimo, a cada dois anos. No Brasil, a legislação é de 1962. Estamos abrindo à sociedade a possibilidade de participação nessa subcomissão, para que possamos construir coletivamente uma nova legislação. Esperamos também que haja participação ativa e pressão da sociedade para reverter esse quadro. Não acreditamos que, por iniciativa própria desta Casa, haja possibilidade de qualquer mudança que signifique, de fato, democratização, acesso à informação e maior participação da sociedade na construção de políticas públicas.

Encerro, Sr. Presidente, lembrando que a Comissão de Ciência e Tecnologia nem sequer foi convidada para assistir ao ato de assinatura do decreto presidencial, embora ela tenha, há dois meses, solicitado uma audiência com o Presidente da República – até hoje não obtivemos resposta. A única informação que tivemos, por meio da imprensa, foi de que amanhã será firmado esse decreto, já definindo o padrão digital a ser adotado.

Lamentavelmente, foram abandonados investimentos na área de ciência e tecnologia e desenvolvimento tecnológico, no Brasil. Os cientistas afirmam categoricamente que, com mais sete ou oito meses com investimento de recursos governamentais, poderemos chegar a um padrão nacional próprio. Mas obviamente, por pressões – como disse o Sr. Gustavo

Gindre, desde o Governo Sarney, passando por este – , não têm coragem de fazer o enfrentamento e tratar a política de comunicação como política de Estado, impossibilitando a participação da sociedade, curvando-se, mais uma vez, aos interesses das grandes empresas de comunicação, que já demonstraram, no passado, que podem eleger Presidentes da República, mas também podem destituí-los. Então, tendo em vista o medo dos políticos do poder dos meios de comunicação, a grande maioria prefere se curvar diante deles a enfrentá-los, defendendo a Constituição e resguardando os direitos de cidadania.

Muito obrigado.

O SR. COORDENADOR (Deputado Carlos Abicalil) – Obrigado, nobre Deputado Orlando Fantazzini.

Dando prosseguimento aos trabalhos, convido para fazer uso da palavra o Dr. Luiz Gonzaga Motta. S.Sa. disporá de até quinze minutos.

O SR. LUIZ GONZAGA MOTTA – Boa-tarde a todos.

Primeiramente, agradeço aos organizadores deste seminário, especialmente ao Deputado Geraldo Thadeu, esta oportunidade única de participar desta discussão. Espero que ela se repita em outras ocasiões, com a abordagem de outros temas.

O meu debate vai na linha do título deste painel da tarde: “Mídia democrática, informação pública e participação do cidadão na formulação de políticas”.

Vou abordar particularmente um assunto muito específico. Considero-o um movimento novo na sociedade, que começa a adquirir certa consistência. No meu modo de ver, transforma esse movimento num novo ator neste quadro político, pela democratização da comunicação no Brasil. Refiro-me aos observatórios da imprensa. Observem que estou falando no plural. Não me refiro ao Observatório da Imprensa, que é um dos observatórios da mídia existente no Brasil.

Hoje pela manhã ouvimos a exposição de um dos representante do Observatório da imprensa. Pensei, inclusive, que ele iria se referir mais particularmente ao Observatório da Imprensa, que, de certa maneira, lidera os observatórios no Brasil, pois é o mais antigo – está no seu 11º ano de existência.

Refiro-me a uma série de organizações voltadas para a crítica da mídia. Elas surgiram particularmente na segunda metade dos anos 90, em especial nos primeiros anos deste novo século, nos últimos 6 anos. Trata-se desses movimentos de observação sistemática da mídia, de monitoramento, que nascem influenciados, sem dúvida nenhuma, por movimentos semelhantes, que existiam nos Estados Unidos, chamados de media criticism, traduzidos como crítica da mídia, e que se desenvolveram depois com o chamado media watchers – traduzindo literalmente, vigilância da mídia.

Isso está ocorrendo não apenas no Brasil, mas em todos os países da América Latina: Argentina, Peru, Colômbia, México. Aqui, com certo vigor, no meu modo de ver. Na Internet encontramos inúmeros observatórios, embora cada um deles tenha característica muito particular. É difícil definir exatamente o que é um observatório de imprensa ou um observatório da mídia.

Nos anos 70, no Brasil, já havia o Jornal dos Jornais, editado por Alberto Dines, figura líder do Observatório da Imprensa. Ele publicou o Jornal dos Jornais na Folha de S.Paulo. Nos anos 80, apareceu a Revista Imprensa. Ela ainda existe, embora com uma natureza um pouco diferente.

Chamo atenção para a proliferação desses observatórios, desses monitores de mídia. Eles estão proliferando de forma muito rápida na sociedade brasileira. A meu ver, são importantes como atores sociais, pelo que já representam, em termos de crítica sistemática, contínua e permanente da mídia. Acho que esses movimentos surgem no processo de democratização do País, particularmente dentro do movimento de organização da sociedade civil, dos movimentos sociais, das ONGs, enfim, desse amplo setor chamado terceiro setor.

Alguns desses monitores têm certas correspondências, como ouvidorias, defensorias etc. É mais ou menos a esse campo que me refiro, embora com certa dificuldade de definição, porque nem todos esses monitores têm a característica de monitoramento sistemático da mídia. Eles têm naturezas diferentes. Mas eu acho que, em algum momento, eles se encontram na sua posição de independência de crítica em relação à mídia e, em geral, aos poderes instituídos – tanto econômicos como políticos.

Por isso, é importante chamar a atenção para esses organismos, essas organizações, esses movimentos, essas ONGs. Às vezes, estão vinculados a

ONGs; às vezes, fazem parte de fundações, de universidades. Até mesmo no Parlamento existe o que nós podemos chamar de observatório da imprensa. A própria Câmara dos Deputados tem um programa na TV Câmara, feito pelo nosso colega Paulo José. Ele é a figura principal e está fazendo crítica da mídia, já há alguns meses, de forma muito interessante.

Então, eles estão proliferando na sociedade civil, no terceiro setor etc. Estão penetrando, por exemplo, nas universidades. Já existem 6 monitores de mídia constituídos nas universidades, e outros 9 estão em processo de criação. Interessante é que o próprio Parlamento tem o seu monitor de mídia, o seu observatório de mídia.

É claro que também eles são muito diferentes nas suas posições políticas. Temos os de extrema-direita. Por exemplo, o Mídia sem Máscara, capitaneado pelo filósofo Olavo de Carvalho. Ele é um pensador da Direita e diz, no seu próprio site, que o seu objetivo é vigiar a tendência esquerdista da mídia brasileira. Existem também outros sites de posição radicalmente oposta a essa. Cito, por exemplo, o CMI – Centro de Mídia Independente, que tem no seu próprio site uma declaração de que se trata de site anticapitalista.

Então, há movimentos de naturezas muito diferentes. Talvez eu me refira a algo que não esteja nesses extremos, mas mais ao centro, ou que pelo menos abarque um número maior desses monitores de mídia.

Eu disse que eles fazem uma crítica da mídia. Tenho de fazer uma regressão. Que crítica eles fazem? Nos anos 80 e 90, tivemos uma crítica da mídia que talvez fosse muito radical, porque ela se opunha frontalmente ao poder político econômico e principalmente ao poder ideológico da grande mídia. Era uma crítica excessivamente politizada e muito contaminada pela radicalização política daquele momento. Havia a luta entre capitalismo e socialismo, Direita e Esquerda etc. E sempre com a idéia de que era preciso... O importante naquele momento era mudar o sistema. Era fazer a revolução e mudar as instituições para, a partir daí, mudar a mídia.

Isso, de certa maneira, prevaleceu muito na crítica dos anos 70 e 80. Talvez por isso mesmo ela tenha se isolado bastante nas universidades, em alguns setores que tiveram pouca repercussão política de fato. A mudança, portanto, deveria ocorrer de fora para dentro. Penso que o movimento, hoje, é mais no sentido de dentro para fora.

Nos anos 90, houve certo silêncio da crítica, certa perplexidade, certa incerteza diante do radicalismo da Esquerda e da Direita. Esses termos começaram a perder um pouco da sua consistência, relativamente à definição do espectro político no País e no mundo. Houve certo desencanto, certo ceticismo diante das incertezas e certo refluxo do pensamento crítico. Eu diria que foi o momento do silêncio da crítica.

No final dos anos 1980 e início dos anos 1990, no bojo desse processo de democratização do País, ocorre a reorganização da sociedade civil. Dentro dela aparecem os monitores da mídia, os observatórios da imprensa. Eles têm atitude muito mais pragmática e bem diferente da crítica anterior. Talvez sejam muito mais reformistas do que radicais, no sentido que eu estava apontando antes.

Talvez estejamos passando da macropolítica para uma micropolítica, uma ação que seja uma crítica de resultados. A crítica é feita, mas com o sentido da mudança imediata, embora isso tenha de ser feito e as pessoas tenham consciência de que a mudança não virá a não ser de forma gradual.

É interessante, talvez até paradoxal, que isso surja justamente quando a mídia se consolida no País enquanto empresa. A partir do fim dos anos 80 e principalmente nos anos 90 as empresas brasileiras de comunicação passaram a adotar uma perspectiva mais empresarial de fato. As famílias perderam um pouco o poder de decisão gerencial nas empresas de comunicação e elas se consolidaram como grandes empresas no processo global de comunicação e de aproveitamento das novas tecnologias. Não vou me deter muito nisso porque me tomaria muito tempo.

Nesse campo, portanto, de paradoxo e, ao mesmo tempo, contraditório, surgem as organizações de crítica da mídia, dentro da formação de uma consciência cidadã. A mídia começa a perceber que há uma mobilização, uma contaminação da sociedade – ainda muito incipiente, infelizmente – no sentido de que é preciso fazer algo. E algumas pessoas estão fazendo, dentro desses observatórios, embora haja também, obviamente, muitas outras iniciativas diferentes.

Acho que esses observatórios partem do princípio de que a grande mídia não corresponde às novas demandas da sociedade, não tem capacidade de estimular uma consciência crítica que poderá levar a sociedade a uma mudança para uma sociedade mais justa. Há o reconhecimento de que há

uma hegemonia política e cultural dos meios de comunicação de massa, concentração, monopólio, oligopólio, centralismo muito grande.

Mas a mídia não acompanha, por outro lado, esse processo de democratização da sociedade. É interessante – para uma rápida reflexão, porque também não vou me alongar nisso – observarmos que outros setores da sociedade, embora conservadores, já passam por algumas mudanças significativas. Nesses setores, o lobby da cidadania, a presença da cidadania, a ação da cidadania já tem repercussão, como, por exemplo, no setor da saúde. Não só as conferências nacionais de saúde, mas também o próprio SUS são resultado disso. Poderíamos ir a outros campos e comparar.

No campo da mídia, isso não acontece. Não há uma correspondência de democratização da mídia como há em outros setores da sociedade brasileira hoje. O conteúdo da mídia promove, principalmente, a passividade, o hedonismo, o individualismo, etc.

Só me restam três minutos. Vou saltar alguns pontos que eu gostaria de abordar sobre os observatórios. Já falei sobre o que buscam, o que fazem, a crítica sistemática, a vigilância permanente, diagnósticos, tendências. Eles apontam muitos desvios, fazem permanente crítica a privilégios, desfavorecimentos e falta de isenção nas coberturas da mídia. Fazem também, permanentemente, denúncia da superficialidade das coberturas jornalísticas, da descontextualização das coberturas, dos vícios da cobertura, principalmente do esquecimento, que ocorre muito na mídia, de atores, fontes, etc., que dificilmente aparecem, como já foi citado antes nesta mesma Mesa.

Mas sempre procuram ações muito concretas. Hoje de manhã, o representante do observatório nos revelou uma ação do observatório, se não me engano, junto ao Ministério Público, e assim por diante. Há uma série de outras iniciativas, e os próprios monitores buscam interferir nos processos de produção da própria mídia.

Eu gostaria de falar um pouco sobre as metodologias e os processos, que são muito variados, mas só vou ressaltar alguns pontos. As críticas são feitas sobre a marcha dos próprios acontecimentos. Não se esperam mudanças políticas, mudanças estruturais. Agem esses monitores no cotidiano, na própria crítica. Portanto, a crítica é muito menos sociológica e muito mais realista e pragmática. São análises muito objetivas, que põem o dedo na ferida, apontam, demonstram deficiências, falta de isenção nas

coberturas, mantêm certo rigor nessas demonstrações concretas e utilizam muitos parâmetros quantitativos e comparativos com o contexto social e, o mais importante de tudo, a meu ver, apontam caminhos e alternativas de cobertura, procuram influir na própria profissão, na própria mídia, atrair os jornalistas, no mínimo, para provocar um debate sobre suas coberturas.

Há grandes debilidades. A principal delas é a falta de sustentabilidade econômica. Muitos aparecem e desaparecem exatamente por isso. Há certa instabilidade nesses monitores, nesses observatórios da imprensa, mas já começa a haver profissionalização, no sentido de que as pessoas já não são apenas voluntárias, começam a ter sustentação e poder trabalhar para esse tipo de atividade de forma semiprofissionalizada ou quase profissionalizada.

Há muita desarticulação. Há falta de contato com a sociedade civil em geral, principalmente com os movimentos organizados, pouca capacidade ainda de pressão sobre o ambiente profissional, até porque há muita desconfiança sobre isso.

Há então muitos desafios para esses monitores de imprensa para o futuro. É preciso encontrar caminhos; foco talvez. É preciso fortalecer os vínculos com movimentos sociais e procurar influenciar mais no próprio trabalho dos processos produtivos, sair do isolamento, estabelecer vínculos mais efetivos com o sistema.

Finalmente, parece-me que, de certa maneira, esses observatórios da mídia e da imprensa fazem parte do que poderíamos chamar, com algum otimismo – talvez esteja sendo o mais otimista dos que falaram hoje à tarde –, de superação desse momento de silêncio, de perplexidade e de falta de rumo que acontecia durante os anos 90. Começamos esse novo século com algo que pode resultar em uma crítica da mídia sistemática, constante e que de fato influa sobre a área profissional.

Claro que as dificuldades, como já disse, são muito grandes. Seria até uma ingenuidade dizer que esses movimentos levarão a uma democratização, a resultados muitos específicos, mas acho que são atores concretos, e poderíamos, se for o caso, citar alguns que já começam, de fato, a mudar a qualidade do conteúdo da mídia no Brasil.

Muito obrigado.

O SR. COORDENADOR (Deputado Carlos Abicalil) – Obrigado, Dr. Luiz Gonzaga.

Para dar prosseguimento ao nosso painel, convido para fazer uso da palavra o Sr. Luiz Martins da Silva, que também disporá de quinze minutos para sua exposição.

O SR. LUIZ MARTINS DA SILVA – Exmos. Srs. Deputados; Deputado Geraldo Thadeu, Presidente desta Comissão; Deputado Carlos Abicalil, gostaria de louvar a ocasião, porque se trata de debate corajoso e, ao mesmo tempo, deprimente. Toda vez que participamos de algum evento como esse, saímos com uma sensação de impotência muito grande. Acho que não podemos nos narcotizar com uma certa naturalização do estado de coisas em que se encontra a realidade brasileira em matéria de mídia, comunicação e telecomunicação.

O pressuposto é de que há correlação intrínseca, biunívoca, interdependente, constitutiva entre comunicação e democracia. Onde há democracia, pressupostamente, há comunicação. E onde há comunicação, se ela não for democrática, não é comunicação, é manipulação, é sedução, é outro tipo de coisa. Pois bem, os dois campos são processuais, o da democracia e o da comunicação. Ou seja, se fizermos uma comparação em termos de passado, diria que democraticamente tem havido muitos avanços. Infelizmente, em matéria de mídia não vejo avanços. Há um descompasso, diria, nessa correlação entre mídia e democracia. A democracia brasileira tem apresentado avanços, mas a democratização da mídia não.

Vou procurar não ser repetitivo em relação aos expositores que me precederam. Farei algumas provocações socráticas para perguntar: E daí? O que fazer? Podemos fazer algo? Entendo que sim. Uma das coisas que está por ser feita é a regulamentação da Constituição Federal no que se refere à criação de um sistema público de comunicação.

A Constituição Federal prevê algo que tem sido esquecido, por certo comodismo, mas também porque caiu mesmo no esquecimento. A Constituição Federal brasileira tem algo esdrúxulo com relação à mídia. No que se refere aos sistemas de radiodifusão, ela faz a distinção entre os sistemas privado, estatal e público. Os três, claro, concessões públicas. O sistema privado e o estatal são concessões, mas o sistema público de radiodifusão nunca foi regulamentado. Há uma lacuna legal.

Por que digo que esse dispositivo é esdrúxulo? Porque em outros países não existe a separação entre o estatal e o público. Supõe-se que o estatal seja o público. No Brasil há problemas de formação cultural e econômica, por isso quando se olha para o Estado, o que se vê é Governo; quando se olha para o Governo, o que se vê é partido; quando se olha para partido, o que se vê são atendimentos de interesses clientelistas.

Infelizmente, em síntese, para não enrolar muito, precisamos no Brasil de uma BBC, de um PBS (Public Broadcasting Service) americano, enfim, de um sistema público. Na nossa Constituição, o legislador desconfiou que o sistema estatal não seria público, não cumpriria a finalidade pública. Então, ele criou à parte um sistema público, que nunca foi regulamentado.

Com relação aos espaços públicos – vou falar de sistemas, para não ficar só em mídia TV, como TV Câmara, TV Senado etc. –, há o Sistema RADIOBRÁS, o Sistema Câmara, o Sistema Senado, o Sistema Justiça, o Sistema Verde-Oliva, das Forças Armadas. Na ausência de um sistema público, o que acontece? Vamos assistir, por exemplo, à TV Senado querendo fazer as vezes de TV pública. Ótimo, isso é muito interessante. A função precípua da TV Senado é fazer o papel de uma TV que mostre o que o Senado faz para a sociedade, mas ela tem ido além em termos de programas culturais, educativos, documentários, etc. O que a TV Câmara tem feito? Tem ido além, não tem ficado simplesmente no seu papel de Diário Oficial em radiodifusão dos trabalhos da Câmara. O que a TV Justiça tem feito? A TV Justiça tem feito uma série de trabalhos, inclusive de traduzir algo complicado, o Judiciário, a Justiça e o Direito para o cidadão e assim por diante.

Aí há um problema com os canais de acesso público. Os canais de acesso público, paradoxalmente, não são públicos em termos de acesso, eles são privatizados. Quem pode pagar uma assinatura desses canais?

Não tenho muitas esperanças, confesso, por uma série de fatores já enumerados, de que a esta altura se vá regulamentar a Constituição brasileira e criar um sistema público de comunicação no Brasil. É muito ceticismo? Talvez eu não viva para tal. Mas já que não há um sistema público de radiodifusão, quem sabe, então, se possa aperfeiçoar o que esses sistemas citados já têm em termos de busca do cumprimento de uma finalidade pública, que é, em suma, a finalidade constitucional. A

Constituição Federal diz que a mídia terá precipuamente uma finalidade cultural e educativa.

Com relação ao sistema privado, que é o sistema inflacionado dos três aos quais me referi, ele segue comercialmente, a vocação dele é essa, e ele vai muito bem, obrigado. Não há grandes problemas. O estatal, infelizmente, é patrimonializado, é governamentalizado e não cumpre a função estatal.

Acho que precisamos abrir os canais de acesso público, já que são fechados, e há que se providenciar financiamento e sustentabilidade de conteúdos de informação, de educação e de diversão de bom gosto, que cumpra a finalidade pública. Mídia de qualidade custa caro, a parte de produção é muito cara.

Voltando à questão do pluralismo já levantada aqui, quero dizer que não temos pluralidade. Ora, a mídia que não tem finalidade comercial tem de ter sustentabilidade. Os canais de acesso público comunitários, por exemplo, não têm sustentabilidade. Se não se criar uma sustentabilidade para os canais comunitários, eles não vão ter como sobreviver e como produzir algo que preste.

Radiodifusão comunitária. A legislação da radiodifusão comunitária foi feita para impedir o funcionamento desse tipo de mídia e é algo que cai num certo descrédito, num certo esquecimento, com certa naturalidade. Não há engenheiro que possa provar para mim que um transmissor de 25 watts, que só alcança 1 quilômetro de raio, sirva a uma comunidade. Se ele me disser que existem comunidades com 1 quilômetro de raio, vou querer saber que comunidade é essa? Então, é hipocrisia dizermos que temos radiodifusão comunitária, porque não temos.

Finalmente, quero discutir a questão do cidadão. Detesto a expressão “cidadão comum”, mas esse cidadão não dispõe de absolutamente nada com relação à mídia quando ela lhe é abusiva. Não temos nenhuma instância à qual o cidadão pode recorrer, não temos uma ouvidoria pública de comunicação.

Com relação às concessões, enquanto falavam o Deputado Orlando Fantazzini e os companheiros que me antecederam, fiquei pensando aqui: não será o caso, então, de transferir as concessões de rádio e televisão para o Ministério Público, para a Controladoria-Geral da

União? Porque afinal de contas são concessões públicas e delas não se tem exigido nenhuma contrapartida.

Eu agradeceria aos senhores se me dessem uma informação para eu incorporá-la à minha cultura geral. Alguém conhece alguma data em que foi anunciado que naquele dia ia ser discutida a renovação de uma concessão ou outorga de canal de rádio ou de televisão? Alguém já freqüentou alguma audiência pública na qual uma emissora estivesse prestando conta do que ela fez com a sua concessão ao longo de quinze anos?

Então, tudo isso é feito num silêncio e numa opacidade cômoda para alguns, só que desconfortável para a sociedade, e estamos convivendo com esse desconforto já há muito tempo.

Acho que iniciativas como esta suscitam certas brasas adormecidas em meio a cinzas. Entendo que elas são oportunas e necessárias, porque se não tivermos a democratização da informação, não teremos aperfeiçoamento democrático.

Apenas para colocar um paradoxo, diz o art. 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos – e nesta Casa a mídia tem sido freqüentemente um assunto de direitos humanos – que todo ser humano tem o direito de informar e ser informado em qualquer lugar, por quaisquer meios, independente de censura.

Aí estamos diante de algo que se chama direito de informação, ou seja, direito de informar e de ser informado de forma plural. Temos um amplo direito de defesa em face de abusos, injúrias, difamações, calúnias e temos direito de acesso às informações, pelo menos aquelas que são do Estado. E aí acho que a sociedade brasileira tem muito a aprender com outras, no que se refere, por exemplo, à implantação no Brasil de algo similar aos Freedom of Information Act (FOIA), e às Sunshine Laws, expedientes que dão a qualquer pessoa o direito de obter um dado que, porventura, o Estado esteja escondendo ou omitindo. Qualquer cidadão tem o direito de ser informado.

O acesso à informação e a governança aberta são duas coisas que combinam muito bem para a saúde democrática. Acho que teremos oportunidade de conversar mais durante o período de debates.

Muito obrigado.

O SR. COORDENADOR (Deputado Carlos Abicalil) – Muito obrigado, meu caro Dr. Luiz Martins da Silva. Convido agora para a exposição final desse início de painel o Dr. Iradj Eghrari.

O SR. IRADJ ROBERTO EGHRARI – Boa-tarde a todas e a todos. Deputado Carlos Abicalil, obrigado pela oportunidade.

Vou fugir um pouco àquilo que os colegas que me precederam apresentaram. Eles seguiram mais os aspectos, digamos, das leis, da tecnicidade, dos sistemas de comunicação. Vou falar muito mais como uma das vozes da sociedade civil que atua dentro desta Casa e que se preocupa exatamente com a temática apresentada, um desafio que considero dos maiores.

Se queremos a participação do cidadão na formulação de políticas, função precípua inclusive desta Comissão, e se questionamos como se dá a construção de um espaço legítimo à manifestação da opinião pública e essa transparência da atividade legislativa, a pergunta que esse seminário faz é: qual seria o papel da mídia como intermediadora capaz de trazer esses dois elementos próximos, a fim de que possam atuar de forma eficaz?

Eu gostaria só de lembrar que oportunidades anteriores nesta Casa já provaram que essa combinação mídia, Parlamento e sociedade civil funciona muito bem. Relembro que no final do ano 2000, quando nos encontrávamos num processo preparatório para a Conferência Mundial contra o Racismo, na África do Sul, a mídia brasileira estava totalmente silente quanto à questão racial no Brasil. Nenhuma palavra era dita pelos grandes veículos midiáticos. Foi quando nós, que atuamos aqui, organizações da sociedade civil – e somos dezenas atuando nesta Casa, na tentativa de influenciar as políticas públicas deste País, no contato direto com as Sras. e os Srs. Parlamentares – , propusemos à Comissão de Direitos Humanos a realização de um seminário que se intitulava Mídia e Racismo.

Chamamos aqui os ombudsmen dos maiores veículos midiáticos do País e os maiores articulistas que na época despontavam em termos de formação de opinião pública. Qual foi o resultado? É importante darmos nomes e indicar por onde apareceram as soluções. Três grandes veículos de mídia, na época, iniciaram um processo sem precedentes ao dar destaque à questão racial brasileira. O primeiro foi a Folha de S.Paulo, que por meio de seu ombudsman, Bernardo Ajzenberg, comprou essa briga junto

à editoria do jornal. No jornal O Globo, na época, a Miriam Leitão também comprou briga e, por tabela, levou isso também para a televisão.

Bom, as coisas mudaram a partir de uma certa época. Sabemos hoje que as Organizações Globo, infelizmente, se colocam radicalmente contrárias agora a tudo aquilo que fale em promoção de igualdade racial como se esse fosse um grande problema. Em 2001, esses dois veículos encaminharam, então, como fruto desse encontro aqui na Câmara dos Deputados, duasequipes para Joanesburgo, África do Sul, a fim de cobrirem a Conferência Mundial contra o Racismo. E isso foi fruto de um debate havido aqui dentro desta Casa.

Quero então com isso destacar que o trabalho de se levantar o quanto a mídia é capaz de promover em matéria de transformação, relativamente àquilo que os Srs. e as Sras. Parlamentares vêem como suas prioridades, e vice-versa, tem de fato um precedente, e vários outros precedentes; só estou trazendo um pequeno exemplo. Todas essas organizações nas quais trabalhamos aqui, nós, que constituímos movimentos de direitos humanos, movimentos pelos direitos sociais, econômicos, culturais, civis e políticos, nos questionamos de uma coisa que este seminário traz como pergunta importante: estariam – e aqui menciono a última citação do Prof. Luiz: “cidadãos comuns” – os cidadãos comuns tendo acesso real às informações e estariam eles tendo espaço legítimo para se expressarem? O que a sociedade civil busca fazer?

Hoje, pela manhã, na abertura do seminário, fiz a autocrítica sobre quanto estamos distantes, mesmo nós, sociedade civil, ao seguirmos um modelo que hoje talvez já se esgota dentro da própria sociedade civil que é o modelo da democracia representativa versus o modelo de democracia participativa que vem ganhando cada vez mais espaço. Ora, não podemos dizer que representamos alguém. Aqui não represento ninguém; no máximo, represento a minha organização, e é tudo que eu posso dizer.

Mas qual o desejo da sociedade civil? É ser capaz de fazer com que o cidadão se encontre legitimamente presente aqui dentro, e que ele tenha acesso à informação e à expressão. Um dos expositores que me antecedeu falou sobre a questão do espaço que esta Casa pode promover para o eleitor e seu representante eleito. Isso também nos leva a outro questionamento: que tipo de espaço de influência que nós, sociedade civil, buscamos colocar aqui dentro do Congresso Nacional? Será que isso se

dá nessa ambivalência entre eleitor e representante eleito? Acredito que não, porque eu, sociedade civil que atua no campo dos direitos humanos, a minha organização, a Ágere – Cooperação em Advocacy, que trabalha por uma série de plataformas ligadas aos direitos humanos, não nos relacionamos com o Deputado Carlos Abicalil enquanto eleitores, mas como força social; e, se este não é o espaço entre o eleitor e o representante eleito, então as regras que organizam e que levam a nossa relação adiante têm de ser revistas, reavaliadas. Porque, se não é assim o que acontece, o é que essa relação dentro do Parlamento?

Quero voltar ao papel da mídia, vou chegar a esse ponto, mas há essa etapa anterior: se a relação se dá na busca de aliados a determinadas causas, não se dá no campo da prestação de contas do Parlamentar para com os seus eleitores, não é nesse ambiente que se dá a nossa relação; então, também, não é por meio das regras da prestação de contas entre Parlamentar e sua base eleitoral que vai haver o crescimento desse espaço de expressão e de informação.

O maior esforço, então, da sociedade civil organizada, essas dezenas de organizações que atuam aqui dentro, já que não nos encontramos tão organizados assim a ponto de termos todo o mapeamento, é de procurar saber quem somos nós aqui dentro.

Na área de direitos humanos, todos nos reconhecemos. Mas tantas outras áreas existem, de defesa legítima e de interesse da sociedade civil, em que não nos comunicamos, não nos conhecemos. Mas, então, se o esforço é de influenciar idéias ou de mapear aliados e apoiadores, só existem dois instrumentos legítimos que podem ser colocados em ação, para que essa comunicação entre Parlamentares e sociedade civil possa se dar. Um dos instrumentos é o próprio uso “midiático” que o Parlamentar faz a partir de seu próprio gabinete, em que apresenta, por meio de jornais, boletins informativos, tudo aquilo que reflete suas opiniões, suas ações e suas propostas.

Mas aqui vai uma crítica que eu gostaria de fazer. E gostaria que ela fosse acolhida no espírito da crítica construtiva, no espírito da crítica que busca obter uma otimização desse instrumento midiático entre Parlamentares e sociedade civil. Se a linguagem e o conteúdo forem de transparência, sem que sejam grandiloquentes e ufanistas, poderemos então dispor de um instrumento de aproximação muito valioso.

Mas a grande maioria das comunicações que partem dos Parlamentares para a sociedade civil carece dessa transparência, dessa abertura com vistas a um verdadeiro diálogo. Que a possibilidade do erro seja considerada, mas, ao mesmo tempo, que a possibilidade do crescimento também seja levada em conta.

Então, nós dispomos já de um instrumento que é utilizado, mas que precisa ser fortalecido.

Eu me refiro à mídia interna. E até me refiro à própria mídia, digamos, da Câmara dos Deputados.

Não me refiro à do Senado. Aliás, diga-se de passagem, sem querer causar qualquer ciúme aos nossos Senadores, que a Câmara é muito mais equipada para se comunicar com a população e com a sociedade civil. O Senado ainda não é. Então, se eu preciso de uma mídia, então que essa seja verdadeiramente transparente e aberta à discussão e ao reconhecimento de onde estão os espaços de melhoria, as falhas e os erros.

E isso nós ainda estamos um pouco distantes de alcançar.

Os próprios sites das diferentes Comissões, que cada vez mais têm seus sites próprios, necessitam desse aprimoramento.

O segundo aspecto seria, então, a própria mídia aberta. Se eu quero conhecer o que os Parlamentares realizam, o que o Parlamento brasileiro, o Congresso Nacional realiza, se não é pela mídia do próprio Parlamentar ou da própria Casa, então é pela mídia aberta. Aqui, então, entra o papel do Parlamento, em termos de se abrir à mídia. Mas também a mídia tem que passar a valorizar aquilo que ocorre aqui. Então é necessária, na verdade, por meio desses instrumentos midiáticos – hoje pela manhã isso foi destacado numa das apresentações – uma educação para se interpretar a mídia. Eu não posso tomar a mídia como líquida e certa, qualquer que ela seja, como expressão absoluta da verdade. Eu tenho que gerar instrumentos de interpretação da mídia. Então, eu tenho que encontrar caminhos de educação para interpretar a mídia. Mas, de outro lado, também é necessário que eu imponha sobre a mídia o papel constitucional dos instrumentos midiáticos. Por quê? Isso já foi destacado aqui. Eu trago aqui, para discussão nossa, o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, que é um plano apresentado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, que tem o seu comitê, do qual faço parte. E nós trabalhamos

o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos com um capítulo específico sobre mídia e direitos humanos. E, nesse capítulo, destacamos que, pela Constituição, somente os prestadores de serviço de comunicação têm o compromisso – este é o texto constitucional – de valorizar a cultura de paz, tolerância e respeito a todas as diferenças. E essa, acredito, é uma missão que tem esta Casa de fazer; tem de dar voz, de amplificar a necessidade de que esse dispositivo constitucional seja perfeitamente seguido. Se eu faço isso, então sou capaz de ter um plano de educação em direitos humanos aplicado à mídia, onde alguns aspectos vitais que foram discutidos aqui possam ser colocados em ação, e não somente em termos de mídia comunitária, mas sobretudo de mídia estatal e mídia privada.

Vejam, por exemplo, que em vários países, os destaques que são dados à vinculação gratuita de propagandas, de campanhas por direitos humanos, por valorização da igualdade, de campanhas por igualdade de gênero, de raça etc., em países como a África do Sul, se tornaram elementos essenciais para a promoção de caminhos para diminuir o impacto do preconceito e da discriminação racial. No Brasil, não temos isso. Temos uma secretaria especial de promoção de políticas de igualdade racial, mas que não tem os instrumentos que possam colocar em ação um plano nacional de mídia pela valorização da igualdade racial ou das diferenças. Não temos nenhum programa que faça com que a televisão aberta seja obrigada a obedecer ao dispositivo constitucional sobre promoção dos direitos e valores humanos. E, daí por diante, o Plano Nacional entra em vários detalhes. Acho, até, que seria uma oportunidade para que, no futuro, numa audiência pública ou num seminário, junto com a Comissão de Direitos Humanos, pudéssemos comentar mais sobre isso.

Enfim, o que queria registrar como minhas colocações finais é que tenhamos como meta para a Comissão de Legislação Participativa a promoção do diálogo – e faço este pedido, especificamente, ao nosso querido Presidente da Comissão – porque é preciso que haja um diálogo mais aprofundado com os meios de comunicação e uma sensibilização maior quanto a essa missão que os meios de comunicação e a mídia têm. E por que digo sensibilização? Porque, de qualquer forma, o dispositivo constitucional que está aqui não está sendo observado. E o que eu posso e devo fazer é trabalhar por uma transformação dessa forma de ver. E digo, voltando ao início da minha fala, que houve sucesso quando trouxemos os veículos de comunicação para esta Casa e discutimos a questão racial.

Que possamos discutir, então, outros aspectos ligados a esse tema central da tarde de hoje, que é a participação do cidadão na formulação de políticas, que é a construção de espaço legítimo, essa manifestação da opinião pública, para que eu possa ter o instrumental mínimo dessa interação facilitada entre sociedade civil e Parlamento. Muito obrigado.

O SR. COORDENADOR (Deputado Carlos Abicalil) – Obrigado, meu caro Iradj.

Contamos com a presença de três Parlamentares.

Vou consultar, pela ordem, para intervenção, primeiramente o Presidente da nossa Comissão de Legislação Participativa, Deputado Geraldo Thadeu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Thadeu) – Caro Deputado Carlos Abicalil, que conduz os trabalhos deste Seminário, meus caros palestrantes, Sras. e Srs. Parlamentares presentes, amigas e amigos, estamos chegando ao fim de um debate que acho tenha valido a pena. Agora, ao final, o Dr. Iradj Roberto tocou exatamente no ponto que foi o objetivo deste seminário; ele expôs exatamente a nossa vontade, qual seja, a de que a nossa Comissão de Legislação participativa possa ter, é claro, sem dúvida alguma, uma maior aproximação com a sociedade civil, mas também com a própria mídia. Acho que esse é o canal que estamos tentando abrir. Neste seminário o objetivo maior sempre foi abrir o diálogo, fazer o diálogo através desta Comissão, eis que ela tem também a finalidade de receber proposições da comunidade civil. Mas vejam que ela também, ao mesmo tempo, pode fazer esse canal de aproximação com a própria mídia, com a comunidade civil e, de resto, com todo o Congresso Nacional.

Aqui surgiram vários assuntos importantes – estava há pouco falando com jornalistas.

O Dr. Gustavo Gindre destacou a questão das concessões, a questão da veiculação dos canais. Nós ouvimos também a questão das outorgas, das autorizações de rádio e televisão, a crítica sobre a maneira como elas têm sido dadas. Aqui nós ouvimos debate, capitaneado pelo representante da mídia, a respeito da nova Lei de Imprensa, assunto que se ventilou e muito se debateu aqui.

Outro ponto que também me marcou, caro Deputado Carlos Abicalil, foi a questão da omissão da mídia acerca dos problemas mais cruciais do País, mais aprofundado, como disse o Dr. Luís Felipe, se não me engano,

em relação à questão racial, ao debate que houve. Por exemplo, eu me referi hoje, à Frente Parlamentar – estou assinando aqui uns officios dirigidos aos seus Parlamentares – das Hepatites Crônicas. É o maior problema de saúde pública que este País tem, e talvez o mundo tenha nos dias de hoje. No nosso País temos 6 milhões de pessoas atingidas pelas Hepatites Crônicas B e C – três milhões cada uma delas. É um levantamento ainda não totalmente oficial.

É uma luta constante. Por exemplo, foi implantado o Programa Nacional das Hepatites pelo Ministério da Saúde. Mas, vejam bem, a mídia precisava explorar mais esses pontos importantes. A questão da desigualdade social, a questão do desemprego, a questão da criminalidade, nós trabalhamos com direitos humanos, o crime organizado, a ramificação do crime organizado no País. Quem trabalha com direitos humanos realmente sabe disso.

Teríamos muito mais o que falar aqui, mas acredito que este seminário é uma semente que tem que ser cultivada agora, e nós deveremos continuar nesta luta. Este é ano de eleições, um ano complicado. Mas, mesmo assim, contamos aqui, Deputado Carlos Abicalil, com a estrutura da Comissão e com o entusiasmo de trabalhar e realizar este seminário. Acho que é assim mesmo. São nesses momentos mesmo, em que muita gente aqui está com dificuldade, com descrença, com desânimo, não acreditando muito nas coisas, que procuramos debater assunto tão importante para a vida dos cidadãos do nosso País.

Quero agradecer a todos os que estiveram aqui, aos debatedores, ao Deputado Carlos Abicalil, à equipe da Comissão de Legislação Participativa, aos demais Parlamentares, aos representantes da mídia, aos alunos das universidades presentes. Estas palavras são mais uma maneira de agradecimento.

O caminho é este. Será por meio do diálogo que aprimoraremos nossa jovem democracia. Que ela seja fortalecida, que jamais venha a sofrer perigos. E, para tanto, precisamos de uma mídia forte, livre, mas temos de cobrar a responsabilidade de todos nesse processo – da comunidade civil, da mídia e do Parlamento – , por meio da prática da cidadania.

Muito obrigado.

O SR. COORDENADOR (Deputado Carlos Abicalil) – Obrigado ao meu caro colega e Presidente da Comissão, Deputado Geraldo Thadeu.

Aproveito para registrar a presença do Deputado Chico Alencar.

Convido a Deputada Iara Bernardi para fazer sua intervenção,

A SRA. DEPUTADA IARA BERNARDI – Sr. Coordenador, ilustres debatedores, esta discussão se faz cada vez mais atual e necessário. O mundo discute a questão da responsabilidade e do papel da mídia nas informações, principalmente com relação ao Parlamento.

Fui Vereadora por três mandatos. Sempre tive, também como Deputada, enorme dificuldade de fazer a prestação de contas de meu trabalho, o que acredito ser uma obrigação de todos. Inclusive isso era incentivado por meu partido, que nós, Parlamentares, tínhamos de prestar contas do nosso trabalho aos eleitores e à comunidade.

Hoje, vejo mudanças significativas. Reagia-se muito contra isso, a prestação de contas. O Parlamentar eleito – muitas vezes via isso no espírito dos Vereadores – achava que não devia satisfação a ninguém, uma vez que já tinha sido eleito. Às vezes, rejeitava manifestações populares ou cobranças na Câmara Municipal.

Eu considerava isso uma grande contradição, porque, quando candidatos, os Parlamentares pediam o voto, assumiam compromissos e, depois de eleitos, achavam que as cobranças muitas vezes eram indevidas.

Também na Câmara dos Deputados, depois que a TV Câmara passou a mostrar ao vivo nossas atividades, antes veiculadas apenas pela imprensa escrita, houve mudança no relacionamento com os eleitores, na medida em que as pessoas passaram a acompanhar as audiências públicas, as reuniões das CPIs, as sessões plenárias.

Melhorou muito a maneira como hoje os eleitores se relacionam com os Parlamentares. Do primeiro mandato para cá, os eleitores me mandam muito mais correspondências, acompanham mais meu trabalho e manifestam-se pelos vários mecanismos que a Câmara dos Deputados implantou. Hoje, por exemplo, o eleitor pode pôr de graça uma carta para qualquer Deputado, o que facilitou, e muito, seu contato conosco. Ainda é pouco, mas melhorou muito.

Então, temos de aprimorar esses mecanismos, na medida em que a Câmara discute – como referiram os outros debatedores – as concessões e como os veículos de comunicação vão se comportar para serem, de fato, fiscalizados pelos eleitores.

As notícias passam a ser verdade na medida em que saem na imprensa. Como posso contestar algo que deu no rádio, que saiu no jornal? Não queria repetir a questão aqui apresentada acerca do ouvinte comum, que acredita que, se deu no rádio, se foi divulgado em determinado programa ou nos jornais, passa a ser verdade. E se for divulgado na televisão, é mais verdadeiro ainda, é quase inquestionável. Ora, muitas vezes não há como verificar se é verdade ou não.

A Câmara dos Deputados implantou – infelizmente o Deputado Orlando Fantazzini não está mais presente – , por intermédio da Comissão de Direitos Humanos, uma espécie de fiscalização contra as baixarias nos programas de TV. Não sei se continua o acompanhamento dos programas que não defendem a cidadania, que veiculam baixarias na TV. Essa iniciativa foi importante, uma das primeiras formas de fiscalização de um órgão público sobre os programas de TV.

Com relação às rádios comunitárias, desde o meu primeiro mandato – este é o segundo – tenho tentado fazer avançar uma legislação melhor, o que não depende só do Parlamento, mas também do Executivo. As rádios comunitárias ainda são tratadas como piratas. Há cidades no interior de São Paulo, imaginem no resto do Brasil, que não têm nenhum veículo de comunicação. Há cidades na divisa de São Paulo com o Paraná, por exemplo, cidades isoladas, que não têm nenhum veículo de comunicação, sequer uma rádio comunitária. A corneta do padre na Igreja é o único meio para passar informações àquelas comunidades.

Muitas vezes, a Polícia Federal e a ANATEL tratam as pessoas que tentam montar uma rádio comunitária nessas cidades pequenas como criminosos. E não conseguimos avançar com uma legislação mais clara e democrática que garanta de fato a existência das rádios comunitárias. E as TVs comunitárias em grande parte do País não funcionam para nada, não têm como se manter nem de funcionar como TVs comunitárias.

Ontem, li um artigo segundo o qual o Presidente Bush pretende instituir, nos Estados Unidos, um mecanismo de controle de tudo, de todas as

ações dos cidadãos norte-americanos. Controle de tudo: como o cidadão usa o cartão de crédito, qual o local que frequenta etc. Um verdadeiro Big Brother. Assim sendo, torna-se cada vez mais importante a realização de debates como este

O Dr. Iradj Eghrari levantou a questão de a cidadania ter algum mecanismo de controle sobre os meios de comunicação, e não só as ouvidorias. Como Parlamentar, a vida toda tive grandes dificuldades com os meios de comunicação. Muitas vezes, tentei rebater informação incorreta, falsa, mas não havia um mecanismo claro e concreto, a não ser pela lei, de conseguir que aquele meio de comunicação veiculasse a outra versão do fato.

Considero este debate extremamente produtivo. Muitas normas sobre democratização e fiscalização da mídia começaram com debates nesta Casa.

Muito obrigada.

O SR. COORDENADOR (Deputado Carlos Abicalil) – Obrigado, cara Deputada Iara Bernardi.

Registro também a presença do Sr. Mário Jefferson Leite Melo, Diretor de Integração Nacional da ABCCOM – Associação Brasileira de Canais Comunitários.

Dispomos ainda de dez minutos antes de retornar a palavra aos painelistas. Algum participante deseja se manifestar?

Com a palavra o Deputado Chico Alencar.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR – Minha participação, Sr. Coordenador, conta com a limitação de quem não pôde assistir às exposições dos integrantes da Mesa, portanto, corre o risco de repetir o que já foi dito.

Se há um setor no Brasil que desde o fim da ditadura não se democratizou é a mídia, especialmente a mídia eletrônica, em particular a televisão – os jornais, até porque dependem da assinatura e da compra direta em bancas, têm de ter uma relação, como os traficantes de drogas e armas da minha cidade, muito direta com a comunidade. Nesse assunto, até viramos especialistas, pela convivência que não é a conivência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Thadeu) – Sem dúvida. Como quem compra jornal em banca também não é conivente com o que o jornal divulga.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR – Pois é. Mas, precisa se informar. E, de qualquer forma, o jornal, como eu dizia, igual aos bandidinhos de lá, à margem da lei, amparados pelo banditismo oficial da Polícia conivente, precisam ter uma relação com o seu público leitor. O que me intriga é o fato – não sei se os senhores confirmam isso – de que só 10% da população forma sua opinião sobre as coisas a partir da leitura de jornais, enquanto 90% têm sua visão do mundo, da política, dos valores, dos costumes, pela informação televisiva.

A operação intelectual da leitura é diferente daquela recebida pelo audiovisual. Exige mais atenção, exige mais exercício dos neurônios, exige que se entre no ritmo mais rápido, para poder manter a titularidade das faculdades mentais.

A televisão é terrível, porque, é curioso, entra nos lares sem pedir licença, e, aparentemente, de graça – aparentemente é de graça; quem paga é o anunciante. Então, a grande relação da televisão privada é com os anunciantes, cujos interesses em geral não são os mesmos da cidadania. Isso representa um problema terrível.

Creio até que a TV digital, ao invés de ampliar as possibilidades desse controle social e de democratização, vai reforçar os oligopólios nessa área.

Então, eu queria que os senhores falassem sobre isso. Também não há carta de leitor ou de telespectador. Vou fazer uma confissão aqui. Havia um projeto que instituía a medalha – e, na verdade, ela já existe – do Mérito das Comunicações. Dava-se a ela o nome de Dr. Roberto Marinho. E eu pedi vistas duas vezes. Aí, comecei a pensar – olha a paranóia: “Poxa!, houve um assunto tal que a Globo não pediu para eu falar ou comentar alguma coisa a respeito; perdi espaço”. Aí, não foi nem por acaso, um belo dia em que eu não pude ir à Comissão, fiquei com aquela paranóia de pensar que deviam estar achando que eu estava querendo segurar e que iriam censurar. Não foi isso, não. Mas o projeto acabou sendo aprovado.

Poxa!, é como instituir a Medalha da Ordem do Cruzeiro do Sul e dar-lhe o nome de, quando ele falecer, Antônio Carlos Magalhães. Isso não

é bom para o Brasil, apequena. Ou de Carlos Abicalil, para falar de um amigo, que não aceitaria.

O SR. COORDENADOR (Deputado Carlos Abicalil) – Claro! Meu falecimento está longe!

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR – Só cinquenta anos depois da morte.

Mas é um poder tremendo que se manifesta inclusive dentro de nós mesmos. Somos muito pouco livres até para exercer o nosso mandato, porque dependemos da mídia eletrônica e televisiva. E, numa sociedade massas, quem fica bloqueado – salvo exceções, como um Jânio, um Brizola – , dança.

E a TV digital, com isso, agora vai melhorar? A partir de amanhã nada será como antes?

Eu queria, então, que os senhores comentassem sobre isso.

A SRA. DEPUTADA IARA BERNARDI – Permita-me um adendo, Sr. Coordenador?

O SR. COORDENADOR (Deputado Carlos Abicalil) – Pois não.

A SRA. DEPUTADA IARA BERNARDI – Nas vezes em que se apresentaram projetos de leis nesta Casa para fazer algum tipo de controle sobre a mídia houve um escândalo. Não só eu, mas também outros Deputados apresentaram projetos de lei tentando regulamentar a divulgação de propagandas, o que pode ou não ser utilizado nas propagandas. Promovemos um debate com o movimento feminista sobre o uso do corpo feminino para vender todo tipo de produto. Aí, vira piada, a maior gozação. Evidentemente, dizendo que estão censurando, não obstante o fato de que, para vender qualquer tipo de produto, se usa e se abusa do corpo feminino.

Se as reações foram pesadas ao se tentar debater esse tema, imaginemos quanto mais essas serão quando se apresentar projeto de lei para controlar minimamente ou colocar regras nos ditos anunciantes que se relacionam nos canais de TV, não com o eleitor, mas com o ouvinte ou espectador...

O SR. COORDENADOR (Deputado Carlos Abicalil) – Obrigado, Deputada Iara Bernardi.

Vamos encerrar às 17h. Temos seis minutos, ainda. Como prometi a palavra a dois oradores inscritos, vamos, democraticamente, conceder três minutos para cada um.

Concedo a palavra à Sra. Ada Suene, do SINDILEGIS, jornalista.

A SRA. ADA SUENE – Boa-tarde.

Em primeiro lugar, claro, quero parabenizar os autores essa iniciativa.

Por outro lado, desejo abordar a seguinte preocupação particular: disse-se aqui que não há discussão da mídia pela mídia. Essa metalinguagem existe, sim. Aliás, muito pelo contrário, a mídia discute mídia com a mídia. Acho que isso fica muito bem só nessa esfera, e a sociedade mesma não chega a permear essa discussão. Há muita dificuldade a respeito. Aliás, foi dito pelo Dr. Iradj Roberto Eghrari que existe esse distanciamento.

O Prof. Luiz Martins da Silva referiu-se às conferências nacionais de saúde. Tive a oportunidade de fazer a cobertura, coordenando a comunicação, de uma delas, e vi muita dificuldade de plantar as informações na mídia. A mídia não quer cobrir as conferências. Não sei bem que dificuldades existem de entender a importância dessas conferências.

A Deputada Iara Bernardi abordou muito bem a questão das rádios comunitárias, porque se não fossem elas talvez a sociedade não tivesse nem acesso a esse tipo de informação.

Então, quero saber que tipo de mecanismos as instituições aqui representadas poderiam ter para que a sociedade não estivesse mais tão separada em termos de mídia, de política e de cidadania, e ser algo um pouco mais misturado nas suas devidas proporções, mas com importâncias iguais.

Obrigada.

O SR. COORDENADOR (Deputado Carlos Abicalil) – Obrigado, minha cara Ada Suene.

Comunico aos meus colegas Parlamentares que a Ordem do Dia já está começando.

Concedo a palavra ao Sr. Max Maciel, estudante.

O SR. MAX MACIEL – Boa-tarde a todos.

É um prazer estar aqui ouvindo os senhores. No decorrer das discussões, cheguei a anotar alguns pontos que gostaria de abordar. Quero dizer que são impressões, mas não senti segurança a respeito deles na fala dos nobres oradores.

Sou estudante do Curso de Pedagogia, e, como futuro pedagogo, espero contribuir bastante para a nossa sociedade. Quando se fala no papel da mídia, pouco ouvi a respeito da responsabilidade educacional que a mídia tem – responsabilidade social, política e cidadã. A mídia prega um estilo de vida totalmente displicente diante da realidade da nossa comunidade. E não queremos uma mídia para a gente; queremos uma mídia com a gente. O jovem da minha comunidade não quer uma mídia para ele, mas quer uma mídia com ele. E temos conversado muito sobre essa mídia com ele, com a participação dele.

De outra parte, não vimos aqui os representantes das rádios comunitárias. E nada melhor do que eles próprios dizerem o que uma rádio comunitária passa e o de que necessita para ser implementada na comunidade.

Cito uma experiência: sou membro da Rede Desarma Brasil, e fui falar em uma rádio pirata, em Planaltina de Goiás, sobre juventude e violência. Eram 20h, mais ou menos, quando a Polícia Federal baixou e foi uma humilhação para todos. Não me recordo de coisa tão arbitrária. Eles chegaram realmente agredindo. A idéia era pegar o transmissor, mas acabou que expôs todo mundo. E a nossa idéia, que era comunicar à comunidade de Planaltina sobre a violência na juventude, nem pôde ser transmitida; eu fiquei com o microfone na mão tentando terminar minha fala. E fui nesse corte.

Também não vejo aqui a capacitação das comunidades, dentro das escolas, para que elas produzam a sua própria mídia, desde o jornal mural à rádio poste, que tem experiência no Brasil. E que os jovens do ensino médio possam aprender a fazer um comunicado nas respectivas comunidades e repassá-lo na escola.

Então, para falar da grande mídia, é preciso dizer que ela tem todo um aparato jurídico-político, assim como recursos financeiros, e não só a TV, mas também a Internet.

Fico muito preocupado, porque, quanto mais se avança a questão tecnológica, mais eu me sinto excluído. Eu tenho medo da TV digital,

sinceramente. Tenho medo de ela chegar e, daqui a pouco, eu não poder mais ter acesso a informações de qualidade, porque ela não me escuta.

Para encerrar, desejo fazer apenas uma pergunta para o Eduardo, caso me permita, nobre Deputado. Como será a relação da lei da TV digital com a TV comunitária, que, infelizmente, é passada na TV a cabo.

O SR. COORDENADOR (Deputado Carlos Abicalil) – Muito obrigado.

Vamos inverter um pouco a ordem de inscrição na Mesa, pedindo a atenção dos painelistas, de modo que, até às 17h, todos possam responder o que foi acrescentado ou mesmo fazer suas considerações, que, tenho convicção, não serão as finais, em razão de que esse tema ainda tramitará por muito tempo nesta Casa e, se tudo der certo, com maior e mais intensa participação da sociedade civil.

Convido, então, para fazer uso da palavra o colega Gustavo Gindre. Antecipo que ele terá, em seguida, de deixar a Mesa, de forma a poder dirigir-se ao aeroporto e ter o seu retorno assegurado.

O SR. GUSTAVO GINDRE – Primeiramente, desejo dizer que santo de casa não faz milagres. Acabei esquecendo de falar algumas coisas. Estamos distribuindo – acho que sobraram alguns encartes – material que esclarece diversas questões sobre a TV digital. Aliás, esse material está encartado na revista Caros Amigos deste mês. Quem for às bancas e comprar a Caros Amigos o receberá de brinde.

Quem quiser acessar o documento, depois eu posso passar o meu e-mail. Acabei de receber mensagem informando que a Frente Nacional de Luta pela TV e Rádio Digital Democráticos, que envolve dezenas de entidades, acabou de aprovar nota oficial sobre o decreto presidencial que sairá amanhã e acerca do qual se pronuncia de forma bastante crítica.

Começando as respostas, foi perguntado como a sociedade pode se apoderar desses meios? Primeiro, é preciso discutir uma nova legislação para o setor, sem a qual iremos ficar comendo pelas beiradas, mendigando espaços e fazendo trabalho de assessoria de imprensa para aparecer nos grandes meios de comunicação.

Precisamos deixar claro o estatuto público dessas emissoras de rádios e televisão e garantir que, como públicas, elas terão de fazer retornar ao público determinadas características. É preciso resgatar aquilo que foi

dito no início. O art. 223, da Constituição Federal, define que o Brasil tem três sistemas de comunicação – o estatal, o público e o privado – , mas o sistema público de comunicação precisa ser implementado, pois até hoje não existe.

Um outro exemplo para o qual gostaria de chamar a atenção é sobre a forma como a sociedade pode se apoderar desses meios. A instituição da qual eu faço parte, a Intervozes, junto com o Ministério Público Federal, entrou na Justiça contra o programa do João Kleber por desrespeito aos direitos humanos. Conseguimos tirá-lo do ar e ganhamos, durante 30 dias, espaço para colocar uma programação sobre direitos humanos na TV aberta. Além disso, fomos financiados pela Rede TV, que teve de nos pagar para fazer o programa – foi um acordo na Justiça. Fizemos 30 programas e discutimos os direitos humanos dos negros, homossexuais, travestis, direito ambiental, direito ao esporte etc. Tivemos pouquíssimo tempo para avisar a sociedade sobre o programa e poucas formas de nos comunicar com ela. Pedimos à sociedade que nos mandasse material com o corte temático direitos humanos e com corte técnico. Tinha que ter qualidade profissional. Primeiro, para nossa surpresa, tivemos um ponto no IBOPE abaixo do programa do João Kleber, sem chamado no ar e falando de temas densos.

Então, não é verdade que a sociedade brasileira quer assistir ao lixo a que ela hoje assiste nos meios de comunicação. Quando foi oferecida outra programação, ela assistiu a esse tipo de debate.

Segundo, ao solicitar à sociedade civil que nos mandasse material, com pouco tempo, com poucos meios de comunicação, recebemos quase 400 horas de programação.

Portanto, apesar de todas as dificuldades, a sociedade civil brasileira produz conteúdo audiovisual. Nossa desgraça é que esse conteúdo audiovisual não aparece no rádio e na TV. Nossa maior desgraça não é nem produzir, mas não conseguir que a cara da sociedade civil, que a pluralidade da sociedade civil apareça nas emissoras que, em última instância, utilizam espaço público para se comunicar.

A questão da TV digital. Pelo que tudo indica, parece que amanhã teremos um dos grandes retrocessos da história dos meios de comunicação neste País. Perderemos uma revolução histórica. Por quê? É bom lembrar que no espaço que hoje é ocupado por um único canal de televisão –

estamos falando do VHF alto, de 7 a 13, e do UHF, até o 69 – , com as técnicas de compressão de vídeo que a TV digital vai introduzir, se não optarmos pela alta definição, mas ficarmos numa imagem de qualidade de DVD, sem chuveiro, sem fantasma, sem Bombril na ponta da antena, qualidade que é suficiente para boa parte da população, que não terá 10 mil reais para pagar numa tela de alta definição, se ficarmos com essa qualidade de imagem, o espaço hoje ocupado por um canal de televisão comportará pelo menos 6 canais de televisão novos.

Portanto, temos a chance de introduzir mais de uma centena de novas emissoras de televisão, e o Governo amanhã estará entregando esse espaço para os atuais radiodifusores, e entregando mediante uma medida ilegal, porque dará nova outorga para cada emissora já existente por um decreto presidencial, sem passar pelo Congresso Nacional. Outorga de televisões serão distribuídas amanhã para todas as emissoras de televisão neste País sem que o Congresso Nacional tenha discutido a questão. Trata-se de decisão da maior gravidade, que vai nos relegar, nos próximos 20, 30 anos, a um enorme atraso.

Fiz parte da equipe que redigiu o programa de Governo do Presidente Lula na área das comunicações e da equipe de transição na área das comunicações e lamento que seja justamente este Governo que esteja em vias de tomar tal atitude. E com um Ministro que, a rigor, não podia nem ser Parlamentar, porque contraria o art. 54 da Constituição Federal, que estabelece que um Parlamentar não pode ter ligação com concessionária de serviço público. Ele é dono de uma emissora, a FM Sucessos, de Barbacena, e agora, como Ministro das Comunicações, tem a função constitucional de fiscalizar o que ele mesmo faz. É da maior gravidade colocar o dono de uma escola privada como Ministro da Educação ou um dono de um hospital privado como Ministro da Saúde, mas esse tema não é discutido pela mídia.

O papel educacional da mídia. Interessante experiência está ocorrendo em São Paulo, o EDUCOM, projeto que nasceu na sociedade civil e que foi implementado com apoio da USP em algumas escolas. Na gestão da Prefeita Marta Suplicy esse programa se tornou institucional e agora é lei – inclusive, o Conselho tomou posse esta semana – , que faz com que cada escola na cidade de São Paulo tenha uma emissora de rádio que vai ser gerida pelos próprios estudantes.

Essa é a única forma de educação para a mídia que conheço; é o apoderamento e apropriação dos meios de comunicação pela própria sociedade. Precisamos ter instrumentos legais para solidificar isso, impedindo que outro Governo venha e acabe com o programa.

Falou-se também a respeito das rádios comunitárias. O atual Governo continua fechando rádios com a mesma intensidade do Governo passado. Infelizmente, fecha as rádios comunitárias, trata-as como delinqüentes, mas não fecha as comerciais que estão sem outorga. Tivemos, no Piauí, o caso de uma senhora que morreu de infarto dentro da rádio, quando a Polícia invadiu a emissora. Isso pouco foi mudado, infelizmente. Temos uma legislação que mais coíbe do que permite a existência de rádios comunitárias.

E novamente faço um apelo para que esta Casa reveja a legislação das rádios comunitárias, que não são piratas, é bom lembrar. Piratas singram os mares atrás do ouro. Rádios comunitárias são sem fins lucrativos. Piratas são as privadas, piratas são as que operam sem outorga, as ditas privadas que não tiveram as outorgas renovadas. Essas, sim, singram os ares, o espectro eletromagnético, atrás do jabá do vitrolão.

Obrigado.

O SR. COORDENADOR (Deputado Carlos Abicalil) – Obrigado, Sr. Gustavo Gindre.

Senhoras e senhores, tenho a tarefa de conduzir a Mesa de modo que o tempo seja repartido igualmente.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR – Sr. Gustavo, onde posso conseguir o documento?

O SR. GUSTAVO GINDRE – No site www.intervozes.org.br/digital, encontrarão todas essas informações. E meu e-mail é gindre@indec.org.br.

O SR. COORDENADOR (Deputado Carlos Abicalil) – Obrigado.

Registro a presença do Deputado Feu Rosa.

Concedo a palavra ao Sr. Iradj Roberto Eghrari.

O SR. IRADJ ROBERTO EGHRARI – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero fazer uma sugestão final, ainda que endosse tudo o que o Gustavo Gindre disse, e não quero com isso diminuir o impacto do que seja necessário se fazer em termos de legislação.

Há dois passos que esta Casa poderia dar. O primeiro deles é democratizar um espaço para a sociedade civil que atua aqui dentro. A população brasileira desconhece o que acontece nesta Casa em termos de trabalhos organizados pela sociedade civil. Não seria o caso de as Sras. e os Srs. Parlamentares considerassem uma negociação com a TV Câmara, a Rádio Câmara, Jornal da Câmara, o site etc. um espaço em que a sociedade civil possa se expressar, dizer a que veio e o que vem fazendo, sem qualquer coloração partidária, o que mostraria as grandes causas que aqui estão sendo defendidas.

O segundo passo refere-se a uma nota que a Deputada Iara Bernardi me passou sobre tema a respeito do qual acho importante estarmos atentos. Falamos pouco acerca de Internet. Da mesma forma S.Exa. mencionou em relação ao rádio e à televisão, hoje em dia, se saiu na Internet, é como se fosse a voz de Deus.

A Câmara dos Deputados já discutiu questões ligadas a uma nova legislação no campo da Internet, e há alguns projetos de lei parados há anos nesta Casa. A Internet está evoluindo numa velocidade enorme. O controle social desse espaço em que se constroem e destroem vidas em segundos é uma questão que está posta e que merece nossa atenção. Isso deveria ser tema para ser debatido numa outra oportunidade. Talvez fosse conveniente levantar os projetos de lei em tramitação na Casa, ver em que pé se encontram, retomar sua tramitação, porque a Internet se tornou uma terra sem dono.

O SR. COORDENADOR (Deputado Carlos Abicalil) – Obrigado, Sr. Iradj.

Concedo a palavra ao Sr. Luiz Gonzaga Motta.

O SR. LUIZ GONZAGA MOTTA – Sr. Coordenador, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores, quero referir-me à intervenção da Sra. Ada Suene a respeito da qual notei certo pessimismo. No mesmo tom foi a intervenção do rapaz que falou sobre as emissoras comunitárias.

Em primeiro lugar, temos de fazer o que estamos fazendo aqui. É extremamente importante que repitamos várias vezes, e mais uma vez, façam um apelo aos Srs. Deputados para que promovam constantemente debates como este. Que bom seria se pudéssemos realizar debates mensais sobre uma séria de questões que dizem respeito ao próprio Parlamento, como,

por exemplo, debater por que a imagem do Congresso Nacional é tão ruim perante a opinião pública; por que os trabalhos das Comissões não são cobertos pela mídia como deveriam. Também, no contexto de debate acerca da legislação sobre as concessões de rádio e televisão no Brasil, deveríamos discutir por que a legislação para concessão de emissoras comunitárias é tão restritiva, além de vários outros temas que são imediatos, como a publicação das pesquisas durante o período pré-eleitoral que estamos vivendo.

Nesta Casa, as coisas reverberam, têm mais repercussão. Aqui, nós saímos dos nossos casulos, das nossas ONGs, das nossas universidades, enfim, dos mundos mais restritos nos quais estamos confinados no nosso dia-a-dia.

Esse é o primeiro passo, a primeira questão a que eu queria me referir.

Voltando à questão levantada pela jornalista Ada, acho que, na verdade, nós não temos receitas. A política dá sempre dois passos à frente e três atrás; ou cinco passos à frente e dois atrás. E, assim, nós vamos, quem sabe?, avançando, conquistando espaços.

Em relação às rádios comunitárias, eu dei aqui um exemplo. Trouxe um ator novo, os observatórios de imprensa. Em dois anos de instalação das concessões, havia vinte e seis mil pedidos de emissoras comunitárias no Ministério das Comunicações. Isso reflete um pouco a ansiedade da sociedade pela criação de canais de comunicação, ainda que muitas dessas emissoras sejam uma camuflagem para emissoras comerciais ou emissoras religiosas, que não têm muito a ver com a questão comunitária. Mas muitas, a maioria delas, são de fato emissoras da sociedade civil, de movimentos organizados – e significam avanço.

Trata-se de velha prática política, com a qual temos de conviver, mas temos de aproveitar todas as brechas. É isso que nós temos que fazer.

O SR. COORDENADOR (Deputado Carlos Abicalil) – Muito obrigado, Dr. Luiz Gonzaga Motta.

Com a palavra, agora, o Dr. Luiz Martins da Silva.

O SR. LUIZ MARTINS DA SILVA – Eu desejo lembrar que, além de o Estado brasileiro ser o poder que concede, que outorga, é um poder anunciante também.

Então, eu acho louvável – e várias vezes já participei de debates com o Deputado Orlando Fantazzini e apresentei sugestões a respeito – que também se faça neste País o ranking da “altaria”, não só da baixaria. Se diariamente alguém tirar um pedaço do dia para identificar as baixarias da mídia, vai ter que ter muito tempo. E nós temos poucas indicações do que é recomendável, do que é louvável, do que possa receber um selo de qualidade.

O pior de tudo é quando o Estado anuncia, quando o Estado financia, quando o Estado está presente. E o Estado brasileiro, se formos juntar a administração federal às estatais, gasta mais de 1 bilhão de reais por ano em publicidade.

Ora, vamos supor que essas verbas de publicidade sejam de fato para a publicidade e não para outros fins a respeito dos quais nós temos ouvido falar. Vamos supor que as agências de publicidade cumpram o papel de agências de publicidade e que a publicidade realmente cumpra o seu papel de publicizar as informações de interesse público. O Estado brasileiro já daria grande contribuição se deixasse de anunciar nas emissoras que não honram o serviço público em termos de concessão.

De outra forma, se 0,01% do que o Estado brasileiro paga para veicular assuntos de interesse público, como campanhas de vacinação ou campanhas de prevenção à HIV durante o carnaval – uma campanha dessas não sai por menos de 7 milhões de reais – , e destinasse às emissoras comunitárias ou, digamos, à produção educativa e cultural, já seria uma contribuição mínima.

Com relação a esta Casa, eu gostaria de observar o seguinte: o Brasil tem cerca de 2.600 jornais no interior. Não há um deles que tenha um correspondente aqui. A mídia tem muitas precariedades também. Das mais de três mil rádios que o Brasil tem, quantas delas têm um correspondente aqui? Então, eu queria dizer que é muito importante que se lute também pela abertura dos serviços prestados pela TV Câmara, pela Rádio Câmara, pela Agência Câmara, pelo sistema do Senado, pelo sistema da Justiça. A Deputada disse que hoje o cidadão comum está vendo o Deputado. Isso ocorre se ele tem assinatura de TV a cabo ou de TV segmentada.

Gostaria de mencionar algumas dessas possibilidades, como a questão da viabilização, do financiamento e da sustentabilidade.

O direito à liberdade de informação é fundamental, mas temos, também, de bolar saídas de sustentabilidade. Nos Estados Unidos, a mídia comunitária é um grande negócio. Ela é sustentável e viável. Se não criarmos mecanismos de financiamento da mídia comunitária e dos produtos que não têm finalidade comercial... Infelizmente uma emissora cultural ou educativa... Mesmo a TV Cultura, que é do Governo de São Paulo, o Estado mais rico, vive em crise. Então, se não viabilizarmos mecanismos de sustentabilidade de uma mídia comprometida com educação e cultura, essa mídia será sempre sinônimo de pobreza, em termos de imagem, de possibilidades, de produção.

Cito o exemplo da nossa casa – minha e do Luís Gonzaga. A Universidade de Brasília foi fundada por volta de 1962 – portanto, deve ter 44 anos – e só agora vai conseguir uma rádio FM. É um absurdo! Isso porque estava previsto no projeto de criação da UnB, elaborado por Darcy Ribeiro, que a universidade teria uma rádio.

É como se a radiodifusão tivesse horror à educação e um compromisso altíssimo com a baixaria. Só que, se esse ranking da baixaria for feito realmente, vai dar um calhamaço... Muitas ações terão de ocupar os programas do tipo do programa de João Kleber. A sociedade civil terá de fazer uma espécie de rebelião.

Insisto neste ponto: se a Casa, por exemplo, fizer uma parceria com as rádios comunitárias do Brasil, já será um passo dado. É a sugestão que deixo aqui.

O SR. COORDENADOR (Deputado Carlos Abicalil) – Muito obrigado, Dr. Luiz Martins.

Por último, passo a palavra ao painalista que inaugurou esta Mesa, Dr. Luis Felipe.

O SR. LUIS FELIPE MIGUEL – Creio que podemos ter um início de debate. Apresentamos diferentes posições – algumas complementares, algumas divergentes – , o que mostra a necessidade da discussão. Ela é fundamental, porque democratizar a comunicação significa abrir a possibilidade da realização da própria democracia em nosso País.

Quero dizer rapidamente, para encerrar a minha participação, que nós temos, de um lado, uma série de potencialidades – algumas dadas pelas

novas tecnologias, que nos permitem ampliar espaços de publicização de posições e de acesso a diferentes grupos da esfera pública discursiva.

Podemos utilizar as novas tecnologias; podemos fomentar e não bloquear as rádios comunitárias, procurando garantir que elas sejam efetivamente rádios comunitárias; podemos, inclusive, pensar em mecanismos que levem o Estado a financiar os grupos sociais subalternos, para que eles tenham seus próprios canais de expressão. Tudo isso é importante, é fundamental, mas não elimina a necessidade de repensar a grande mídia, porque ela continua tendo papel central no provimento de informações, que nos fazem entender o mundo social.

Existe uma série de medidas. Nenhuma delas esgota o problema, mas todas são necessárias. Elas passam, desde o início, a fixar claramente na lei o que o Estado e o povo brasileiro, por meio de seus representantes, desejam dos meios de comunicação, quais são suas tarefas, funções e limites, no sentido de cobrar por meio de mecanismos que já existem, mas que não são utilizados. Por exemplo, renovações das outorgas. Como é o cumprimento disso? São medidas que busquem desconcentrar a propriedade dos meios de comunicação. Temos no Brasil, como um dos meus colegas de Mesa já disse, capacidade de produção de informação muito concentrada em algumas praças, inclusive a mesma empresa dominando praticamente todas as vias de acesso à informação.

Também é importante a geração – vou repetir o que disse o Prof. Luiz – , mas há necessidade de uma mídia pública de qualidade, portanto com recursos financeiros necessários para isso. Porque é essa mídia pública que serve de parâmetro para se analisar o profissionalismo no jornalismo, no entretenimento, na produção educativa, que inclusive serve como contraste e até mesmo como denúncia implícita do que falta na mídia comercial. Isso é algo que a mídia pública brasileira, pela falta de condições técnicas e, por vezes, pelo excesso de influência política, não consegue cumprir.

O SR. COORDENADOR (Deputado Carlos Abicalil) – Obrigado, Dr. Luís Felipe.

Vamos agora fazer uma confrontação com o objetivo do seminário, que é promover o debate sobre a relação da sociedade com o Parlamento e o papel da mídia nessa relação.

Temos de considerar que esta Comissão representa um fórum permanente de diálogo. Estamos precisamente na Comissão de Legislação Participativa, uma Comissão recente e que tem papel essencialmente voltado para essa representação direta dos setores e segmentos sociais nos temas que propõem à Casa e nos temas que a Casa pode propor ao debate social. A própria existência desta Comissão é fato muito significativo para a Câmara dos Deputados perante a sociedade brasileira.

Recentemente, a partir deste ano, o Senado Federal também criou a Comissão de Legislação Participativa, o que apresenta um outro cenário, um outro front de disputa de opinião e de orientação das boas decisões na outra Casa, que supostamente seria a Casa revisora, mas que mantém constitucionalmente as mesmas características de iniciativa legislativa da Câmara dos Deputados. Trata-se de algo contraditório, mas é o resultado da Constituição de 1988.

Temos de considerar, portanto, que o debate está ocorrendo no local correto, o tempo oportuno temos de fazer de acordo com a disputa das forças e das correlações de força que a sociedade enfrenta e que repercutem na Câmara dos Deputados de algum modo, não apenas a cada quatro anos, pelo processo eleitoral, mas a cada grande decisão de impacto para a cidadania e para a democracia brasileira.

Este seminário não esgota o tema, evidentemente ele sucede outras instâncias legislativas que o debateram. Por exemplo, no início do mês de maio, houve um grande seminário sobre rádios comunitárias que ocupou uma semana inteira de trabalho de mais de uma Comissão. Mais recentemente, por iniciativa da Comissão de Direitos Humanos e da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, debatemos também o direito à democratização dos meios de comunicação, em especial a comunicação de massas. Evidentemente que esta contribuição de hoje apontou uma série de proposições que poderão ser transformadas em projetos de lei. Inclusive, convoco os participantes para nos oferecer esses instrumentos, de modo que nesta Comissão possam ser transformados e obter os procedimentos legislativos adequados a se encaixarem na regulamentação que seja do alcance dessas expectativas, evidentemente expostas ao debate público das outras Comissões da Câmara dos Deputados.

Está claro que a decisão, anunciada para amanhã, sobre a TV digital aponta para a finalização de uma etapa do debate. E tenho absoluta

convicção de que todas as contradições imanentes e latentes irão, a partir do decreto, se tornar patentes e explícitas. Evidentemente que isso deverá contribuir ainda mais para que o debate se fortaleça e que o Congresso Nacional, em especial a Câmara dos Deputados, e a sociedade brasileira, no processo eleitoral que se aproxima, possa trazer a oportunidade de que ele frutifique de maneira a democratizar, de maneira a tornar plural aquilo que deve ser plural por reconhecimento de quem é o donatário original do poder, que é o povo brasileiro.

Temos a firme convicção – isso foi afirmado neste seminário – de que o espaço público reivindicado precisa ser ampliado. Para nós, é uma felicidade que em seminário como este seja feita a reivindicação de que o espaço público seja ampliado e que as garantias de financiamento, seja de origem pública, seja de origem privada, aos produtores comunitários e àqueles que têm vínculo com movimentos sociais constituam uma afirmação de direito da sociedade. Tenho certeza de que isso já representa um salto de qualidade importante que orientará os próximos debates.

Agradeço muito a participação a todos, com a convicção de que logo, muito em breve, esse tema retornará a esta Comissão ou a outra para os próximos capítulos, cujas decisões demandarão de nós esforço para serem exitosas.

Muito obrigado a todos.

EXPOSITORES

1. ALESSANDRA ALDÉ – Doutora em Ciência Política pela Iuperj, Professora da Faculdade de Comunicação Social da UERJ e pesquisadora do Doxa-Iuperj. Autora do livro “A Construção da Política: democracia, cidadania e meios de comunicação de massa” (FGV, 2004). Atualmente coordena pesquisas sobre internet e política; comportamento eleitoral e opinião pública; comunicação política e persuasão eleitoral.

2. FLÁVIO ELIAS – Diretor da Coordenação de Divulgação da Secretaria de Comunicação da Câmara dos Deputados – SECOM/CD.

3. GUSTAVO GINDRE – Jornalista (UFF) e mestre em Comunicação e Cultura (UFRJ). Coordenador-geral do Instituto de Estudos e Projetos em Comunicação e Cultura (INDECS) e membro da coordenação do Coletivo Intervezes. Eleito para o Comitê Gestor da Internet (CGIBr) e membro do conselho consultivo do Sistema Brasileiro de TV Digital (SBTVD).

4. IRADJ ROBERTO EGHARARI – Gerente Executivo da Ágere – Cooperação em Advocacy. Secretário Nacional de Assuntos Externos da Comunidade Baha’i do Brasil; Secretário Executivo do Centro de Estudos em Direitos Humanos do Centro Universitário Euro-americano – Unieuro, Brasília-DF; Membro do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos (Subsecretaria de Direitos Humanos da Secretaria Geral da Presidência da República); Membro do Conselho Fiscal da Transparência Brasil; Sócio-Fundador e Presidente do Fórum Nacional de Educação em Direitos Humanos; e Membro do Conselho de Defesa dos Direitos do Negro do Distrito Federal.

5. LUIS FELIPE MIGUEL – Professor do Departamento de Ciência Política da Universidade de Brasília, Doutor em Ciências Sociais pela Universidade de Campinas. Coordenou diversas pesquisas sobre a relação entre mídia e política, entre elas “Meios de comunicação de massa e representação política na democracia contemporânea”. É autor do livro “Política e Mídia no Brasil: episódios da história recente”.

6. LUIZ GONZAGA MOTTA – Coordenador do Núcleo de Estudos sobre Mídia e Política da UnB.

7. LUIZ MARTINS DA SILVA – Coordenador do SOS Imprensa (Projeto de extensão da UnB). Jornalista, Professor da Faculdade de Comunicação da UnB e Coordenador do Programa de Pós-graduação.

8. MAURO MALIN – Editor do Observatório da Imprensa no Rádio (desde maio de 2005). Repórter da Tribuna da Imprensa (1966) e do Jornal do Brasil (1968-70). Redator do O Globo e do Jornal do Brasil entre 1982 e 1988. Redator-chefe do Observatório da Imprensa Online (1996-98). Editor da revista Updata da Câmara Americana de Comércio de São Paulo (1999-2005).

9. SÉRGIO MURILLO DE ANDRADE – Presidente da Federação Nacional dos Jornalistas – FENAJ.

PARTICIPANTES

Nº	Nome	Profissão/Entidade/Órgão de Origem
1	Ada Suene Pereira	
2	Adriana Rosa Alves	Servidora Pública
3	Amílcar Amaral Couto	Servidor Público
4	Ana Carolina de Oliveira Marchão	
5	Ana Karine Pereira Alves	Estudante
6	Ana Luiz dos Santos Diaz	Servidora Pública
7	Analu Alves	Jornalista
8	André Camargo	Jornalista
9	André Corrêa de Sá Carneiro	Servidor Público
10	André Luiz dos Santos	Assessor Parlamentar
11	Anne Martins de Paula	Servidora Pública
12	Antonia Ferreira de Araújo	
13	Antônia Violêta Eugênio Costa	Estudante
14	Antônio Carlos Sichieri Filho	Jornalista
15	Antonio Francisco Furtado Ribeiro	Estudante
16	Aquiles Rapassi	Arko Advice
17	Azér Elias Zenun Junqueira	Dentista
18	Bárbara Rosa Lopes	
19	Bonfim Cabral Luz	Secretário de Redação – Agência Informes
20	Carine Gomes Roo	
21	Carla Costa e Silva	
22	Carlos Daniel Tavernard de Oliveira	Contador
23	Carlos Roberto Feitosa	Repórter
24	Carolina Menkes Reis	

Nº	Nome	Profissão/Entidade/Órgão de Origem
25	Cassilda Barreto	
26	César Augusto Marques de Miranda	
27	Cid Queiroz	Servidor Público
28	Corinne Julie Ribeiro Lopes	Estudante de Direito – Universidade FUMEC
29	Cristiano Aguiar Lopes	
30	Cynthia de Lacerda Borges	Assessora Sindical – SINDJUS
31	Daniela Pires Cardoso	
32	Danilo Freire Pires	
33	Edmilson F. de Freitas	Jornalista
34	Eduardo Felício Barbosa	Servidor Público
35	Elaine Marinho Faria	Assessora
36	Flávia Martins Borges	
37	Francisco de Assis Fernandes Brandão Jr.	Jornalista
38	Francisco F. Serafim	Servidor Público
39	Francislene Katia Severino dos Santos	
40	Frederico A. de Barros Barreto	
41	Gabriela Goulart Moura	Jornalista
42	Gerson Freitas	Assessor Parlamentar
43	Gilmar de Moraes Bezerra	
44	Gustavo Freitas Amora	
45	Henrique Fernandes Nascimento	
46	Herondina Lima	Grupo Abril
47	Homero José Zanotta Vieira	
48	Hudson Gomes de Paula	
49	Isa Karolina Santos Sampaio	Jornalista
50	Ismênia Nogueira Alencar	Servidora Pública
51	Ivani Rodrigues dos Reis	Auxiliar de Serviços Médicos
52	Jamilton Arruda Pinto	Servidor Público
53	Janaína Pereira da Silva Lazzaretti	
54	Jorge Antônio Siqueira Mota	Assessor

Nº	Nome	Profissão/Entidade/Órgão de Origem
55	José Agostinho Santos	
56	José Carlos Vargas Mariano	Vereador
57	Juliana Caldas	Jornalista – Editora Abril
58	Juliana Fernandes Braga	
59	Juliana Galindo Romão	Jornalista
60	Juliano Vieira	
61	Kauara Rodrigues Dias Ferreira	
62	Kennedy Bernardes de Freitas	Servidor Público
63	Larissa Torres de Medeiros	Jornalista
64	Lídia Lopes Miranda	Professora
65	Lindalva Alves de Albuquerque	
66	Luciana Melo Ramalho Lopez	Faculdade de Ciências Sociais e Tecnológicas – FACITEC
67	Luís Sérgio Monteiro Terra	
68	Luísa Pimenta Terra	
69	Luiz Gomes dos Santos Neto	
70	Luiza Amaral de Faria	Estudante
71	Luiza Carvalho Regis de Alencastro	
72	Manoel Alvim	Servidor Público
73	Marcelo de Araújo Alves	
74	Marcelo Gouvêa Soares de Melo	Administrador
75	Márcio A. Rodrigues	Secretário Parlamentar
76	Margô Dalla	
77	Mária Abreu	
78	Maria Cassilda Barreto de Souza	Professora
79	Maria das Graças Mariz Ramos	Advogada
80	Maria das Graças Silva	
81	Maria do Carmo Marques da Silva	Secretária Parlamentar
82	Maria Estela Paula Rodrigues	
83	Maria Moraes Pereira da Luz	
84	Marilda Vale da Silva	Cientista Política

Nº	Nome	Profissão/Entidade/Órgão de Origem
85	Marília de Lima Medeiros Silva	Estudante Universitário
86	Marina Braga Lima Albano	
87	Marina Mota Silva	FUNASA
88	Mário Jefferson Leite Melo	
89	Marussia Pires	PR – CGU
90	Maryá Aparecida Machado	Secretária Parlamentar
91	Max Maciel Cavalcanti	
92	Moira Sadzevicius	
93	Mônica Cristinne Pinheiro Coelho	
94	Nadlla Machado Thé	Assessora Parlamentar
95	Natanry Fernanda Queiroz Dias Rosa	Jornalista
96	Nielle Diniz Ribas	Comunidade Bahai
97	Nyzyare Moura de Almeida	
98	Odete Oliveira Pereira	Estudante Universitário
99	Paula Regina Lamounier	Funcionário Público
100	Paulo Roberto J. Ayres	Funcionário Público
101	Raimundo N. S. Júnior	Funcionário Público
102	Ramun Edson Alves	Funcionário Público
103	Regiane Maldonado de Lima	
104	Rejane Maria de Freitas Xavier	
105	Renata Florentino de Faria Santos	
106	Renato Alvim de Paula	
107	Renato Avelino da Costa	Assessor Parlamentar – ASPAR – PMDF
108	Roberto Carlos P. Barreto	Secretário Parlamentar
109	Rogério Antonio Coser	
110	Rondon Antônio da Silva	
111	Rorrélia Sanches de Oliveira	Psicóloga – Programa DST/AIDS/GDF
112	Rosenan Porto Abranches	Marketing
113	Rosiani Portela	Assessora Parlamentar
114	Sandra Cordeiro da Silva	Servidora Pública – Ministério da Saúde

Nº	Nome	Profissão/Entidade/Órgão de Origem
115	Sandra de Assis Silva	
116	Sebastião Cândido Júnior	Radialista
117	Simone Magalhães da Silva	Estudante – TV União
118	Valdir Suzin	Jornalista
119	Valter de Jesus	Jornalista
120	Verônica Neves de Macedo	
121	Victor Bicca Neto	Advogado – COCA COLA
122	Vlândia de Azevedo Bringel	Acadêmica do curso de Direito
123	Walter Dorlitz	

SIGLÁRIO

A

ABCCOM – Associação Brasileira de Canais Comunitários
ABERT – Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão
AIDS – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
AM – Amplified Modulation (sigla em inglês)
ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações
ASPAR – Assessoria Parlamentar

B

BBC – British Broadcasting Corporation (sigla em inglês)

C

CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica
CBN – The Christian Broadcasting Network (sigla em inglês)
CD – Compact Disc (sigla em inglês)
CD – Câmara dos Deputados
CGIBr – Comitê Gestor da Internet
CGU – Controladoria Geral da União
CLP – Comissão de Legislação Participativa
CMI – Centro de Mídia Independente
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito
CPMI – Comissão Parlamentar Mista de Inquérito

D

DST – Doenças Sexualmente Transmissíveis
DVD – Digital Versatile Disc (sigla em inglês)

E

EDUCOM – Tecnologia em Educação Continuada
EMBRATEL – Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A.

F

FACIT – Fundação Educacional Montes Claros
FACITEC – Faculdade de Ciências Sociais e Tecnológicas
FENAJ – Federação nacional dos Jornalistas
FGV – Fundação Getúlio Vargas
FM – Frequency Modulated (sigla em inglês)
FOIA – Freedom of Information Act (sigla em inglês)
FUMEC – Fundação Mineira de Educação e Cultura
FUNASA – Fundação Nacional de Saúde

G

GDF – Governo do Distrito Federal

H

HIV – Human Immuno Deficiency Virus (sigla em inglês)

I

IBOPE – Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
INDECS – Instituto de Estudos e Projetos em Comunicação e Cultura
IUPERJ – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro

M

MLST – Movimento de Libertação dos Sem-Terra

O

ONG – Organização Não-Governamental

P

PBS – Public Broadcasting Service (sigla em inglês)
PCC – Primeiro Comando da Capital
PcdoB – Partido Comunista do Brasil
PDT – Partido democrático Trabalhista
PFL – Partido da Frente Liberal
PL – Partido Liberal
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PMDF – Polícia Militar do Distrito Federal
PP – Partido Progressista
PPS – Partido Popular Socialista
PR – Presidência da República
PROJOR – Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo
PRONA – Partido de Reedificação da Ordem Nacional
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

R

RADIOBRÁS – Empresa Brasileira de Comunicação S.A.
RN – Estado do Rio Grande do Norte
RS – Estado do Rio Grande do Sul

S

SBT – Sistema Brasileiro de Televisão
SBTVD – Sistema Brasileiro de TV Digital
SECOM – Secretaria de Comunicação
SINDILEGIS – Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e
do Tribunal de Contas da União
SINDJUS – Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e do
Ministério Público da União
SUS – Sistema Único de Saúde

T

TCU – Tribunal de Contas da União
TELEBRÁS – Telecomunicações Brasileiras S.A.
TELMEX – Telefones de México (sigla em espanhol)

U

UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFF – Universidade Federal Fluminense
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UHF – Ultra High Frequency (sigla em inglês)
UNALE – União Nacional dos Legislativos Estaduais
UnB – Universidade de Brasília
UNIEURO – Centro Universitário Euro-americano



ISBN 978-85-736-5528-5

